



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nalá Ayalén Sánchez Caravaca

Condições de trabalho e supervisão de estágio em serviço social: contribuições para o debate.

Florianópolis

2022

Nalá Ayalén Sánchez Caravaca

Condições de trabalho e supervisão de estágio em serviço social: contribuições para o debate.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.a Helenara Silveira Fagundes, Dra.
Coorientadora: Prof.a Maria Teresa dos Santos, Dra.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sánchez Caravaca, Nalá Ayalén
Condições de trabalho e supervisão de estágio
em serviço social: : contribuições para o
debate. / Nalá Ayalén Sánchez Caravaca ;
orientador, Helenara Silveira Fagundes,
coorientador, Maria Teresa dos Santos, 2022.
187 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Supervisão de campo de
estágio. 3. Serviço Social. 4. Condições de
trabalho. I. Silveira Fagundes, Helenara. II. dos
Santos, Maria Teresa . III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em
Serviço Social. IV. Título.

Nalá Ayalén Sánchez Caravaca

Condições de trabalho e supervisão de estágio em serviço social: contribuições para o debate.

O presente trabalho, em nível de Doutorado, foi avaliado e aprovado, em 21 de dezembro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.a Vania Maria Manfroi, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jaime Hillesheim, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

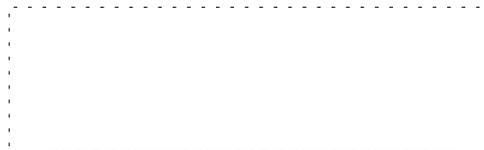
Prof.a Patricia Laura Torriglia, Dra
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.a Clara Martins do Nascimento, Dra
Universidade de Pernambuco

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.a Helenara Silveira Fagundes, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2022.

A Adila Marlene Faria, Alcinda Oliveira, Aldévila Silva Campineiro, Alexandra Rodrigues de Figueiredo, Alice Reiko Miwa, Ana Maria da Rocha Gonçalves Dias, Carlos César Ferreira de Souza, Carmosina da Costa Ribeiro, Cassiana Santos Madeira, Cida Sarinho, Cleiber Silva Alves, Cristian Prates Wagner Revert, Cristina Menegheti, Débora Cristina Bandeira Rodrigues, Deisemar de Freitas Barbosa Bastos, Denise Teixeira da Rocha, Dilma Evangelista, Discélia Dias Silva Barra do Garças, Dora Machado, Doroti Regina Guaita, Edilvane Ferreira de Jesus, Edinamar Mendes de Oliveira, Elazir Saraiva Barros, Eliane Cristina Zigler de Oliveira Andrade, Eliane de Paula Lima, Elza Regina Della Bianca, Estelina Barreira Pereira, Fernanda Maria Bondioli, Francisca Alves Muniz, Francisca Romana Souza Chaves, Gabriela Santos Silva, Horrana Campos Herreira Louzada, Iêda Ludovina Castro, Ieda Misael da Silva Machado, Iná Corrêa de Meireles, Inês Soethe Marcos, Iranildes Gonzaga Caldas, Isabel Romano Bertolassi, Ivonil Soares de Campos, Iza Castro, Janete Soares, Joana Aparecida de Moura Garcia, José Pedro de Lima Filho, Josiane Aparecida Herbele, Josué dos Santos, Joyce Rodrigues, Juliana Cirqueira Soares da Silva, Kátia Maria Gonçalves de Oliveira, Kely Cristina Moura de Oliveira Fernandes, Laudiceia Pinto de Carvalho, Leila Maria Vieira, Lidiane Feitosa, Lourdinha Gomes, Lourenço Gaspar Guebur, Lúcia Braga, Lúcia Porfírio de Andrade da Silva, Luciana dos Reis Mendes, Luciano José Izidoro, Lucirene Alves Leite, Luis Fernando Azevedo do Espírito Santo, Luzalene Francisca de Araújo, Maize Sales de Moraes, Márcia Helena de Souza Silva, Márcia Pereira Moscardini, Marcilane Miranda Paiva, Marcos Fernandes Aquino, Maria Aparecida Pereira, Maria Cecília Coêlho Ligth, Maria Cristina Galvão Pinheiro, Maria da Conceição da Luz Ferreira, Maria das Dores Castilho Santos, Maria das Graças Resplandes de Oliveira, Maria do Perpetuo Socorro Lima, Maria do Socorro, Maria do Socorro Gatinho Ribeiro, Maria Elizângela Campos Matos, Maria Luiza da Rocha Gomes, Maria Nilce Ferreira da Silva, Marisa Fontes Rodrigues, Marlene Eduardo dos Santos, Marly Eugênia Diniz Lemos, Micheline Barros de Aquino Bezerra, Miria Campos Lavor, Mírian Peres de Moura, Mônica Letícia dos Santos, Mylena Cristina Azevedo de Souza Alcântara, Nayara Silva dos Santos, Neiva Luz dos Santos Silva Munhoz, Nilse Pereira Arantes, Odália Lima Borges, Ozelângela Castro de Souza Lima, Quezia Leite Batista, Rafaela Pereira da Rocha, Raimunda Gracinete Assunção Espíndola, Raimunda Pinheiro Coe, Raimundo dos Santos Moura, Raquel Moraes, Rejane Maria Moura Albuquerque, Ricardo Fernando Grigório, Robson Teixeira Cordeiro, Ronald Lima Pamplona, Rosângela Camargo Nascimento, Sílvia Antônia Nery dos Santos, Sílvia Lilian de Paula Reis, Simone Maciel de Alencar, Simone Marques Soares, Suely Medeiros, Telma Amaro, Telma Correia dos Santos, Thaciara Jaiana de Paula Limeira,

Therezinha de Jesus Bayma Valle, Vera Lúcia dos Santos Normando, Viviane Ribeiro Fontes,
Zilta Nogueira.

Assistentes sociais vítimas da infâmia e Covid-

19.

Que nunca mais o trabalho nos leve a vida.

AGRADECIMENTOS

Em tempos que a Pós-Graduação adoece junto com o mundo, para mim, as pessoas que constroem este espaço foram refúgio e o fato disso ter sido desta maneira tem nomes e sobrenomes.

À Vania Maria Manfroi, pelo convite primeiro, no corredor do DSS, onde todo se gesta, e em que comecei a fazer parte da pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio ocupacionais” o que fez isso possível. Mas também pela amizade, pela lembrança de enxergar beleza, pela acolhida e pela confiança.

À equipe da pesquisa: Vania Maria Manfroi, Ana Maria Baima Cartaxo, Inez Rocha Zacarias, Jaime Hillesheim, Maria Regina de Ávila Moreira, Maria Teresa dos Santos, Aline de Andrade Rodrigues, Discente Denise Aparecida Michelute Gerardi e Bruna Depiné. Por cada aprendizado e por cada anedota dessa trabalhadeira gostosa que nos fez andar Santa Catarina adentro.

À cada assistente social que dedicou tempo e compromisso participando da pesquisa. Sem sua voz, não teria de que falar. Nem dados, nem sentido.

À Helenara Silveira Fagundes, pela confiança desde o início, pela imensa generosidade na sala de aula e fora dela. Por investir em mim como doutoranda, mas também como docente. Por toda a paciência e a aposta de sempre, pelo carinho e pelo cuidado.

À Maria Teresa dos Santos, por segurar a mão e fazer sentir em mim a confiança e a segurança necessárias para andar sem que o tremor abale a estrutura. Obrigada, não só pela dedicação, mas também pela partilha de todo o caminho por você andado, que deixou claro para mim a importância de quem fomos e continuamos sendo. Levo, como maior aprendizado, o reflexo de tua coerência cotidiana.

Às professoras Beatriz Paiva, Vania Manfroi, Tânia Kruguer e ao professor Jaime Hillesheim, co-coordenadores do PPGSS, pessoas presentes. Essa é a palavra, presentes. Com sua disponibilidade infinita e compromisso com o programa, mas com cada um de nós, estiveram e estão sempre aí, para a troca, para a escuta, para o necessário. Deram a forma a um programa, que se nutre e faz do coletivo e que batalharam cotidianamente para fazer dele um grande espaço de partilha e crescimento intelectual e humano, esse que só pode ser crescimento se tem base coletiva.

À Gabriela Martins Brasil e a Salezio Schmitz Junior por toda a paciência comigo, disposição e compromisso com o PPGSS.

À banca: Patrícia Laura Torriglia, Clara Martins do Nascimento, Vania Maria Manfroi e Jaime Hillesheim pelas trocas que vem de antes e seguirão depois, que nasceram em salas e se alimentaram de vinho e poesia. Que fizeram tangível o desejo de pensar um mundo maior (melhor é pros tontos, nós queremos um em que caiba todo mundo).

Às mil mãos que construíram essa tese, Às de Marjori, Ellen, William, Edivane, Samuel, Vanessa, Clara, Cris, Cláudio, Ciça, Pato, Fer, pelas trocas, pelo suporte e por me lembrar (às vezes mais que eu) que essa tese fazia sentido. Às do Valter que com sapiência e paciência contribuíram para poder graficar e ilustrar o que para uma humana de humanas é muito mais fácil contar com as artes de dizer (mas que quando só diz, nem sempre se compreende).

À mi família argentina e também à minha família brasileira. Vocês sabem que são meu ninho. Ustedes saben que son mi nido.

À equipe do Resgate Social-Arco-íris: Claudia, Gladis, Leo, Juscelino, Édio, Aline, Kethylen, Rosi, e Carla pela torcida, pelo suporte, por entender cada dia um pouco mais acelerado desta ansiosa. Por facilitar cada mudança de plantão tentando casar a escrita com o trabalho na ponta e não questionar sequer uma, sempre atentos a que pudesse fechar esse ciclo. À Letícia por, além de tudo isso, dar suporte parálem do espaço de trabalho, mandando a mensagem de alento com a palavra certa, aquecendo o coração e empolgando a produção da tese.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da UFSC e da CAPES, que com seu suor cotidiano mantém em pé a pesquisa brasileira.

Construção coletiva de conhecimento é também isso, não é só o debate, não é só o que vem antes de nós, base insuprível dos nossos avanços. É também estar, construir as condições para que isso saia da cabeça e vá para o papel sabendo que o trabalho é a fonte dos meios de subsistência, mas fazendo de cada espaço o mais flexível dentro das condições existentes. Eu contei com isso, por isso, também, essa tese é produto coletivo. Ela é também de vocês.

Obrigada.

RESUMO

A presente tese faz parte das produções elaboradas a partir da pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais” - Edital Universal MCTI/CNPq n. 1/2016 e tem como objetivo geral analisar a relação entre as condições de trabalho das supervisoras de campo em serviço social de Santa Catarina e o exercício da supervisão de campo, fazendo a partir do diálogo entre as produções acadêmicas e o sustento na pesquisa empírica, necessária e escassa nesta temática, como nos esforçamos em demonstrar a partir de um detalhado levantamento de literatura. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa empírica de tipo qualitativa que se valeu de três instrumentos de coleta de dados: levantamento bibliográfico; questionário online destinados às supervisoras de campo de estágio; e a realização de grupos focais com profissionais supervisoras de campo que desenvolvam suas atividades nas regiões correspondentes aos NUCRESS do Meio Vale do Itajaí, Planalto catarinense e Grande Florianópolis. Os questionários foram aplicados entre junho e dezembro de 2019, e os Grupos Focais realizados entre agosto e dezembro de 2019, sendo que a pesquisa possuía parecer favorável do comitê de ética da Universidade Federal de Santa Catarina desde maio de 2019. Dos dados obtidos nos grupos focais e dos questionários, foi elaborada uma análise em profundidade que teve como fonte de adensamento teórico fundamental o levantamento das produções existentes no Brasil sobre a temática, como também de clássicos da teoria social crítica. A análise proposta teve como finalidade caracterizar as condições de trabalho das assistentes sociais de Santa Catarina que realizam supervisão de campo de estágio para, posteriormente, compreender a forma em que esta se materializa na supervisão de campo de estágio. Em um cenário de precarização laboral, com jornadas extensas, que excedem as 30 horas estabelecidas por lei, acúmulo de vínculos empregatícios, baixos salários e adoecimento em função do trabalho, assistentes sociais definem a supervisão de campo de estágio como um espaço contraditório, em que, ao mesmo tempo que representa uma fonte de preocupação em relação às condições em que poderão ser desenvolvidas as atividades da supervisão, apresenta-se, por outro lado, como a chance de retomar estudos sobre os fundamentos da profissão, fortalecer o vínculo com a universidade, disputar o perfil profissional a partir da contribuição na formação de estudantes de serviço social, obter tempo dentro da jornada de trabalho e poder refletir o cotidiano de trabalho de forma crítica.

Palavras-chave: Supervisão de campo de estágio; Condições de trabalho; Serviço Social.

RESUMEN

La presente tesis forma parte del conjunto de producciones elaboradas a partir de a investigación “Las condiciones de trabajo de los Trabajadores Sociales: un análisis a partir de la realidad de las prácticas preprofesionales en os espacios socio ocupacionales” - Edital Universal MCTI/CNPq n. 1/2016 y tiene como objetivo general analizar la relación entre las condiciones de trabajo de las supervisoras de prácticas preprofesionales en trabajo social en Santa Catarina y el ejercicio de la supervisión y lo hace a partir del diálogo entre las producciones académicas y el soporte de la investigación empírica, necesaria y escasa en este tema, como nos esforzamos en demostrar a partir de un levantamiento detallado de literatura. Para ello, se desarrolló una investigación empírica de carácter cualitativo que hizo uso de tres instrumentos para la obtención de datos: relevamiento bibliográfico; cuestionario online dirigido a supervisoras de práctica preprofesional; realización de grupos focales con supervisoras de prácticas preprofesionales que desarrollan sus actividades en las regiones correspondientes a los NUCRESS de Medio Vale do Itajaí, Planalto catarinense y la Gran Florianópolis. Los cuestionarios fueron aplicados entre junio y diciembre de 2019, y los grupos focales se realizaron entre agosto y diciembre de 2019. La investigación contó con el dictamen favorable del comité de ética de la Universidad Federal de Santa Catarina desde mayo de 2019. A partir de los datos obtenidos en los grupos focales y los cuestionarios, se elaboró un análisis en profundidad que tuvo como fuente de fundamentación teórica el relevamiento de las producciones existentes en Brasil sobre el tema, así como clásicos de la teoría social crítica. El análisis propuesto tuvo como objetivo caracterizar las condiciones de trabajo de las trabajadoras sociales de Santa Catarina que realizan supervisión de prácticas preprofesionales para, posteriormente, comprender cómo esto se materializa en la supervisión. En un escenario de precariedad laboral, con largas jornadas de trabajo que superan las 30 horas establecidas por la ley, acumulación de vínculos laborales, bajos salarios y dolencias debidas al trabajo, las trabajadoras sociales ven la supervisión de prácticas como un espacio contradictorio, en el que, al mismo tiempo que representa una fuente de preocupación en relación a las condiciones en las que se pueden desarrollar las actividades de supervisión, se presenta, por otro lado, como una oportunidad para retomar los estudios sobre los fundamentos de la profesión, fortalecer el vínculo con la universidad, disputar el perfil profesional a partir de la contribución en la formación de los estudiantes de trabajo social y obtener tiempo dentro de la jornada laboral para reflexionar sobre el trabajo diario de manera crítica.

Palavras-chave: Supervisión de prácticas preprofesionales; Condiciones de Trabajo; Trabajo Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estratégia de levantamento de produções e resultados quantitativos.....	42
Figura 2 – Total das 23 produções em porcentagem - anos 2016 a 2020.....	43
Figura 3 – Eixo 1 - Estágio Supervisionado e Formação Profissional.....	47
Figura 4 - Eixo 1 - Percentual de temáticas por tipo de produção.....	48
Figura 5 – Eixo 2-supervisão de estágio como atividade privativa do Assistente social.....	49
Figura 6 – Eixo 2 – Percentuais de temáticas por tipo de produção.....	50
Figura 7 – Eixo 3 - Outros.....	51
Figura 8 – Distribuição dos participantes da pesquisa, segundo o sexo (esquerda).....	64
Figura 9 – Identidade de gênero (direita).....	64
Figura 10 – Idade (esquerda).....	65
Figura 11 – Pertença étnico-racial (direita).....	65
Figura 12 – Ano de formação (esquerda).....	66
Figura 13 – Modalidade de ensino (direita).....	66
Figura 14 – Tempo de Atuação como Assistente Social.....	66
Figura 15 – Tempo de exercício da supervisão campo (esquerda).....	67
Figura 16 – Número de estagiários que supervisiona (direita).....	67
Figura 17 – Jornada de trabalho semanal das supervisoras de campo de Santa Catarina.....	69
Figura 18 – Número de vínculos empregatícios.....	70
Figura 19 – Jornada de trabalho na instituição principal.....	72
Figura 20 – Trabalhos na área de Serviço Social.....	72
Figura 21 – Vínculos em relação a local de trabalho (esquerda).....	73
Figura 22 – Distância entre locais de trabalho (direita).....	73
Figura 23 – Tipo de vínculo.....	74
Figura 24 – Natureza jurídica do empregador.....	74
Figura 25 – Forma de ingresso no principal vínculo empregatício / Perfil de Assistentes sociais no brasil.....	75
Figura 26 – Renda bruta total.....	76
Figura 27 – Discriminação no trabalho (esquerda).....	77

Figura 28 – Assédio moral no trabalho (centro).....	77
Figura 29 – Assédio sexual no trabalho (direita).....	77
Figura 30 – Por que escolheu Serviço Social? – Grande Florianópolis.....	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – “Tabela 39 – Jornada semanal de trabalho em todos os vínculos” / Perfil de assistentes sociais no brasil.....	70
Tabela 2 – “Tabela 26 – Distribuição de profissionais por quantidade de vínculos” / Perfil de Assistentes sociais no brasil.....	71
Tabela 3 – “Tabela 30 – Natureza do principal vínculo” / Perfil de Assistentes sociais no brasil.....	75
Tabela 4 – “Tabela 43 – Rendimento Bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social” / Perfil de Assistentes sociais no brasil.....	76
Tabela 5 – condições de trabalho no espaço laboral.....	78
Tabela 6 – Enfrentou ou enfrenta alguma das ocorrências?.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
APS	Atenção Primária da saúde
AS	Assistente Social
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DSS	Departamento de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ESF	Equipe de Saúde da Família
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, e outras identidades de gênero e orientações sexuais.
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NUCRESS	Núcleo de Base do Conselho Regional de Serviço Social
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PET	Programa de Educação para o Trabalho
PNE	Política Nacional de Estágio
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
SM	Salário Mínimo
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFA	Unidades de Formação Acadêmica
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	17
2.	SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: DE QUE FALAM OS JORNAIS?.....	28
2.1	A SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO.....	29
2.2	A RELAÇÃO TEORIA PRÁTICA E O ÉSTAGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL 35	
2.3	PRODUÇÕES SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: PERÍODO 2016 - 2020.....	40
3.	CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	55
3.1.	<i>“SÓLO TRABAJA Y SU TRABAJO ES AJENO”</i> : MAIS UMA VEZ, SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO.....	57
3.2	PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORAS DE CAMPO DE SANTA CATARINA.....	63
3.3	AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORES(AS) DE CAMPO.....	68
3.4	SUPERVISIONAR PRECARIZADO OU PRECARIZAR A SUPERVISÃO? SOBRE O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO EXERCÍCIO DA SUPERVISÃO DE CAMPO 82	
4.	A PLANTA DE BARTOLO: AS DISPUTAS E OS REVESES DAS SUPERVISORAS DE CAMPO DE ESTÁGIO DE SANTA CATARINA.....	92
4.1	A VISÃO INSTITUCIONAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL 101	
4.2	PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO.....	105
4.3	A VOLTA POR CIMA.....	114
4.3.1	A troca: Supervisão de estágio como espaço de formação.....	114
4.3.2	A Supervisão de estágio como possibilitadora da reflexão do cotidiano profissional.....	119
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	130
	APÊNDICE A – LEVANTAMENTO PRODUÇÕES 2016-2020.....	134
	APÊNDICE B.....	168

PROGRAMAS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES (PORCENTUAL).....	168
ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA SUPERVISORAS DE CAMPOS DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA.....	169
ANEXO B – ROTEIRO PARA GRUPOS FOCAIS COM SUPERVISORAS DE CAMPO DE ESTÁGIO DE SANTA CATARINA.....	187

1. INTRODUÇÃO

Introduzir um trabalho que se propõe síntese de um processo de pesquisa, reflexão e análise de alguns anos é trabalho árduo, pois orientará a leitura de cada seção que suceder a apresentação que, neste ato inicial, pretende-se fazer. É por este motivo que alguns elementos não podem ser esquecidos, pois estabelecerão, a partir de agora, acordos sobre como ler as informações aqui trazidas.

Nesta linha, a primeira questão a ser explicitada é que, neste escrito, optamos pelo uso do feminino para todas as generalizações daqui em diante. A escolha, também posicionamento, tem como base que, se a opção por um gênero facilita e agiliza a leitura, numa profissão composta por uma ampla maioria de mulheres¹, a generalização será representada pelo gênero feminino. Será, assim, este o gênero que indica que estamos nos referindo ao conjunto de profissionais e, por consequente, aos conjuntos que precisem ser indicados.

A segunda é que partimos do entendimento que o conhecimento é produção coletiva, histórica e processual, e por esse motivo precisamos explicitar tanto o movimento de quem escreve para chegar ao seu objeto, como também do trabalho coletivo que ofereceu as condições materiais e objetivas para que a tese pudesse ser desenvolvida.

Em relação ao processo de construção do objeto de pesquisa para a construção da tese doutoral que aqui se apresenta, surge, em primeiro lugar, de uma necessidade não recente da doutoranda. Desde os primeiros contatos com a pesquisa na graduação em Serviço Social na Universidade de Buenos Aires, a preocupação com o exercício profissional e com a busca da “fórmula” que nos permitisse pensar e fazer em unidade coerente está presente. Assim, a primeira aproximação com a temática deu lugar ao Trabalho de Conclusão de Curso e teve por base desvendar os determinantes que obstaculizam a relação entre o planejamento de curto e longo prazo a partir da caracterização do trabalho que desenvolviam as Assistentes Sociais na área da Saúde, especificamente na Atenção Primária em Saúde (APS), na Cidade Autónoma de Buenos Aires-Argentina.

O problema de pesquisa do trabalho foi a tensão entre a característica de urgência das intervenções que têm lugar nesse tipo de serviço e o trabalho comunitário como um dos eixos

¹Inclusive, conforme mostraremos na terceira seção, na nossa pesquisa, mulheres cis configuram o 95% das participantes da pesquisa.

orientadores da lógica da APS, e sua relação com a condição de trabalhadores dos e das Assistentes Sociais.

Aquela pesquisa também teve como foco de trabalho observar quais eram as orientações desde as instituições para resolver essa problemática (e se era reconhecida como tal) e levantar as estratégias que esses e essas profissionais elaboraram para poder trabalhar de acordo não só com os princípios da APS, mas também com os próprios supostos ideológicos, ético-políticos e teórico-metodológicos que sustentam as abordagens que excedem a atenção imediata, individual e paliativa.

Durante o mestrado, essa preocupação não só continuou como se nutriu de novos aspectos que urgiam serem ponderados. A passagem pela universidade brasileira mediante um intercâmbio na graduação e a participação do Programa de Educação para o Trabalho - PET Saúde deixaram, como se diz aqui, “com a pulga atrás da orelha”: os mesmos problemas, os mesmos desafios que observava no exercício profissional na Atenção Básica em Buenos Aires se apresentavam em Florianópolis de forma tal que desafiavam padrões estatísticos e regras comparativas. Assim, foi necessário fazer do mestrado um momento para parar e olhar aquilo que nos igualava na diferença. A pesquisa, então, envolveu a troca com profissionais inseridos nos serviços básicos de saúde na Cidade Autónoma de Buenos Aires - Argentina e em Florianópolis - Brasil, que estavam dizendo as mesmas coisas em duas línguas. As mesmas problemáticas, as mesmas dificuldades para dar conta da rixa entre a urgência das demandas e a necessidade de parar, pensar e direcionar conscientemente a ação.

Durante a pesquisa de mestrado, uma frase chamou a atenção (mesmo sem ter lucidez suficiente para nomear naquele momento). Ao serem consultadas sobre o que o Serviço Social faz, a frase era imediata e iminente: “Assistente social garante direitos”, frase esta que tem se repetido em cada encontro com profissionais no percurso do doutorado. Então, o que significava para esses profissionais “garantir direitos”? Que pressupostos sobre o Estado, sobre o exercício profissional, sobre o Serviço Social em si estava por trás dessa afirmação? A partir de qual perspectiva ou matriz teórica essa sentença foi dita?

Assim, havíamos chegado ao momento de qualificação com vários objetos de pesquisa. Pois bem, se o trabalho assalariado na forma de produção capitalista é o organizador da vida e da reprodução da vida dos e das sujeitas, como olhar para isso desde um só lugar? O foco deveria estar na necessidade de pensar a dimensão teórico-metodológica em conjunto com a dimensão ideo-política a partir da compreensão do trabalho como atividade mediadora do homem? Ou, ao contrário, deveriam ser baseadas na escuta atenta do que as assistentes sociais supervisoras de campo de estágio têm a dizer sobre a relação entre

teoria-prática/condições de trabalho, a busca da direção da ação cotidiana desses profissionais? Eram, por acaso, as matrizes teóricas que embasaram seus argumentos as que precisavam ser desvendadas e caracterizadas para podermos pensar a nossa formação?

Um longo processo de reflexão foi desenvolvido até chegar ao que nos parágrafos seguintes definiremos como objeto desta tese, mas antes disso deve ser explicitado aquilo que deu base material à realização desta tese. O movimento de escuta e análise dos e das profissionais que exerciam o papel de supervisores e supervisoras de campo só foi possível porque a tese doutoral que aqui se apresenta integrou a pesquisa intitulada “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais” da qual fizemos parte desde 2016.

A citada pesquisa, coordenada pela Profa. Dra. Vania Maria Manfroi, contou, além da docente, com uma equipe de pesquisadoras formada por seis professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (sendo três do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da mesma universidade): Profa. Dra. Ana Maria Baima Cartaxo, Profa. Dra. Inez Rocha Zacarias, Prof. Dr. Jaime Hillesheim, Profa. Dra. Maria Regina de Ávila Moreira e Profa. Dra. Maria Teresa dos Santos.

Além das docentes, a pesquisa contou com a participação de duas estudantes de doutorado, a autora desta tese e a doutoranda Aline de Andrade Rodrigues, uma estudante de mestrado, hoje Mestra, Denise Aparecida Michelute Geraldi e uma estudante de graduação, hoje assistente social, Bruna Depiné. As quatro estudantes contaram com financiamento público para dedicação à pesquisa por meio das seguintes Bolsas de estudo: duas Bolsas de dedicação exclusiva CAPES/DS (uma de doutorado e uma de mestrado), uma Bolsa de dedicação exclusiva para doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e uma bolsa de iniciação científica de agosto de 2017 a julho de 2019.

Por sua vez, a pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”, foi financiada pelo CNPq, mediante submissão e aprovação do Edital Universal CNPq de 2016. Assim, a realização dela contou com orçamento público proveniente dessas três entidades, financiado pelo conjunto de trabalhadoras Brasileiras. Sem este recurso, grande parte das atividades realizadas, e da própria pesquisa, nas dimensões em que esta foi pensada e executada², não teria sido possível.

²O objetivo da pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais” é analisar as formas de estruturação e dinâmica do estágio em Serviço Social e as determinações do mercado de trabalho, considerando as condições laborais dos profissionais supervisoras de estágio e estudantes estagiários. Uma das preocupações é pensar a relação formação/exercício profissional tendo como eixo balizador das análises a forma em que as condições de trabalho dos e das

Além do orçamento anteriormente detalhado, a pesquisa foi realizada em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12ª Região. Parceria da qual resultaram inúmeras trocas que vão desde o acesso aos dados de cadastro dos profissionais a serem contatados (mediante autorização destes) tendo alcance a totalidade do Estado de Santa Catarina, à realização de 9 (nove) oficinas³ que tiveram como temática: “Atribuições e Competências Profissionais: Os Desafios da Relação Teoria-Prática”, surgida das demandas provenientes dos e das profissionais das diferentes regiões levantadas pelos NUCRESS de Santa Catarina.

Foi no transcurso destas experiências, nas trocas com as profissionais das diferentes regiões de Santa Catarina, mas também das reflexões com a equipe de pesquisa que as perguntas que orientaram esta tese se fizeram aparentes: pese todas as mudanças curriculares ao longo da história dos cursos de serviço social, à firmeza das diretrizes da ABEPSS e a força com que a Política Nacional de Estágio entrou para dizer que o estágio supervisionado em serviço social “é um espaço privilegiado da formação e assim seria tratado”. Por que, continuava sendo o estágio supervisionado em serviço social divisor de água da formação de futuros profissionais? Por que, ao mesmo tempo que era unânime o entendimento da sua importância como espaço formativo, fala-se tão pouco nas produções acadêmicas sobre algo

profissionais inferem nesta, num contexto de crise mundial do capital que traz como efeito imediato na educação a reestruturação do ensino a partir de pautas que visam reforçar a lógica mercantil a partir de discursos que priorizam as lógicas de reprodução do capital, que por trás dos discursos de valorização da eficácia e da eficiência reconfiguram as propostas curriculares em função das leis mais básicas do mercado: oferta e procura. E a proliferação de propostas de ensino a distância exemplificam de forma contundente esta situação.

Foram objetivos específicos da pesquisa: 1) Investigar as concepções de estágio em Serviço Social dos principais sujeitos envolvidos em sua operacionalização e verificar se estas concepções reafirmam ou se afastam da perspectiva presente na política nacional de estágio aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); 2) Apreender as perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social assumidas pelas assistentes sociais supervisoras e como essas perspectivas se concretizam no processo de estágio e 3) Analisar as propostas/políticas de estágio adotadas pelas unidades de ensino nos cursos de Serviço Social (nas modalidades presencial e a distância) existentes no estado de Santa Catarina, tendo como parâmetro a legislação específica em vigor e a política nacional de estágio elaborada pela ABEPSS.

O universo da pesquisa correspondeu à totalidade das supervisoras acadêmicas e de campo e estudantes dos cursos de serviço social existentes no estado de Santa Catarina. No momento de elaboração projeto de pesquisa (2016), essa Unidade da Federação contava com a presença do curso de Serviço Social em 38 municípios (CRESS/SC, 2013). Número este que tem apresentado variações, por contar com Instituições que oferecem o curso na modalidade EaD, cuja oferta se modifica de ano a ano e tem sido acompanhada desde o começo da pesquisa. Porém, no que tange à realização da pesquisa doutoral, só serão contemplados os dados provenientes de informações obtidas com supervisoras de campo, parte desse grande universo.

³ Sendo a primeira oficina resultante de um minicurso realizado na 17ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC no ano de 2018, readaptado para configurar a Oficina: “A relação teoria e prática no exercício profissional do/a Assistente Social” destinada a profissionais e estudantes de Serviço Social, realizada na sede do CRESS 12ª Região, na cidade de Florianópolis.

As oito oficinas restantes tiveram lugar na segunda metade de 2019 nas cidades de São Miguel do Oeste (NUCRESS Extremo Oeste); Chapecó (NUCRESS Oeste); Blumenau (NUCRESS Médio Vale do Itajaí); Lages (NUCRESS Planalto Catarinense); Caçador (NUCRESS Vale do Rio do Peixe); Joinville (NUCRESS Norte e Vale do Itapocú NUCRESS); Itajaí (Vale do Itajaí) e Florianópolis (NUCRESS Grande Florianópolis).

que é definido como, simultaneamente, imprescindível e complexo? Se entendemos que o trabalho, como já foi mencionado, é, na sua forma assalariada dentro do sistema de produção capitalista, organizador, mediador concreto da atividade humana, como essa condição ficaria alheia as reflexões sobre o exercício da supervisão de estágio? A partir da fala de quem, dentre todos os sujeitos possíveis de pesquisa buscar-se-ia a base material da análise? Seriam as estudantes? As supervisoras acadêmicas? As supervisoras de campo de estágio?

Não foi até a realização do relatório final da pesquisa que essa dúvida foi saldada e a escolha feita. A pergunta de pesquisa seria “Como se manifesta a relação entre as condições de trabalho das supervisoras de campo em serviço social de Santa Catarina e o próprio exercício da supervisão de campo?”. O sujeito, portanto, desta pesquisa doutoral seriam as supervisoras de campo de estágio em Serviço Social de Santa Catarina. O objeto ficou definido como a relação entre supervisão de campo de estágio e condições de trabalho dos e das assistentes sociais de Santa Catarina.

O percurso metodológico para a investigação parte do pressuposto que discutir e avaliar o estágio supervisionado em Serviço Social, enquanto momento privilegiado da formação, não pode ser realizado apartado das condições concretas do exercício profissional (ABEPSS, 1996; 2010). Tal princípio se impõe tanto pela relação direta que determina a inserção, a qualidade, a consecução dos objetivos a que se destina o estágio, como e fundamentalmente, pela configuração socio-histórica do Serviço Social como profissão constitutiva da divisão sociotécnica do trabalho a partir das contradições da sociabilidade contemporânea. Os procedimentos metodológicos escolhidos pretendem apreender a complexidade do objeto a partir de dados objetivos e subjetivos que contribuam para apontar os avanços, dificuldades, desafios e estratégias à consolidação do projeto ético-político profissional em tempos de crise do capital e de regressão de direitos. (MANFROI, et. al., 2016, p. 15)

Nesta linha, esta tese tem como base dados coletados a partir da realização de uma pesquisa empírica⁴, cujo resultado foi uma elaboração de tipo descritiva que “procura não só determinar como é um fenômeno, mas também de que maneira e por que ocorre” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111) de abordagem qualitativa (IDEM), bem como a realização de um exercício de análise ancorados nas realidades socio-ocupacionais das assistentes sociais de Santa Catarina.

⁴Lembramos que a pesquisa empírica corresponde ao trabalho realizado pela equipe já citada, no marco da pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”, da qual a doutoranda faz parte e que não foi realizado de forma exclusiva nem individual para esta tese, sendo produto desta a análise realizada para o recorte específico já mencionado.

Ou seja, a realização de um estudo da forma em que o estamos propondo, envolveu não só a análise dos processos de trabalho das profissionais que participaram da pesquisa, como também da forma e conteúdo da formação dos mesmos. Houve uma aproximação à realidade das assistentes sociais, a partir de uma análise minuciosa que o desenvolvimento dos processos de trabalho nos quais se enquadra a Supervisão de campo de Estágio.

Em relação às técnicas de coleta de dados, as informações necessárias para dar conta das unidades de análise foram obtidas por meio de três instrumentos: levantamento das produções sobre supervisão de campo de estágio em serviço social e condições de trabalho das assistentes sociais; questionário online (ver ANEXO I) destinados às supervisoras de campo de estágio; e a realização de grupos focais (Ver roteiro em Anexo II) com profissionais supervisoras de campo que desenvolvam suas atividades nas regiões correspondentes aos NUCRESS do Meio Vale do Itajaí, Planalto catarinense e Grande Florianópolis. Nesse sentido, entendemos que a técnica de grupo focal contribui para poder realizar uma análise aprofundada que leve em conta as “contradições, desafios e estratégias à concretização do estágio supervisionado, bem como das condições e relações de trabalho, com destaque para as novas formas de uso e gestão do trabalho profissional” (MANFROI, 2016, p. 17). Os questionários foram aplicados entre junho e dezembro de 2019, e os grupos focais realizados entre agosto e dezembro de 2019, sendo que a pesquisa possuía parecer favorável do comitê de ética da Universidade Federal de Santa Catarina desde maio de 2019 (Ver Anexo III).

Os links dos questionários foram enviados via e-mail para serem preenchidos por meio da ferramenta Google forms à totalidade de supervisoras de campo de estágio em Serviço Social cujo cadastro se encontra atualizado no CRESS 12ª Região, sendo um total de 283 (duzentos e oitenta e três) supervisoras/es de campo cadastrados no sistema de cadastro interno do CRESS-SC. Foram entregues também de forma presencial àquelas supervisoras que estiveram presentes nas oficinas antes detalhadas, cuja respostas foram alimentadas de forma manual em planilha separada e posteriormente unificadas com as respostas geradas via Google forms.

O número de respostas dos questionários de pesquisa – respondidos e devolvidos pelo google forms ou preenchidos e entregues no momento da realização das oficinas - foi de 62 (sessenta e dois) supervisoras de campo, representando um retorno do 21,9% do total de supervisoras de campo cadastradas em Santa Catarina. O conjunto das respostas foi convertido para o Excel com a finalidade de sistematizar as informações coletadas, facilitando a análise dos dados.

Dos dados obtidos nos grupos focais e dos questionários foi elaborada uma análise em profundidade que teve como fonte de adensamento teórico fundamental o levantamento das produções existentes no Brasil sobre a temática, como também de clássicos da teoria social crítica.

O levantamento de produções sobre a supervisão de campo de estágio em serviço social e as condições de trabalho das assistentes sociais foi realizado especificamente para a tese durante o segundo semestre do ano 2020 e teve como recorte temporal os cinco anos precedentes, isto é, os anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Este recorte, longe de responder a uma lógica aleatória, tem por finalidade avançar nos anos não analisados pela pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços socio-ocupacionais”, que teve por base os dez anos precedentes a 2016 e cujos resultados podem ser acessados no Relatório Final de Pesquisa apresentado ao CNPq em maio de 2021.

As fontes selecionadas foram a Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses, e três revistas de ampla divulgação no serviço social: A revista *Katálysis*, Qualis CAPES A1/ Quadriênio 2013-2016, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, a revista *Serviço Social e Sociedade*, Qualis CAPES A1/ Quadriênio 2013-2016, editada pela Cortez Editora e a *Revista Temporalis*, Qualis CAES B1/ Quadriênio 2013-2016. Esta última, mesmo sendo B1, é entendida como de grande relevância para o Serviço social por se tratar da Revista editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Por último, as palavras chaves para o levantamento de literatura foram divididas em três grupos, sendo originalmente só um: a combinação supervisão de campo de estágio AND serviço social AND condições de trabalho, combinação que precisou ser ampliada após nos encontrarmos com só uma produção nas fontes e no recorte temporal citado. Este processo é detalhado no ponto 2.3 desta produção.

Mediante a execução desta estratégia metodológica, entendemos que ao trazermos as formas concretas em que se materializa a relação entre as condições de trabalho dos e das assistentes sociais de Santa Catarina e o exercício da supervisão de campo de estágio, pois é nossa preocupação última a de gerar ferramentas que apontem estratégias de trabalho nos espaços de formação profissional (dentro e fora da academia). Assim, reconhecer e descrever as formas que adquire o problema é propósito dessa tese, inserida num projeto de pesquisa- sem ser possível de outra forma- no qual as condições de trabalho destes profissionais serão

foco e a forma em que estas incidem na formação de assistentes sociais, objeto. Pois, como já mencionado, o trabalho define formas de agir e ver o mundo a partir do qual se constitui como atividade mediadora do homem.

Para isso (e por fim), apresentamos a organização da tese doutoral, mas antes de apresentar a ordem e justificativa das seções, precisamos alertar ao/à leitor/a que temos dedicado todos nossos esforços a estabelecer um diálogo constante e transversal entre os dados e a reflexão teórica, ou melhor dizendo, entre a voz dos e das profissionais que participaram da pesquisa e nós, interlocutores que mediante reflexões nas bases teóricas já anunciadas.

Desta forma, a análise ficou estruturada da seguinte forma: A segunda seção se encontra dedicada a estabelecer um diálogo entre as temáticas recorrentes nas produções acadêmicas e as preocupações predominantes nas falas dos e das assistentes sociais participantes da pesquisa. Assim, essa seção está formada por dois momentos: 1) a apresentação e caracterização da literatura produzida nos últimos cinco anos, tomando como período de busca os anos 2016 a 2020, utilizando como base de dados a Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses e três revistas de ampla circulação na área: Revista *Katálysis* – UFSC; Revista *Serviço Social e Sociedade* – Cortez editora; Revista *Temporalis* - ABEPSS. 2) a apresentação do marco teórico conceitual que orienta nosso entendimento de estágio e supervisão de campo de estágio.

Na terceira seção, nos dedicamos a caracterizar e analisar as condições de trabalho nas quais se desenvolve a supervisão de campo de estágio utilizando como fonte as transcrições de grupos focais e questões pertinentes dos questionários já citados que foram sistematizados com a utilização do programa *Data Studio* de Google, que permite mediante a sistematização de dados a geração de gráficos interativos, facilitando a relação entre variáveis de análises, das quais algumas das combinações possíveis foram utilizadas para a análise na seção.

Na quarta seção, tendo já estabelecido a importância do recorte e a caracterização das condições de trabalho que dão marco à supervisão de campo, fizemos um esforço por compreender a visão da instituição sobre o estágio supervisionado e a forma em que esta imprime modos de fazer na supervisão, mas também trouxemos aquilo que entendemos de maior aporte neste trabalho, o que significa poder supervisionar campo de estágio em tempos de precarização.

Por último, apresentaremos considerações finais deste trabalho, compreendendo-as como o início do real debate: o nosso com as leitoras.

Mas antes de dar sequência às seções descritas, é necessário um adendo: esta tese foi escrita, provavelmente de forma semelhante às produções lançadas nos últimos três anos, em meio da maior crise sanitária, apenas comparável a grande Gripe Espanhola, ocorrida cem anos antes. Nos referimos à crise desencadeada pela pandemia de Covid-19.

No Brasil, nós pesquisadoras tivemos que enfrentar, assim como o conjunto das trabalhadoras, com a desídia, a incerteza o obscurantismo e a anti-ciência. Nesse contexto, os impactos para a produção de conhecimento vieram de múltiplas frentes. Por um lado, a insegurança generalizada sobre a própria sobrevivência diante de um estado completamente ausente, do outro o recorte orçamentário como parte de um projeto em curso de sucateamento da educação e de todas as áreas do aparelho estatal. Não sabíamos se iríamos sobreviver, não sabíamos se teríamos recursos para continuar trabalhando, acabamos, por momentos, não sabendo se valia a pena o que fazíamos no meio de tantas perdas.

O impacto tem números e só traremos duas informações entre tantas possíveis: O primeiro, foram 700 mil mortes registradas no Brasil tendo como causa complicações decorrentes de diagnóstico de Covid-19, colocando o país entre os 15 países com maior número de mortes (chegando a ser o segundo com maior número de mortes em abril de 2021)⁵, enquanto eram recusadas vacinas que poderiam ter salvado grande parte da população.

A segunda informação se refere às consequências dessa conjuntura para pós-graduandas brasileiras. Segundo pesquisa⁶ realizada pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), com um universo de quase 6000 pós-graduandas⁷ em que foi constatado que 45,50% das pessoas pesquisadas foram diagnosticadas com ansiedade generalizada, 17,46% com depressão e 5,50% com pânico, informando ainda que só um 6,17% referiu não ter padecido nenhum tipo de problema (diagnosticado ou não), tendo o restante declarado problemas com concentração, insônia, ansiedade, depressão, desmotivação, automedicação (seja com ansiolíticos ou antidepressivos) entre outros, declarando 68,04% não ter recebido suporte das coordenações do programas de pós-graduação.

Por que essas informações são necessárias? Por que traze-las na introdução de uma tese? A resposta não simples. É que o trabalho que será lido, só foi possível ser realizado em meio a esse contexto desolador, contando com dois elementos imprescindíveis e

⁵Ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ranking-da-covid-como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-casos-e-vacinas-aplicadas.ghtml>

⁶A matéria em português sobre a pesquisa citada está disponível no link: encr.pw/MdPZG e o artigo resultante da pesquisa publicado em inglês no link: encr.pw/DijW3.

⁷Insistimos em que o uso do feminino é opção nossa e não reflete o recorte da pesquisa citada, que não envolveu só mulheres cis e que pode ser acessado nos links disponíveis na nota de rodapé precedente.

extremamente escassos: o apoio do trabalho coletivo de uma equipe de pesquisa comprometida com que o fazer e o dizer fossem na mesma linha, fazendo com que suporte, apoio, reflexão, leituras, dicas, abraços e mãos estendidas fossem parte do cotidiano de trabalho e, por outra parte, a existência desde seu início com orçamento público de três entidades de financiamento que deram base material e estrutura à execução e à finalização tanto da pesquisa quanto desta tese.

Este trabalho existe, antes de mais nada, graças ao compromisso coletivo com a universidade pública e de qualidade, graças ao suor de trabalhadoras apesar de uma conjuntura totalmente desfavorável.

Dito isto, avançaremos com a proposta apresentada.

Seção II

Hoy dice el periódico
 Que ha muerto una mujer que conocí
 Que ha perdido en su campo el Atleti
 Y que ha amanecido nevando en París
 Que han pillado un alijo de coca
 Que a piscis y acuario les toca
 El vinagre y la hiel
 Que aprobó el parlamento europeo
 Una ley a favor de abolir el deseo
 Que fallo la vacuna anti sida
 Que un golpe de estado ha triunfado
 En la luna y movidas así
 Pero nada decía la prensa de hoy
 De esta sucia pasión
 De este lunes marrón
 Del obsceno sabor a cubata
 De ron de tu piel
 De olor a colonia barata
 del amanecer
 Hoy, amor, como siempre
 El diario no hablaba de ti,
 El diario no hablaba de ti,
 El diario no hablaba de ti,
 ni de mi
 Hoy dijo la radio
 que han hallado muerto
 Al niño que yo fui
 Que han pagado un pasote de pelas
 Por una acuarela falsa de Dalí
 Que ha caído la bolsa en el cielo
 Que siguen las putas en huelga
 De celo en Moscú
 Que subió la marea
 que fusilan mañana
 A Jesús de Judea
 Que creció el agujero de Ozono
 Que el hombre de hoy
 es el padre del mono
 Del año tres mil
 Pero nada decía el programa de hoy
 De este eclipse de mar
 De este salto mortal
 De tu voz tiritando en la cinta del contestador
 De las manchas que deja el olvido
 A través del colchón
 Hoy, amor, como siempre
 El diario no hablaba de ti,
 El diario no hablaba de ti,
 El diario no hablaba de ti,
 ni de mi

“Eclipse de Mar”, de Joaquin Sabina e Luis Eduardo Aute⁸

2. SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: DE QUE FALAM OS JORNAIS?

*Que subió la marea
Que fusilan mañana
A Jesús de Judea
Que creció el agujero de Ozono
Que el hombre de hoy
es el padre del mono
Del año tres mil...*

Estamos no começo do nosso percurso. Aqui a caminhada se orienta por duas premissas: a primeira, poder apresentar o que a academia está discutindo hoje sobre supervisão de estágio em serviço social. A segunda, sistematizar aquilo que se torna preocupação predominante para as e os supervisoras/es de campo de estágio participantes da pesquisa, buscando realizar um diálogo que demonstre a necessidade de abordagem a partir do recorte por nós proposto: A relação entre a supervisão de campo de estágio em serviço social e as condições de trabalho das supervisoras e supervisoras de campo de estágio. É neste intuito que foi realizado um levantamento das produções dos últimos cinco anos (2016 a 2020), sobre supervisão de estágio em serviço social.

Para continuar com nossa proposta, precisamos realizar uma ressalva: Essa tese não se pretende imperativa, nem sobre a dimensão da determinação do que tem mais ou menos relevância na pesquisa em serviço social, nem sobre que constitui um tema mais ou menos importante para o serviço social na particularidade da supervisão de campo de estágio. Entendemos que, por sermos seres históricos implicados no movimento de construção da nossa singularidade, no constante processo de individuação - que não pode ser confundida com individualidade - os nossos objetos de pesquisa partem sempre da conjunção entre aquilo

⁸ O jornal de hoje diz que morreu uma mulher que eu conheci, que o Atleti perdeu no seu próprio campo e que amanheceu nevando em paris. que apanharam um esconderijo de cocaína, que é a vez de peixes e aquário, do vinagre e da bílis, que o parlamento europeu passou uma lei a favor da abolição do desejo, que falhou a vacina contra a SIDA, que um golpe de estado triunfou na lua e coisas do tipo. Mas nada foi dito na imprensa de hoje sobre esta suja paixão, desta segunda-feira castanha, do gosto obsceno de rum da sua pele, do cheiro de colônia barata do amanhecer. Hoje amor, como sempre, o jornal não falou de ti, nem de mim. hoje o amor, tal como ontem, tal como sempre, o jornal não falou de ti, nem de mim. hoje a rádio disse que encontraram morto o menino que já fui, que pagaram muito dinheiro, por uma aquarela falsa de Dalí, que a bolsa de valores caiu no céu, que as prostitutas ainda estão em greve de calor em Moscovo, Que a maré subiu, que Jesus da Judeia vai ser fuzilado amanhã, que o buraco de ozono tem crescido, que o homem de hoje é o pai do macaco do ano 3000. Mas nada foi dito no programa de hoje sobre este eclipse de mar, deste salto-mortal, da sua voz tremendo na fita do respondedor automático, das manchas que o esquecimento deixa no colchão, hoje amor, como sempre, o diário não falava de ti, nem de mim. hoje o amor, tal como ontem, tal como sempre, o jornal não falou de ti, nem de mim

que toca mais diretamente cada pesquisador/a e o que está posto pelas necessidades históricas onde as indagações sobre a realidade em constante movimento são o motor das nossas pesquisas.

Sendo assim, a preocupação que dá força e fôlego a esta produção se nutre do intercâmbio com um setor específico entre os e as profissionais do serviço social: aquelas trabalhadoras da ponta, quer dizer, aqueles profissionais que atuam diretamente na execução final das políticas, e assim, melhor conhecer as preocupações que surgem em relação à supervisão de campo de estágio.

O recorte realizado nesta pesquisa é empírico e parte do pressuposto de que as discussões que estão acontecendo na academia são realizadas por sujeitos sociais, em um momento histórico determinado, qual seja: o esvaziamento sistemático das Universidades Públicas e os consequentes impactos no orçamento para pesquisa, que inviabilizam muitas vezes as pesquisas de campo e explicitam, ao mesmo tempo, a necessidade de aprofundamento das pesquisas e produções teóricas a partir dessa realidade concreta, à guisa de maiores possibilidades de entendimento do tempo presente.⁹

O que aqui nos move, adquire forma na tentativa de explicar em que contexto se realiza essa prática, quais as expectativas ou o que possivelmente pode incomodar às supervisoras e aos supervisores de campo de estágio de Santa Catarina. Aquilo que dificulta o exercício cotidiano da supervisão de estágio nos moldes e padrões de qualidade que eles gostariam. Será isso hoje nossa “pedra no sapato”? Algo que incomoda e precisamos “ver”, entender? Nessa linha de pensamento, começaremos com a apresentação dos conceitos centrais para nossa análise e daremos continuidade com a caracterização das produções acadêmicas identificadas sobre a temática.

2.1 A SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO.

Antes de começar a nossa caminhada, é necessário estabelecer alguns entendimentos comuns, com objetivo de ler esse mapa que tentaremos construir para facilitar a chegada ao que nos propomos aqui: Poder pensar a supervisão de campo de estágio tendo como eixo de análise as condições de trabalho das assistentes sociais de Santa Catarina. Para isso, inicialmente, precisamos dizer de que forma estamos lendo conceitos que nos acompanharam desde agora até as considerações finais.

⁹ lembremos que hoje no mundo voltou a se discutir se as vacinas salvam vidas, se a Terra é ou não plana. Nesta produção, e isso precisamos que fique muito explícito, não há discussões que estejam sendo levantadas como mais ou menos importantes.

Neste sentido, na Dissertação de Mestrado “Quem define o Serviço Social no mundo”, Tiago Iraton da Silva (2015, p.25) sintetiza a necessidade e a importância de dizer para o Serviço Social da seguinte forma:

Os significados das palavras são um resultado das relações sociais, e não um dado natural. A história é farta de exemplos, desde a apropriação indébita do discurso da “revolução” pela autocracia burguesa no Brasil, até a distorção no senso comum em torno do "comunismo" operada pela propaganda macartista. Como dito acima, a linguagem é atravessada pela disputa de hegemonia. Forças antagônicas lutam pela apropriação das palavras para suas respectivas concepções de mundo. Uma mesma terminologia pode conter diversos significados, cada qual ligado a um movimento histórico bem distinto. Uma definição não é um ato inocente, sobretudo, em se tratando do Serviço Social. Defini-lo significa dizer o que é ele, e não outro. Seu significado possui, portanto, um sentido de especificidade, que implica em delimitar o espaço do Serviço Social quanto às demais práticas sociais, sobretudo, as profissões no mercado de trabalho.

É nesta linha que pretendemos aqui, após uma apresentação dos conceitos centrais da nossa base teórico-analítica, buscar nas falas das assistentes sociais supervisoras de campo de estágio em Serviço Social de Santa Catarina os componentes ideopolíticos presentes nas definições chaves para entender o estágio supervisionado em serviço social, entendendo que

O componente ídeo-político que perpassa a prática profissional do assistente social articula convicções políticas e concepções ideológicas. Entretanto, esses elementos – o político e o ideológico – encontram-se absolutamente interligados no momento da intervenção profissional. A política e a ideologia possuem naturezas distintas e guardam uma relativa autonomia entre si, mas apresentam-se sempre de forma articulada. (Gonçalves Pereira de Paula, 2018, p.7).

Em primeiro lugar, é necessário apresentar a definição de estágio em serviço social. Aqui, o estágio é entendido como um processo em que se põem em jogo intercâmbios entre diferentes atores (estudantes, docentes, profissionais em exercício, usuários destes serviços) e instituições (a universidades e os espaços socio-ocupacionais, ambos feitos por pessoas com demandas específicas) o que o torna um momento privilegiado do encontro dialético entre teoria e prática - o que significa dizer que não compreendemos ele como único momento e sim, insistimos, como momento privilegiado – isto porque

O processo no qual se desenvolve o estágio supervisionado em Serviço Social compõe uma tríade de espaços que se complementam e retroalimentam no movimento de compreensão da realidade e de ação sobre essa realidade: i) o campo de estágio como espaço no qual o estudante se insere na realidade em movimento; ii) o espaço de supervisão de campo, onde a troca entre o profissional de atuação da ponta e o estudante em formação desenvolvem reflexões que transformam ambos (o primeiro pelas observações do novo olhar sobre o cotidiano profissional e o segundo pelas mediações acrescidas pela experiência profissional); iii) o espaço de supervisão acadêmica, onde, alimentadas no encontro com os diferentes espaços socio-ocupacionais, essas reflexões se destrincham, se nutrem dos fundamentos da profissão, se questionam e argumentam para voltar a eles.(Manfroi, Rodriguez, Sánchez Caravaca, 2021, p.247)

Pensar o campo de estágio como espaço no qual a estudante se insere na realidade em movimento requer partir do pressuposto que ele chega a esta instância com as ferramentas necessárias para poder começar a observar esse movimento. É por isto que esse momento formativo se insere nas diretrizes curriculares para a graduação em serviço social após a apropriação de conteúdos mínimos próprios dos três núcleos de formação¹⁰, que permitam tanto uma leitura crítica da realidade e da instituição em que será inserido, quanto a compreensão dos usuários enquanto sujeitos históricos, mas com necessidades específicas e a possibilidade de pensar em conjunto com as supervisoras, estratégias de trabalho nos espaços socio-ocupacionais, assim o estabelece a Política Nacional de Estágios – PNE ao estabelecer

O conteúdo da disciplina estágio supervisionado deve estar calcado nos núcleos de fundamentação da formação profissional, uma vez que tais núcleos [...] esta lógica deve permear o conteúdo das disciplinas que devem ser ofertadas, anteriormente à realização do estágio supervisionado curricular – quer obrigatório ou não-obrigatório. Assim, somente tendo cumprido as disciplinas de fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social I e II e ética profissional, pela necessidade de formação do senso crítico e conhecimentos específicos básicos da profissão, é que o estudante poderá iniciar a atividade de estágio.

É estabelecido na PNE um mínimo: estudantes só poderão ir para os espaços socio-ocupacionais após adquirir conhecimentos relativos aos fundamentos histórico-metodológicos e éticos da profissão, mas ainda acrescenta que o Estágio curricular obrigatório *deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso* (ABEPSS, 1996, p.29), o que amplia esse mínimo de conteúdos com que a estudante chega aos campos de estágio.

Na mesma linha, entender o espaço de supervisão de campo como um espaço de troca entre a assistente social e a estudante em formação pressupõe o entendimento dessa troca como horizontal e não vertical. Isto é, como um intercâmbio em que ambos desenvolvem reflexões e se transformam: a profissional pelas observações do novo olhar sobre o cotidiano

¹⁰ Nos referimos aos núcleos de formação estabelecidos nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996): o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional que, “afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções.” (ABEPSS, 1996, p.09)

profissional que são trazidas pela estudante e a estudante pelas mediações acrescidas pela experiência profissional de quem a supervisiona.

Assim, o espaço de supervisão acadêmica se torna território fértil para a realização da síntese e para o alimento da reflexão com os debates teórico-político-filosóficos que irão ser fundamento das futuras análises e propostas de trabalho, pois ao ato de reflexão do cotidiano profissional, é intrínseco a explicitação da direção da ação como horizonte desta, quando se trata de entender o mundo para transformá-lo. É, portanto, no estágio supervisionado em serviço social onde se encontram os fundamentos do serviço social, o movimento da realidade e o projeto que orienta as estratégias de trabalho cotidiano, possibilitando pensar não só o quê fazemos e por quê fazemos como também para quê fazemos.

Assim, concordamos com Guerra (2016) ao afirmar que

O estágio supervisionado tem um potencial riquíssimo como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todos os saberes da profissão e articulá-las em torno de um perfil de profissional crítico, que detenha competência técnica, teórica e política, aportado em valores que se confrontam com a sociabilidade Burguesa, com aptidão para a pesquisa e para a produção e conhecimento crítico. (GUERRA, 2016, p.101)

Veja, o Estágio supervisionado tem *potencial riquíssimo como espaço de síntese* e não é a própria síntese porque a possibilidade de concretização desta depende, minimamente, de condições específicas e objetivas que respondem a questões de ordem prática (espaço físico, tempo de supervisão, diálogo entre o campo de estágio e a universidade etc.) e questões de ordem formal (normas, leis e diretrizes que orientam e definem o que pode ser considerado estágio supervisionado em serviço social e o que não). Sendo definido, portanto, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662/93 e no Código de Ética Profissional, além dos regulamentos internos específicos de cada UFA.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) definem o estágio como

[...]atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar.

O estágio supervisionado é concebido como uma atividade de cunho formativo e integrador que amparado na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662/93 e o Código de Ética Profissional, torna a supervisão - tanto acadêmica quanto de campo - uma atribuição privativa do assistente social. Dessa forma, ao falarmos do estágio como uma atividade formativa que deve ser supervisionada por assistentes sociais, fazemos referência não só ao processo pedagógico necessário na própria razão de ser do estágio supervisionado, como ao fato de estar em jogo a formação de profissionais orientados por um projeto ético e político que dão direção às ações e aos fundamentos das ações cotidianas.

Isso se reforça na Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), a qual explicita que a materialização do estágio tem como base não só a consonância com os princípios ético-políticos da profissão, como também com os princípios de indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, de articulação entre Formação e Exercício Profissional, de indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, de articulação entre universidade e sociedade, de unidade teoria-prática, de interdisciplinaridade.

Da mesma forma, questões de ordem formal como são as condições de trabalho das profissionais, o tempo disponível para os espaços de troca entre supervisoras e estudantes. Nos referimos àquelas que são garantidas pelas instituições envolvidas no estágio, tanto as unidades de ensino, quanto aquelas nas quais se desenvolvem os campos de estágio

a realização do estágio depende também de condições de ordem prática, que se referem àquelas garantidas pelas instituições envolvidas no estágio (tanto as unidades de ensino, quanto aquelas nas quais se desenvolvem os campos de estágio) e, também, às próprias relações contraditórias intrínsecas à profissão. Portanto, a inserção nos espaços de trabalho dos e das assistentes sociais — tanto no trabalho formativo quanto no de execução — envolve desde as garantias do processo pedagógico às próprias condições de trabalho dos supervisoras de campo e acadêmicos. (Manfroi, Rodriguez, Sánchez Caravaca, 2021, p.249)

Temos aqui, portanto, uma compreensão do estágio supervisionado em que este se apresenta como um processo didático-pedagógico com direção ética e política, e sujeito às contradições próprias dos espaços socio-ocupacionais onde se desenvolve a prática cotidiana, como também à tensão entre as demandas pedagógicas da formação profissional àquelas que são próprias do mercado de trabalho Abramides (2003).

Uma vez apresentada a definição de estágio obrigatório estamos prontas para dizer que entendemos por supervisão de campo de estágio, atividade desenvolvida pelas profissionais que configuram nosso sujeito de pesquisa.

E que significa supervisionar? Enquanto atividade pedagógica, a PNE define como atribuições da supervisora de campo de estágio:

Comunicar à coordenação de estágio da UFA o número de vagas por semestre e definir, em consonância com o calendário acadêmico e conjuntamente com a coordenação de estágio, o início das atividades de estágio do respectivo período, a inserção do estudante no campo de estágio e o número de estagiários por supervisor de campo, em conformidade com a legislação vigente; 2 Elaborar e encaminhar à coordenação de estágios do Curso de Serviço Social da UFA o Plano de trabalho do Serviço Social com sua proposta de supervisão e o respectivo cronograma de realização desta atividade; 3 Certificar se o campo de estágio está na área do Serviço Social, em conformidade às competências e atribuições específicas, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, objetivando a garantia das condições necessárias para o que exercício 22 profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética, requisitos fundamentais ao processo de formação do estagiário; 4 Oportunizar condições institucionais para o desenvolvimento das competências e habilidades do(a) estagiário(a), assumindo a responsabilidade direta das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na instituição conveniada; 5 Disponibilizar ao(à) estagiário(a) a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio; 6 Participar efetivamente na elaboração do plano de estágio dos supervisionados, de acordo com o projeto pedagógico do curso, em parceria com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), e manter cópia do referido documento no local de estágio; 7 Realizar encontros sistemáticos, com periodicidade definida (semanal ou quinzenalmente), individuais e/ou grupais com os(as) estagiários(as), para acompanhamento das atividades de estágio e discussão do processo de formação profissional e seus desdobramentos, bem como de estratégias pertinentes ao enfrentamento das questões inerentes ao cotidiano profissional; 8 Participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente, com o supervisor acadêmico; quando da avaliação semestral, emitir parecer e nota de acordo com instrumental qualitativo, construído pelo coletivo dos sujeitos e fornecido pela coordenação de estágio da UFA; 9 Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisoras e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado; 10 Encaminhar as sugestões e dificuldades à coordenação de estágios da UFA e contatar com os supervisoras acadêmicos, Coordenador(a) de Estágios ou Coordenador(a) de Curso quando julgar necessário; 11 Manter o controle atualizado da folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário; 12 Atender às exigências de documentação e avaliação solicitadas pela Coordenação de Estágio da UFA; 13 Decidir, juntamente com a Coordenação de Estágios e supervisão acadêmica, sobre os casos de desligamento de estagiários; 14 Avaliar a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio.

Olhar para as atribuições das/dos supervisoras de campo nos ajuda a desenhar as atividades atreladas à supervisão de campo. Em primeiro lugar, observamos a necessidade de estabelecer acordos com - em princípio- três atores: a instituição empregadora, as estudantes estagiárias e a universidade (Unidade de Formação Acadêmica - UFAs) representada nas figuras das supervisoras acadêmicas e a coordenação dos cursos de serviço social.

Com a Universidade deverá estabelecer mínimos de conteúdo a serem abordados, prazos e planos de trabalho, com as estudantes deverá, também, elaborar planos de trabalho que contemplem -no ideal dos cenários ideais- as inquietações, curiosidades, vontades e

expectativas da própria formação e com a instituição, condições materiais e objetivas, desde o espaço em que poderão ter o momento de troca com a estudante e a supervisora acadêmica, como o tempo para poder desenvolver as atividades que a supervisão requer, como por exemplo, disponibilizar documentação, discutir casos, ler produções das estudantes, propor abordagens, destrinchar dúvidas e, ainda, mediar com as equipes de trabalho a inserção de estudantes em um espaço que deve ser entendido como de formação e não de trabalho¹¹.

2.2 A RELAÇÃO TEORIA PRÁTICA E O ÉSTAGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Falar do vínculo estágio supervisionado e relação teoria prática parece óbvia, e é esse um dos nossos grandes problemas ao tentarmos aprofundar os debates sobre a supervisão e sobre o estágio em serviço social em todas suas dimensões. É que o primeiro ato associativo que resulta desta combinação é: Estágio=prática Supervisão=teoria -sobretudo quando pensamos em supervisão acadêmica – retornando de forma quase automática na grande falácia apontada por Guerra (2005): que na prática a teoria é outra.

A discussão sobre a relação teoria-prática, entre o dizer e o fazer, entre o agir e o pensar, tem tirado o sono de inúmeros acadêmicos do Serviço Social, entendendo que a particularidade do Serviço Social como profissão se firma no fato de sua legitimidade estar mediada pela capacidade de resposta do profissional diante das demandas e requisições dos usuários e da instituição para a qual trabalha. Respostas que para serem construídas necessitam do exercício de leitura da realidade e da compreensão da forma material da contradição capital-trabalho na vida cotidiana, o que envolve pensar as relações de classe e destas com a sociedade e o Estado no próprio movimento de compreensão do significado social da profissão para a assistente social (Gonçalves Pereira de Paula, 2018), mas também de pensar esta relação com intuito de dar direção às nossas ações.¹²

Infelizmente, esta problemática não é exclusiva do serviço social. No livro *Estágio e docência*, de Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2017), doutoras em educação que estão pensando em estágio como momento formativo na área da pedagogia, já o primeiro capítulo se debruça em tentar trazer e discutir concepções sobre a relação teoria e prática atreladas ao estágio.

¹¹Na próxima seção nos dedicaremos a caracterizar e problematizar, a partir dos dados obtidos na pesquisa, o papel das instituições no processo de supervisão de campo de estágio. Neste momento, portanto, apelamos à confiança de leitores nesta afirmação, a que poderá ser constatada nas páginas seguintes.

¹²É entendendo esta dimensão que o serviço social como categoria define para si um projeto, um projeto para si enquanto classe. Isto, então, significa que as ações têm orientação e que esta se conforma tanto pela ideologia que a orienta quanto pela teoria que dá base à compreensão necessária à prefigura.

Entendemos que isto não se trata de uma mera casualidade e sim de um produto, uma manifestação de uma forma específica de racionalidade: a racionalidade Burguesa (GUERRA, 2002) que opera sobre o que entendemos como teoria e como prática, dando primazia à explicações fragmentadas e parciais do mundo, que torna a realidade um conjunto de fenômenos isolados e plausíveis de generalizações que peçam pela resolução de cada um dos conflitos atrelados a estes. Assim, uma teoria é útil se oferece respostas facilmente aplicáveis, isto é, capazes de ser “postas em prática.”

Entender a teoria e a prática como equivalentes, com funções diferentes, leva a pensar que: se não posso aplicar a teoria, a teoria está errada, é insuficiente ou equivocada. Estabelece, assim, uma concepção sobre o que é teoria e o que é prática, em que uma pode se tornar outra se for verdadeira e, portanto, que teoria e prática são a mesma coisa, sendo a segunda uma versão mais qualificada da primeira.

Mas o que estamos tentando dizer aqui é que: a partir do entendimento que temos de teoria (que trataremos nos próximos parágrafos) dizer que “na prática a teoria é outra” equivale a dizer que, na geladeira, “a maçã é melancia”.

Teoria e prática são formas de conhecimento diferentes uma da outra pois tem como base formas específicas de apropriação e interação com o movimento do real. Na prática, a teoria não é outra porque a finalidade de ambas não se modifica pelo fato de apontarem para aspectos diferentes e sim se nutre dele.

Entendemos a Prática como forma de conhecimento, se concebermos este como produto do vínculo com o real (assim como a teoria é produto da reflexão -outro tipo de vínculo com o real - mas sistematizada e orientada por um método). Mas, antes de mais nada, ao nos referirmos à prática a estamos entendendo nos termos em que Vazquez a define:

Como toda atividade propriamente humana, a atividade prática que se manifesta no trabalho humano, na criação artística ou na práxis revolucionária, é uma atividade adequada a objetivos, cujo cumprimento exige - como dissemos - certa atividade cognoscitiva. Mas o que caracteriza a atividade prática é o caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre a qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto. Na atividade prática, o sujeito age sobre uma matéria que existe independente de sua consciência e das diversas operações ou manipulações exigidas para sua transformação. A transformação dessa matéria - sobretudo no trabalho humano - exige uma série de atos físicos, corpóreos, sem os quais não se poderia levar a cabo a alteração ou destruição de certas propriedades para tornar possível o aparecimento de um novo objeto. com novas propriedades. (Vazquez, 1977, p.)

Assim, teoria é uma forma específica de conhecimento resultante da ação humana de refletir. Teoria é o produto de síntese e sua função é explicar prática que também é resultante

da ação humana, ação primeira de fazer e de modificar o mundo material. Segundo Netto (2011), a teoria é uma forma particular do conhecimento diferente do conhecimento mágico-religioso, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana. Mas distinguindo-se dessas formas, a sua especificidade se dá no conhecimento de um objeto (de sua estrutura e de sua dinâmica). Explica o autor:

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. [...] teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). (NETTO, 2011, p.22)

Este conhecimento não se dá de qualquer forma.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica - por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (idem)

O método ao que Netto está fazendo referência é o método crítico-dialético que é um método de investigação, uma forma de conhecer um dado objeto, localizando-o na realidade social, de forma crítica. Este método, cunhado por Marx no seu percurso de pesquisa acerca da sociedade burguesa e o modo de produção que a organiza, possibilita uma apreensão crítica dos processos sociais, analisando-os sob uma perspectiva de totalidade. A totalidade é uma categoria inerente ao método crítico dialético. Assim, analisar um objeto de pesquisa, ou mesmo uma expressão do real, sob a qual se pretende intervir, tendo como norte a totalidade, pressupõe uma análise que ultrapasse a aparência do fenômeno e identifique suas múltiplas determinações, ou seja, todas as conexões desse objeto com a realidade social. Esse movimento só se torna possível por meio das mediações. São as mediações que nos possibilitam compreender a relação entre as dimensões da realidade social, suas conexões.

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas contradições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. Estas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico. Dessa forma, o método recomenda situar e analisar os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução, frente às múltiplas causas que os determinam, numa perspectiva estrutural, o que significa analisá-los inseridos na totalidade. Trata-se, portanto, de ter o real como ponto de partida e também enquanto ponto de chegada, buscando pensar a realidade social, a partir das necessidades materiais dos homens.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 14)

A realidade social observada a partir do método crítico dialético, é constituída de três elementos: elementos que são universais, elementos que são singulares e elementos particulares. Assim, podemos dizer que a realidade social, enquanto totalidade mais ampla, mais complexa, aparece enquanto síntese do universal, do singular e do particular. Todo fenômeno singular guarda em si determinações universais, uma vez que não se esgota em si. O particular, por sua vez, é o que mediatiza a relação do fenômeno singular com sua dimensão universal.

Mas, então, se a teoria é esta forma de conhecimento mediada por um método, tem mais de uma forma de definir teoria?

Yolanda Guerra nos responderia que, pelo menos, tem tantas quantas racionalidades possíveis, mas que uma impera, igual impera como forma de ver e organizar o mundo: A racionalidade formal Burguesa e sua lógica instrumental. Segundo a autora, a definição própria deste tipo de racionalidade é aquela que entende teoria como algo plausível de ser aplicado, algo útil, entendida a utilidade como a capacidade de dar respostas práticas e imediatas a algum problema. Em palavras da autora:

Concebida à luz dos fundamentos filosóficos do pragmatismo e do utilitarismo, para os quais “o significado de um conceito é determinado pelas conseqüências experimentais ou práticas de sua aplicação” (Haack, 2002:641) esta noção de teoria tem o seu valor, alcance e papel condicionados à sua capacidade de dar respostas prático-empíricas à realidade. A teoria de resultados é um produto típico do desenvolvimento capitalista e vincula-se a dimensão instrumental da razão que na ordem burguesa passa a ser a razão hegemônica, embora não seja o único nem o último padrão de racionalidade, como defendem os que, como nós, ainda acreditam nas possibilidades emancipatórias da razão moderna e consideram que as promessas do iluminismo ainda portam a tendência de se realizarem. (GERRA, 2005, p.3)

Não haveria de nos surpreender, portanto, que se, a forma em que observo o mundo, será necessariamente coerente com a forma em que defino o mundo e, conseqüentemente, com a forma em que ajo no mundo. Tampouco que esta relação entre observar e agir tenha impactos diretos na definição de estágio. Assim, pensando na formação de professores, mas

como já advertimos, não sendo uma preocupação que possa ser restrita a um campo, Pimenta e Lima (2017) afirmam que um dos maiores problemas da afirmação que anuncia que prática e teoria são valorativamente¹³ diferentes é a constatação de que a formação carece da apropriação necessária dos fundamentos que desvendam essa falácia (Guerra, 2005).

Que “na prática a teoria é outra”. No cerne desta afirmação popular, está a constatação, no caso da formação de professores, de que o curso nem fundamenta teoricamente a atuação do futuro profissional nem torna a prática como referência para a fundamentação teórica. Ou seja, carece de teoria e de prática. (PIMENTA, 2017, p.26)

Assim, a prática é a ação concreta dos sujeitos que pode se constituir como objeto da teoria esse é o seu fundamento. O pensamento teórico quer compreender essa prática. Teoria e prática, portanto, formam uma unidade

Unidade significa uma relação visceral entre diferentes, ou seja, essas dimensões são interligadas e interdependentes e se complementam a pesar de manter sua especificidade. unidade não pode ser confundida com a identidade por isso “unidade na diversidade”, ou seja, de que se constituírem em uma relação intrínseca cada qual possui uma especificidade uma natureza um hábito final não devemos separar teoria e prática sou o risco de perda da sua essência. Isso porque a teoria só existe em uma determinada prática (enquanto só pode existir no mundo real) E em relação a uma prática. afinal é na prática que a teoria encontra seu fundamento suas finalidades e o seu critério de verdade. De outra forma, prática só pode ser vista para além de sua aparência e para além da sua imediatidade se debruçarmos sobre ela teoricamente afinal é o conhecimento teórico que lhe oferece seu verdadeiro significado final isso quer dizer que a prática não fala por si mesma, ela necessita de ser investigada por um sujeito prático, social é crítico. (SANTOS, 2013, p.27)

Entender a relação entre teoria e prática é a única forma possível de superar a noção de estágio como momento único de contato com a realidade e passar a percebê-lo como momento processual e privilegiado da formação (Lewgoy, 2010) que, não sendo o primeiro encontro com o real, é sim um primeiro encontro com os espaços socio-ocupacionais em que o estudante se encontra com ferramentas técnicas, teóricas e analíticas que lhe permitirá se inserir no cotidiano profissional de forma crítica e ativa, com a possibilidade de elaborar estratégias de trabalho a partir da leitura crítica do cenário que se apresenta diante de sim, e, sobretudo, com os conhecimentos necessários para saber que nossas ações se encontram orientadas por um projeto de profissão.

A política nacional de estágio define o processo de estágio como um processo político pedagógico imprescindível para a formação, por complexificar os diferentes momentos da formação profissional, a inserção das estudantes no cotidiano profissional num contexto de

¹³Dizemos que são valorativamente diferentes porque por trás da contraposição de teoria e prática entendemos subjaz uma visão utilitarista de teoria para a qual esta só justifica sua pertinência pela sua aplicabilidade na resolução de um problema. Assim, ao não ser aplicável (pois entendemos aqui que essa não é sua função), a prática e seus ensaios sobre algo, como explicado por Vásquez (1977) material e tangível, se apresenta como uma forma “melhor” de conhecimento, mais apropriada por ter “demonstrado” sua aplicabilidade.

precarização, encontra deficiência de recursos materiais, físicos e humanos o que nos traz de novo para nosso sujeito de pesquisa: as supervisoras de campo de estágio, que serão quem terá que mediar entre as expectativas das/dos estudantes, as demandas institucionais (tanto da instituição empregadora, quanto da universidade) e a falta de condições de trabalho.

Entendemos que um passo seguinte nesta linha de pensamento, seria, portanto, compreender as condições em que se desenvolve o exercício da supervisão de campo de estágio. Mas nos parece pertinente, antes disso, trazer para nosso debate de que forma isto é tratado nas produções, pois sendo a universidade um dos sujeitos com quem dialoga com a supervisora de campo, precisamos entender de que forma esta o define e se as condições de trabalho destes profissionais são refletidas nessas definições.

Assim, nos dedicaremos no próximo ponto a apresentar o estado da arte das produções sobre supervisão de campo de estágio no Brasil nos últimos cinco anos.

2.3 PRODUÇÕES SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: PERÍODO 2016 - 2020

*Hoy dice el periódico*¹⁴

O processo realizado sobre a busca das produções em diferentes fontes se torna importante para verificar os interesses ou as problemáticas que os pesquisadores consideram pertinentes em relação aos desdobramentos da área. As produções são manifestações históricas, que expressam, em certa forma, algumas das problemáticas, mas, também, podem outras, ficarem secundarizadas. Nessa direção, este processo empírico poderá nos ajudar a melhor compreender como aparece ou não a supervisão do campo de Estágio e sua relação com as condições de trabalho.

A fim de caracterizar as produções mais recentes sobre supervisão de campo de estágio e sua relação com as condições de trabalho das assistentes, foram escolhidas como fonte de dados a Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses e três revistas de ampla divulgação no serviço social: A revista *Katálysis*, Qualis CAPES A1/ Quadriênio 2013-2016¹⁵, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de

¹⁴ Diz hoje o jornal.

¹⁵ Como de amplo conhecimento, em virtude das medidas adotadas para mitigar a disseminação do chamado Coronavírus (Covid-19), que incluíram desde a suspensão de atividades acadêmicas até a instauração do trabalho remoto como forma predominante de realização das mesmas, a avaliação do quadriênio 2017-2020 não foi realizada pela CAPES, tendo em conta que as mencionadas medidas trouxeram necessariamente impactos nos prazos, desenvolvimento e conclusão de produções, como também de condições de trabalho dos e das pesquisadoras. Por este motivo, o quadriênio utilizado como referência corresponde à última avaliação de

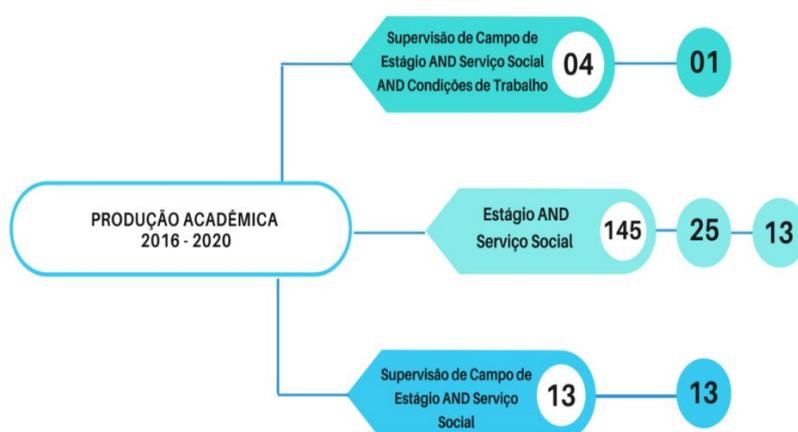
Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina; a revista Serviço Social e Sociedade, Qualis CAPES A1/ Quadriênio 2013-2016, editada pela Cortez Editora; e a Revista Temporalis, Qualis CAPES B1/ Quadriênio 2013-2016, editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Esta última, mesmo tendo Qualis B1 é de grande relevância para o serviço social em geral e para nossa pesquisa em particular, pois se trata do periódico editado pela ABEPSS, entidade articuladora e organizadora do processo formativo de assistentes sociais em nível nacional e que tem, entre suas prerrogativas, acompanhar o cumprimento das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e da Política Nacional de Estágio (PNE). Em relação ao recorte temporal, foram tomados os cinco últimos anos desde o momento do levantamento de literatura (junho de 2020).

Na busca, em cada base de dado, foram utilizadas as mesmas palavras-chave, começando por aquelas combinações mais específicas para nosso objeto de estudo e ampliando conforme a busca não obtivesse resultado. Ao serem colocadas as palavras-chave: supervisão de campo de estágio, serviço social e condições de trabalho, o resultado foi de uma produção entre começo de 2016 e final de 2020. Esse é nosso primeiro dado. Não contávamos com produções atuais sobre nosso objeto de estudo em nenhuma das fontes consultadas.

Com intuito de trazer o processo realizado, apresentaremos a base dos dados da Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses. Procedimento este que foi reiterado nos buscadores das revistas citadas. Em um primeiro momento, exibiremos em detalhe os números de produções encontradas na primeira busca na Biblioteca Nacional e, posteriormente, serão apresentados já os resultados tendo em conta todas as fontes de dados. Entendemos que, dada a semelhança dos resultados, é uma escolha didática a de expor os resultados detalhados só de uma das buscas, com a finalidade de facilitar a leitura e ao mesmo tempo ilustrar o processo.

A estratégia de busca foi montada por meio da utilização do operador booleano “AND”, forma universal de nexos para busca utilizado quando o que queremos é achar documentos ou textos que necessariamente incluam todos os termos procurados. Desta forma, nossa primeira tentativa foi mediante a seguinte combinação: **supervisão de campo de estágio AND serviço social AND condições de trabalho**, estabelecendo como recorte os anos de 2016 a 2020, como indica a Figura 1:

Figura 1: Estratégia de levantamento de produções e resultados quantitativos



Fonte: Elaboração Própria

A busca obteve como resultado uma dissertação defendida em 2018, intitulada “Supervisão de estágio em Serviço Social frente as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário(a)” autoria de Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi (2018), cujo objetivo, como o título indica, trata das condições de trabalho e a supervisão.

Além desta única produção, foram encontradas duas dissertações e uma tese que, não sendo objeto a relação entre as condições de trabalho e a supervisão de campo de estágio, tiveram como parte dos resultados a existência de algum tipo de impacto das condições de trabalho das assistentes sociais supervisoras de campo de estágio na formação de futuras profissionais e/ou na realização da supervisão de campo de estágio.¹⁶ Como resultado final desta combinação encontramos um total de quatro produções em cinco anos, tendo só uma delas como objeto essa relação.

¹⁶ Para ter acesso ao material detalhado com especificação de autores, palavras-chave e resumos, conferir apêndice I.

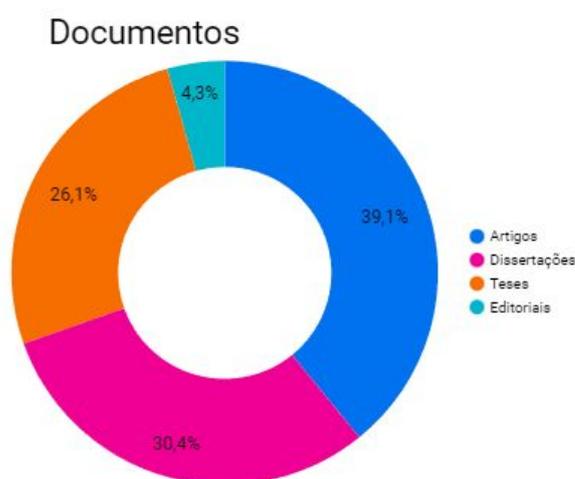
A segunda combinação realizada foi: **supervisão de campo de estágio AND serviço social**, obtendo-se como resultado treze produções entre os anos 2016 e 2020, sendo só uma delas orientada pela busca da relação entre supervisão de campo de estágio e condições de trabalho, a mesma que apareceu na primeira busca.

A terceira e última combinação utilizada foi: **Estágio AND Serviço Social** limitando os anos de busca ao mesmo recorte temporal: 2016-2020, entendendo que esta combinação abarcaria tanto produções que tivessem como objeto o estágio supervisionado em si quando quanto a supervisão de estágio, seja esta acadêmica ou de campo.

Esta última busca teve como resultado 145 produções, incluindo 4 áreas além do Serviço Social, motivo pelo qual foi necessário filtrar a busca por área, resultando em 25 produções na área de Serviço Social.¹⁷ Ao verificar se os termos procurados apareciam nas palavras-chave das produções, nos deparamos com que 12 das produções encontradas não continham os termos utilizados como motor de busca entre suas palavras-chave, o que nos levou novamente para as 13 produções identificadas na segunda combinação de palavras.

Este procedimento foi realizado da mesma forma nas três revistas selecionadas como fonte.¹⁸ Assim, apresentamos a continuação na **Figura 2** com a caracterização do total de produções exibidas na **Figura 1** localizadas nas quatro fontes selecionadas, sendo 23 (100%) produções nos últimos cinco anos: 6 Teses (26%), 7 dissertações (30%), 9 artigos (39%) e 1 editorial (4%).

Figura 2: Total das 23 produções em porcentagens - anos 2016 a 2020



¹⁷Por ser a definição da área muitas vezes decisão do/a autor/a, esta não se encontra padronizada. Assim, entre os resultados encontramos as seguintes áreas: CNPq: Ciências Sociais Aplicadas: Serviço Social (15 produções); Ciências Sociais Aplicadas: Serviço Social (8 produções); Serviço Social Aplicado: Serviço Social da Educação (1 produção); Serviço Social Aplicado: Serviço Social do trabalho (1 produção).

¹⁸Revistas Serviço Social e Sociedade, Katàlysis e Temporalis.

Fonte: Elaboração própria

Mas antes de apresentar de forma detalhada o que fomos encontrando na busca realizada, um parêntese deve ser feito para podermos nos aproximar ao que significam um total de 23 produções no serviço social.

Com este intuito, realizamos uma busca ainda mais ampla em duas das bases consultadas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a Revista Katàlysis modificando as palavras-chave para “Serviço Social”, posteriormente para “Serviço Social AND estágio” e mantendo a grande área (serviço social)¹⁹ e o período de busca (2016 a 2020). Os resultados foram os seguintes:

1. Na busca com as palavras chaves “Serviço social”, encontramos na **Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações** um total de 734 produções e na Revista Katàlysis um total de 76 artigos.
2. Na busca com as palavras chave “Serviço Social AND Estágio” obtivemos como resultado um total de 25 produções, entre teses e dissertações, e de 6 artigos, representando um 3,41% das teses e dissertações e um 7,89% do total de artigos.

Assim, decidimos contrastar o número de produções quando a temática não era estágio e sim outras temáticas associadas ao Serviço Social. Realizamos, então, a busca dos termos: “Serviço Social AND Trabalho”, “Serviço Social AND Fundamentos”, “Serviço Social AND Ética” “Serviço Social AND Ensino Superior” e “Serviço Social AND exercício Profissional” nas duas fontes selecionadas.

Vejamos os resultados no próximo Quadro:

QUADRO 1 Comparativo de produções Serviço social em diversas temáticas próprias do núcleo de fundamentos das diretrizes curriculares da ABEPSS Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses/Revista Katàlysis – anos 2016 a 2020

Base de dados	Palavra-chave	Número de produções
Biblioteca digital brasileira de teses	Serviço social	734
	Serviço Social AND trabalho	557

¹⁹Vale destacar que, para esta busca, dado que nosso objetivo era trazer números concretos a partir dos quais pudéssemos pensar a quantidade da produção de forma comparativa com outras temáticas dentro da mesma área, (serviço social) a busca foi ainda mais restrita, contabilizando só as produções que estivessem definidas dentro da área específica do serviço social (o que reduz, por exemplo, no caso do primeiro exemplo de mais de 7 mil produções para 734). Este exercício foi necessário já que seria um esforço sem sentido olhar produção por produção como no caso daquelas que incluíam as palavras chaves que pretendemos analisar como recorte. Insistimos, o objetivo desse exercício e demonstrar como as produções sobre supervisão de estágio em serviço social são significativamente menores, inclusive quando a busca por temáticas mais amplas se realiza de forma mais restrita.

e dissertações	Serviço social AND fundamentos	166
	Serviço Social AND ética	97
	Serviço social AND ensino superior	61
	Serviço Social AND exercício profissional	60
	Serviço social AND estágio	25
Revista Katàlysis ²⁰	Serviço social	76
	Serviço Social AND trabalho	22
	Serviço social AND fundamentos	3
	Serviço Social AND ética	4
	Serviço social AND ensino superior	7
	Serviço Social AND exercício profissional	4
	Serviço social AND estágio	6

Fonte: Elaboração própria.

Agora tomemos só uma das variáveis: Serviço Social AND trabalho. Como podemos observar, na busca na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, encontramos um total de 734 teses e dissertações quando se trata da busca mais abrangente, isto é, aquela que utiliza somente a palavra-chave “serviço Social” sendo 557 teses e dissertações resultantes da busca sobre “Serviço social AND trabalho” representando um 75,89% do total de produções.

Ao realizarmos a mesma busca na revista Katàlysis, onde obtemos um total de 76 artigos na busca mais ampla (com a palavra-chave “serviço social”), as produções achadas na combinação “Serviço social AND trabalho” apresenta um total de 22 artigos, que representam 28,95% do total de produções achadas com as palavras chaves “Serviço Social”.

Este exercício de busca nos mostrou que, enquanto as produções sobre estágio em serviço social não chegam a atingir o 5% do total de teses e dissertações na área, as produções sobre trabalho superam os dois terços do total. No caso dos artigos, a diferença, mesmo sendo menor, é gritante, sendo quase um terço das produções dedicadas ao debate sobre trabalho e menos de um décimo destas dedicadas a discutir o estágio.

Neste sentido, importante lembrar que a ABEPSS já em 2010 alertava que:

Com essas recentes legislações de estágio e seus diferentes desdobramentos, aprofunda-se, portanto, a necessidade de construir uma política nacional para abordar aspectos inerentes ao estágio. Historicamente, a ABEPSS vem discutindo o estágio supervisionado curricular obrigatório, definido nas Diretrizes Curriculares como atividade curricular. A modalidade de estágio supervisionado curricular não-

²⁰É importante destacar que a revista Katàlysis foi a que reuniu maior quantidade de textos sobre estágio por ter uma edição cuja temática central é a supervisão de estágio (v. 19 n. 3 (2016): Formação profissional, estágio e supervisão em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/2472>).

obrigatório não vem sendo incluída no debate coletivo da categoria, o que nos parece ser uma requisição posta, no contexto atual, diante das legislações e demandas que vem surgindo no cotidiano das UFAs” (ABEPSS, 2010, p. 6).

Observamos, também, que, somado à escassez de produções sobre estágio, enquanto a palavra-chave Trabalho se encontra presente em grande número das produções do serviço social nas duas fontes selecionadas, a palavra-chave estágio nos apresenta 6 produções na revista *Katàlysis* e 25 produções na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. Contudo, mesmo sendo a temática com maior porcentagem de produções, a palavra trabalho não aparece como palavra chave no número -significativamente menor- de produções sobre estágio, mesmo sendo esperado o contrário, se refletida a centralidade do trabalho como categoria explicativa das relações sociais e de produção capitalistas e o estágio em serviço social uma disciplina especificamente pensada para a inserção das estudantes no cotidiano de trabalho de assistentes sociais e é, nesse sentido, uma atividade curricular obrigatória na formação do assistente social, pois, conforme já estipulava a antiga ABESS, em 1997, o estágio em serviço social se configura

[...] a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71).

A fines didáticos, podemos observar que o número de produções é um dado significativo, haja vista que a porcentagem de produções sobre estágio na área de serviço social no período já citado, e no total de fontes pesquisadas, se reduz ao 3,41% em relação ao total de teses e dissertações e um 7,89% em relação ao total de artigos em revistas. Enquanto a temática Serviço Social e Trabalho reúne o 75,89% das teses e dissertações e o 28,95% de artigos no período.

O supervisor de campo orienta o processo de formação do Estágio e o faz no marco das suas atividades cotidianas de trabalho, ou seja, a supervisão de campo de estágio passa a ser mais uma requisição profissional. Nos perguntamos, então, se este fato é refletido nas produções acadêmicas da categoria, haja vista que, se definimos que a supervisão de campo ocorre nos espaços socio-ocupacionais e no horário de trabalho do profissional.

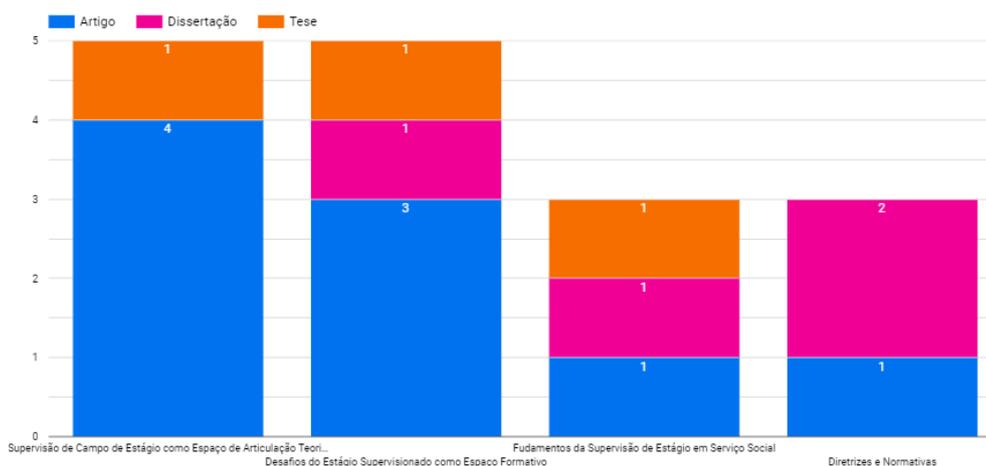
Contrário ao que esperávamos encontrar, retomando agora o total de fontes consultadas - na Biblioteca digital nacional de teses e dissertações e nas três revistas selecionadas para o levantamento: *Katàlysis*, *Serviço Social* e *Sociedade e Temporalis* - dez

anos após a divulgação da Política Nacional de Estágio, e sendo o trabalho uma categoria que perpassa a profissão, temática transversal²¹ nas produções no Serviço Social, veremos, a continuação, que ao abordar o Estágio Supervisionado, a sua relação com o trabalho, e por tanto, com as condições de trabalho não marca presença nas fontes pesquisadas.

Para ilustrarmos isto, foi necessário organizar, agora sim, no total de produções encontradas, as produções por temas predominantes. Assim, agrupamos alguns temas mais gerais que surgem da análise das produções das bases analisadas e os reunimos em **três grandes eixos temáticos com** seus correspondentes subtemas, entendendo que as produções podem contemplar mais de uma dimensão. Esta configuração em eixos mais gerais das produções procura mostrar, de forma aproximativa, as discussões e problemáticas predominantes e qual é o lugar que ocupa o campo da supervisão e as condições de trabalho destes profissionais.

O primeiro eixo foi nomeado **Estágio supervisionado e formação profissional** formado por quatro subtemas: 1) desafios do estágio supervisionado como espaço formativo; 2) supervisão de campo de estágio como espaço de articulação teoria-prática; 3) fundamentos da supervisão de estágio em serviço social e 4) diretrizes e normativas. Na figura 3 apresentamos como estes subtemas aparecem nas produções:

Figura 3: Eixo 1 - Estágio Supervisionado e Formação Profissional
Estágio supervisionado e formação profissional

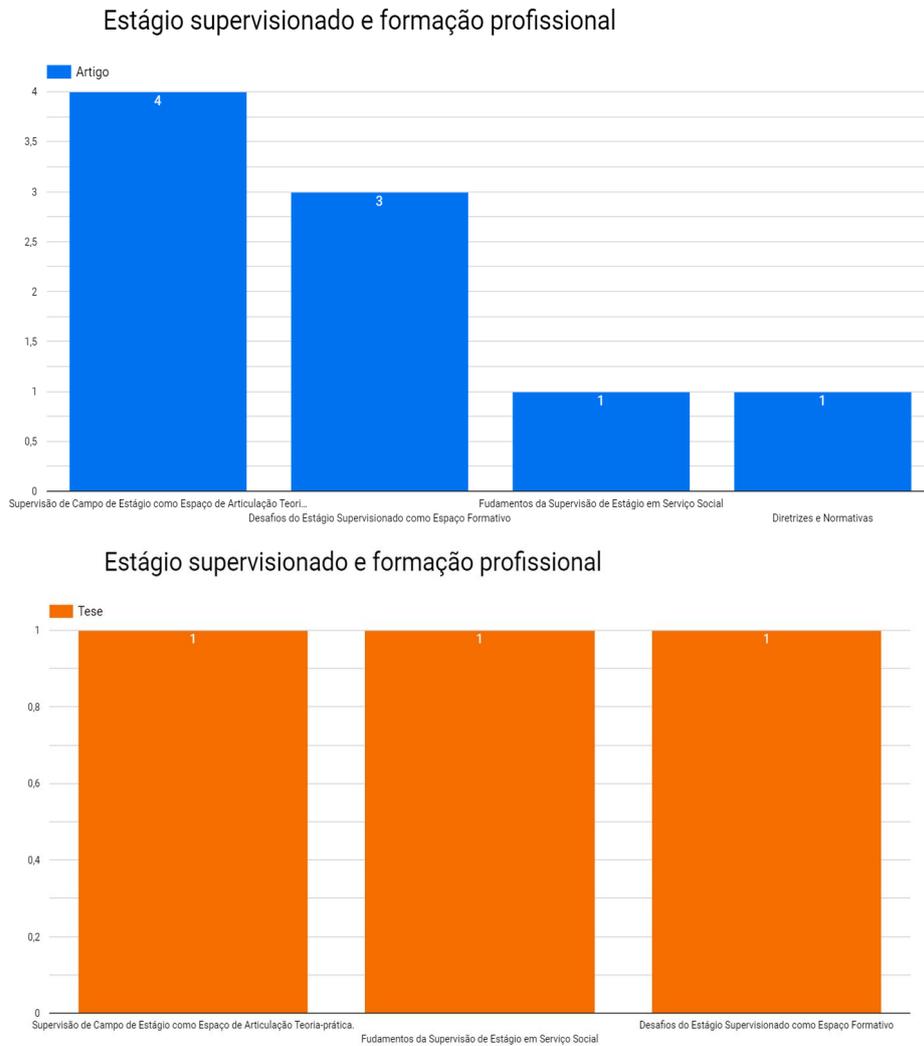


Fonte: Elaboração própria

²¹Nos arriscamos a definir o trabalho como transversal e não central, pois baseamos nossa afirmação por ter sido encontrado como palavra-chave no 75% das teses e dissertações levantadas, e não tendo sido realizada a análise da totalidade de produções. Nesse sentido, não podemos afirmar a centralidade da temática enquanto objeto de pesquisa.

A seguir apresentamos, como se indica na figura 4, a temática em cada tipo de produção: artigos, teses e dissertações.

Figura 4: Eixo 1 - Percentual de temáticas por tipo de produção





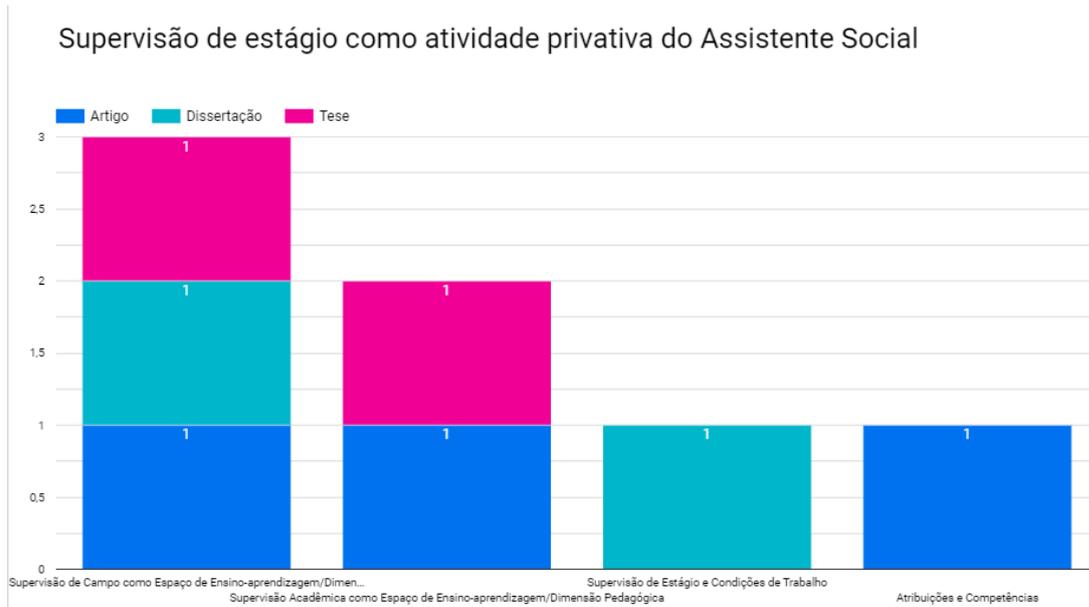
Fonte: Produção própria

Observamos, a partir das figuras acima, que enquanto nos artigos das três revistas pesquisadas as temáticas predominantes giram entorno das discussões sobre as diretrizes e normativas que enquadram o estágio e os desafios deste como espaço formativo, nas teses se observa uma distribuição equânime entre as temáticas 1, 2 e 3 (desafios do estágio supervisionado como espaço formativo; supervisão de campo de estágio como espaço de articulação teoria-prática e fundamentos da supervisão de estágio em serviço social) Já nas dissertações, voltamos a ver uma concentração em produções centradas no debate sobre normativas e diretrizes curriculares.

Ao observarmos aos eixos de análise das produções (ver apêndice) encontramos uma nítida predominância de pesquisas que tem como preocupação central aprofundar as reflexões sobre os fundamentos orientadores do estágio supervisionado em serviço social e a pertinência das diretrizes e normativas orientadoras deste, como também o nexos (ou a falta deste) dos conteúdos formativos com as atuais demandas do cotidiano profissional

O segundo eixo, denominado **Supervisão de estágio como atividade privativa do assistente social** e possui quatro subtemas: 1) Supervisão de campo como espaço de ensino e aprendizagem/dimensão pedagógica; 2) Supervisão acadêmica como espaço de ensino e aprendizagem/dimensão pedagógica; 3) Supervisão de estágio e condições de trabalho; 4) Atribuições e competências.

Figura 5: Eixo 2-supervisão de estágio como atividade privativa do assistente social

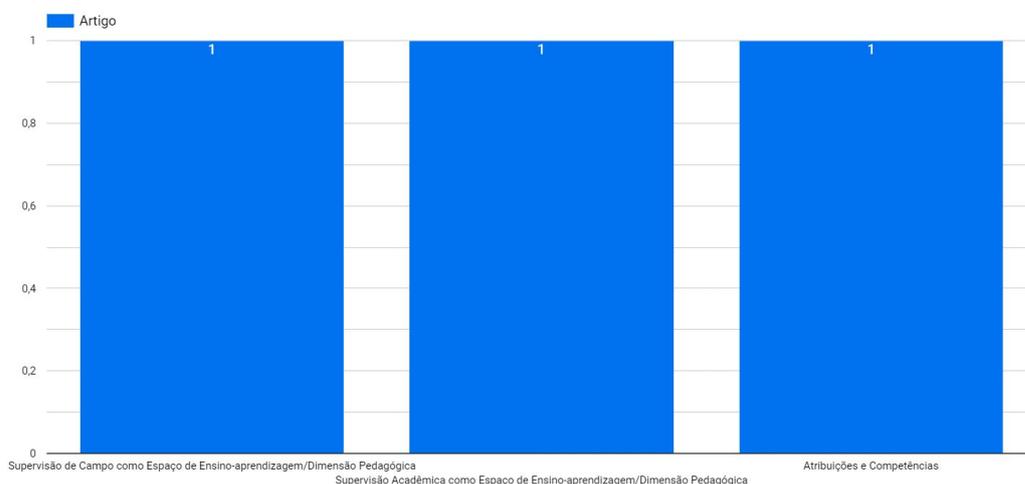


Fonte: Elaboração própria

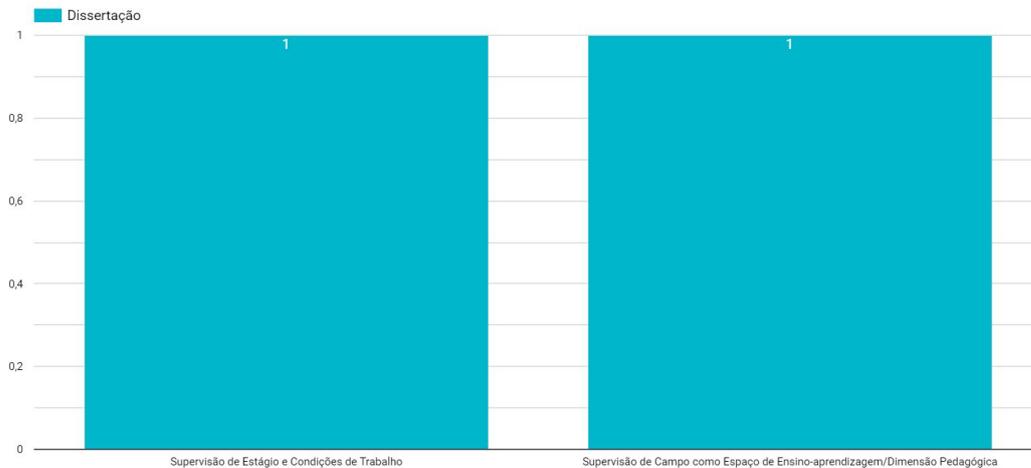
Neste eixo, as discussões se centram na relação entre supervisão de estágio e cotidiano profissional. Contudo, só um dos trabalhos tem por objeto pensar as condições de trabalho da assistente social, estando as produções centradas no aspecto pedagógico da supervisão de estágio, seja como espaço de formação profissional, seja como espaço de questionamento do próprio cotidiano profissional, suas requisições e demandas.

Tanto nos artigos quanto nas teses e dissertações vemos uma distribuição equilibrada das temáticas, predominantes na figura 6 a seguir. Porém, este equilíbrio pode ser aparente e não necessariamente expressivo das discussões, por se tratar de um número muito baixo de produções, sendo 2 teses, 2 dissertações e 3 artigos.

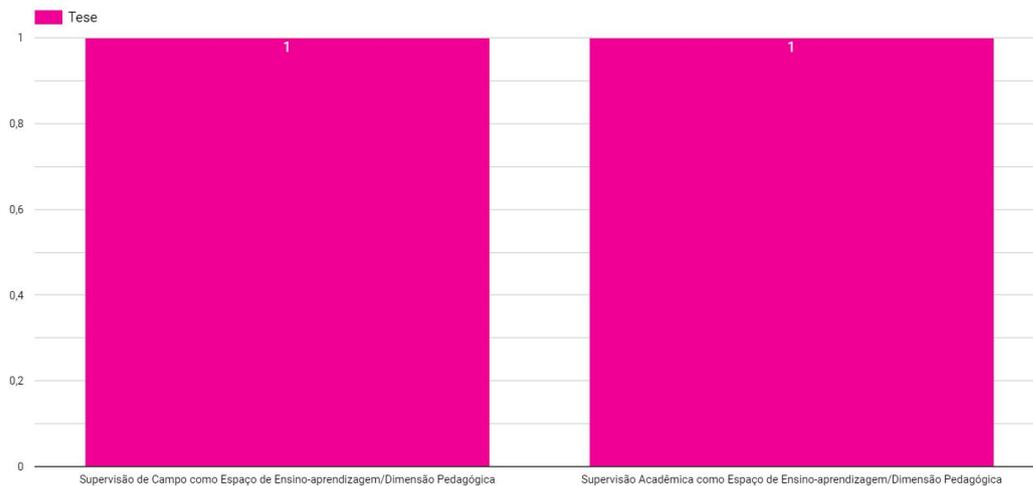
Figura 6: Eixo 2 – Percentuais de temáticas por tipo de produção
Supervisão de estágio como atividade privativa do Assistente Social



Supervisão de estágio como atividade privativa do Assistente Social



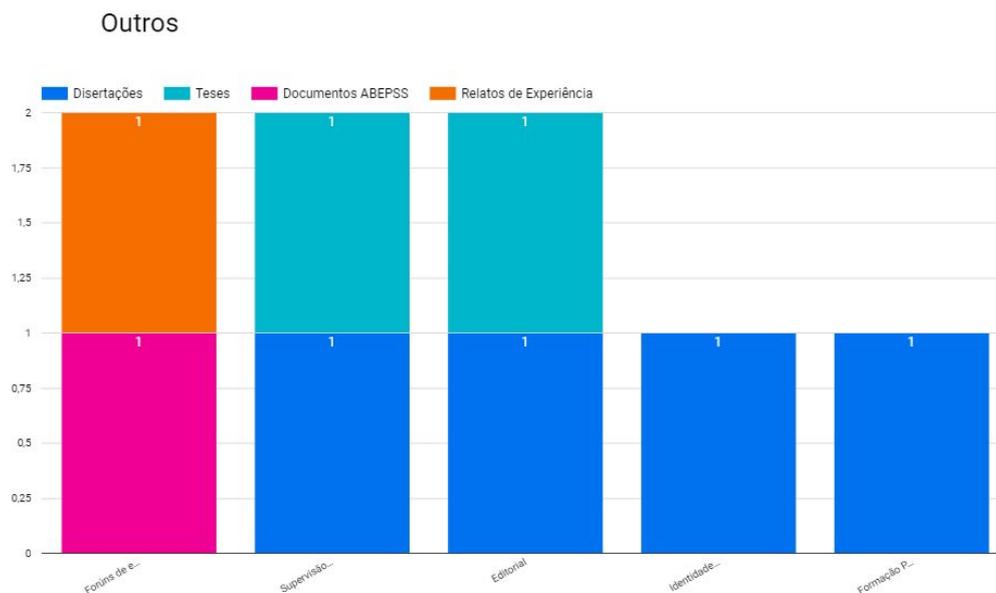
Supervisão de estágio como atividade privativa do Assistente Social



Fonte: Elaboração própria

Por último, o terceiro eixo, denominado: **Outros**, inclui todas aquelas produções que não tendo como objeto a supervisão de estágio em serviço social ou o estágio supervisionado, eram parte destas temáticas, seja porque seu universo de pesquisa pertencia aos campos de estágio, ou porque sua amostra estava composta por supervisoras de estágio (de campo ou acadêmicos) ou estagiários, ou porque se tratava de pesquisas bibliográficas sobre o estágio supervisionado. Os subtemas deste terceiro eixo são: 1) Supervisão de estágio/Supervisoras como universo/sujeito de pesquisa sem ser assunto a supervisão em si. 2) Formação permanente. 3) Identidade profissional. 4) Fóruns de estágio; 5) Editorial, conforme a figura 7:

Figura 7: Eixo 3 - Outros



Fonte: Elaboração própria.

Este eixo pode parecer irrelevante ao/a leitor/a, mas reforça o que estamos colocando a partir das análises anteriores. Como demonstrado, o número de produções sobre estágio é expressivamente baixo. A busca realizada nas palavras-chave inclui resultados que não traduzem somente o objeto das pesquisas que deram base as produções, mas também o universo em que estas foram desenvolvidas, evidenciando algo que fica nas entrelinhas das pesquisas em Serviço Social e seus diferentes objetos: o estágio é parte intrínseca do trabalho e do aprender a ser profissional, mas aparentemente negligenciado nas pesquisas da área²².

Nessa direção, a ABEPSS evidencia a necessidade de pensar o estágio levando em conta sua complexa relação: como espaço de formação e espaço de trabalho. Na Política Nacional de Estágio, a ABEPSS define o Estágio como um

instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p.11)

Assim, cabe perguntarmos o que significaria *apreender os elementos concretos que constituem a realidade social*? É muito importante observar as contradições próprias do capital, pois elas se expressam em quase todas as atividades e esfera da vida, mas também

²²Pese a que as fontes consultadas são de grande relevância e podem potencialmente indicar tendências de pesquisa, compreendemos que, para que a negligência da temática seja efetivamente constatada, deve ser realizada uma pesquisa bibliográfica que aborde em profundidade as temáticas associadas ao estágio e ampliadas as fontes de consulta. É por este motivo que apresentamos o resultado como um indicador importante, mas que precisa ser aprofundado, transcendendo essa análise nosso objeto de pesquisa.

entendemos que essa discussão está bastante abordada no Serviço social e que envolve entender as assistentes sociais como trabalhadoras imersas na contradição capital-trabalho, como o próprio documento referência nas palavras de Yolanda Guerra

[...] o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo. Constitui-se numa profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, intervindo nos âmbitos da produção material e reprodução ideológica da vida social. Como tal, intervém no âmbito da questão social, mais exatamente das formas de tratamento da questão social. A profissão tem uma regulamentação, um projeto ético-político e um projeto de formação profissional, portanto, uma direção social, um perfil determinado de profissional, bem como um conjunto de atribuições e competências socioprofissionais. O Assistente Social como trabalhador vende sua força de trabalho, a qual possui uma utilidade social e junto com ela vende um conjunto de procedimentos técnico-interventivos que expressam valores e reforçam projetos de sociedade. (GUERRA, 2006, p. 03)

Isto significa não só que devemos aprofundar nossas bases teórico-metodológicas, mas também a demanda de ler e observar nas nossas análises o fato iminente de que, num contexto de precarização do trabalho que acirra as condições que historicamente tem impossibilitado a alternância entre ação e reflexão da prática, deixando margem só para a priorização de abordagens de urgências nos espaços socio-ocupacionais, em que a supervisão de estágio se desenvolve mediada pelas condições de trabalho dos e das profissionais.

Nos deparamos, então, com uma lacuna nas nossas já escassas produções: Em que condições materiais de trabalho a supervisão de estágio se desenvolve?

É na busca de confirmar se andamos no caminho necessário, que queremos entender o que dizem as assistentes sociais supervisoras de campo de estágio, quando falam de supervisão de estágio em serviço social. Para isso, no próximo ponto, apresentaremos elaborações destes sujeitos.

La lengua verdadera se nació junto con los dioses primeros, los que hicieron el mundo. De la primera palabra, del fuego primero, otras palabras verdaderas se fueron formando y de ellas se fueron desgranando, como el maíz en las manos del campesino, otras palabras. Tres fueron las palabras primeras, tres mil veces tres se nacieron otras tres, y de ellas otras y así se llenó el mundo de palabras.

Una gran piedra fue caminada por todos los pasos de los dioses primeros, los que nacieron el mundo.

Con tanta caminadera encima, la piedra bien lisita que se quedó, como un espejo. Contra ese espejo aventaron los dioses primeros las primeras tres palabras. El espejo no regresaba las mismas palabras que recibía, sino que devolvía otras tres veces tres palabras diferentes. Un rato pasaron así los dioses aventando las palabras al espejo para que salieran más, hasta que se aburrieron. Entonces tuvieron un gran pensamiento en su cabeza y se dieron en su caminadera sobre otra gran piedra y otro gran espejo se pulieron y lo pusieron frente al primer espejo y aventaron las primeras tres palabras al primer espejo y ése regresó tres veces tres palabras diferentes que se aventaron, con la pura fuerza que traían, contra el segundo espejo y éste regresó, al primer espejo, tres veces tres el número de palabras que recibió y así se fueron aventando más y más palabras diferentes que se aventaron, con la pura fuerza que traían contra el segundo espejo y éste regresó, al primer espejo, tres veces tres el número de palabras que recibió y así se fueron aventando más y más palabras diferentes los dos espejos. Así nació la lengua verdadera. De los espejos nació.

Historia de las palabras do Subcomandante Insurgente Marcos²³

²³ A língua verdadeira nasceu juntamente com os primeiros deuses, aqueles que fizeram o mundo. Da primeira palavra, do fogo primeiro, foram se formando outras palavras verdadeiras e delas, como o milho nas mãos do camponês, outras palavras foram descascadas. Três foram as primeiras palavras, três mil vezes três outras três nasceram, e delas nasceram outras, e assim o mundo ficou cheio de palavras. Uma grande pedra foi caminhada por todos os passos dos primeiros deuses, aqueles que nasceram o mundo. Com tanto andar sobre ela, a pedra ficou lisa, como um espelho. Contra aquele espelho os primeiros deuses atiraram as três primeiras palavras. O espelho não devolveu as mesmas palavras que recebeu, mas devolveu mais três vezes, três palavras diferentes. Durante algum tempo, os deuses continuaram a atirar as palavras ao espelho para que mais saíssem, até se aborrecerem. Depois tiveram um grande pensamento nas suas cabeças e foram caminhar sobre outra grande pedra e outro grande espelho foi polido e colocaram-no à frente do primeiro espelho e atiraram as primeiras três palavras ao primeiro espelho e este voltou três vezes três palavras diferentes que atiraram, com a pura força que tinham, ao segundo espelho e este voltou, O segundo espelho voltou ao primeiro espelho três vezes o número de palavras que tinha recebido, e o segundo espelho voltou ao primeiro espelho três vezes o número de palavras que tinha recebido, e os dois espelhos voltaram ao primeiro espelho três vezes o número de palavras que tinham recebido, e os dois espelhos voltaram ao segundo espelho três vezes o número de palavras que tinham recebido, e os dois espelhos voltaram ao primeiro espelho três vezes o número de palavras que tinham recebido, e assim por diante. Assim nasceu a verdadeira língua. Dos espelhos nasceu. (História das palavras - Subcomandante Insurgente Marcos). Tradução própria.

3. CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Falar das condições de trabalho e supervisão de campo de estágio implica em apreender o que as e os profissionais diretamente envolvidas expressam sobre o assunto.

O Subcomandante Marcos (s/ano) nos conta que as palavras, a língua, “[...] dos espelhos nasceu”. Mas antes disso, que o espelho só foi existir após os passos andarem sobre a pedra que foi seu berço. Fiel ao seu estilo, aquilo que ele nos conta pode falar de muitas coisas, mas hoje vamos focar no espelho, pois é aquilo que vemos o que nomeamos, mas, mais ainda, é como reflexo das nossas ações que as palavras se multiplicam.

Do concreto para o abstrato, do abstrato para o concreto pensado. A máxima materialista é a relação dos passos com o surgimento do espelho e o espelho como fonte das palavras que utilizamos para falar do mundo. A primeira observação do fenômeno nos traz três palavras, a observação superficial daquilo que é aparente define a coisa, o problema, que assim poderia ficar entendido, se não mediado pelo ato reflexivo e metódico. Isto é, mediado por um método que complexificará o entendimento do fenômeno multiplicando, no ato reflexivo, as palavras que explicarão o mundo, de espelho a espelho na busca do concreto pensado.

Partimos da ideia de que a realidade precisa ser apreendida desde uma perspectiva de totalidade, a partir da qual podemos transcender a imediatividade com que se apresenta o fenômeno – o espaço da particularidade – entendida como a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade, em que existe uma interação constante entre as dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ideológicas e ao mesmo tempo, aspectos objetivos e subjetivos dos sujeitos que intervêm (KOSIK, 1967). Nas palavras do autor:

O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudoconcreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta (KOSIK, 2002, p.20-21).

Retomando o relato do Subcomandante Marcos, as três primeiras palavras, eram verdadeiras, mas a multiplicação destas a partir do reflexo, do olhar atento da coisa, longe de denunciar falsidade para a verdade, outrora absoluta, apresentou profundidade, isto é, a

possibilidade de ir além da forma em que o fenômeno se apresentou diante de nós qual fosse absoluto e isolado. Mas havia mais palavras, pois havia mais do que a imagem primeira. Ou, nas palavras de Kosik:

A destruição da pseudoconcreticidade - que o pensamento dialético tem de efetuar - não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado (KOSIK, 2002, p. 21).

Assim, na busca de entender a supervisão de estágio, vimos a necessidade de descobrir as palavras com que era definido o reflexo de quem faz. Nos perguntando: de que falam os e as profissionais quando são consultadas sobre a supervisão de estágio?

Diferente do achado nas produções teóricas analisadas na seção anterior, a primeira preocupação presente nas falas das profissionais sujeitas da pesquisa são as condições de trabalho, seja no que tange ao espaço em que poderão receber aos/às estagiárias quanto à possibilidade real e concreta de destinar tempo de uma jornada já sobrecarregada ao exercício da supervisão. Mas não só de preocupação se encontram revestidas as concepções de supervisão de estágio, pois ele aparece também como a renovação, a possibilidade de encarar o cotidiano profissional com olhares mais atentos e fartos da capacidade de se surpreender.

Contraditoriamente (como não poderia ser de outra maneira), aparece a supervisão de estágio como uma faca de dois gumes. De um lado a preocupação, de outro a vontade. A preocupação tanto da demanda que representará essa tarefa, quanto das condições e qualidade com que poderá realizar esta, mas também a vontade de voltar a olhar para o mesmo de uma nova forma, a partir de outro reflexo. Ora, o trabalho é organizador da vida e da reprodução da vida das sujeitas, mas é determinante único das nossas ações? Acreditamos que não, e que, como nos alerta Guerra (2006, p.3), o nosso trabalho tem como base e direção um projeto, projeto ético e político da profissão, que carrega não só o horizonte aos que almejam nossas ações quanto as ações em si, produto estes de uma leitura atenta e crítica da realidade.

Assim, se até aqui, temos tentado caracterizar os recortes predominantes presentes nas produções acadêmicas sobre supervisão de estágio e trazer, nessa ida e volta, entre o dado concreto e nossa análise, o nosso posicionamento sobre as discussões que permeiam as reflexões sobre a supervisão de campo de estágio, é vez, agora, de nos perguntarmos: o que preocupa as supervisoras? Em que pensam quando são questionadas sobre o lugar que ocupa a supervisão de estágio no cotidiano profissional? Quais são os desafios que o exercício da supervisão de estágio apresenta?

É com esse olhar atento que traremos a voz das profissionais para nossa análise, ilustrando em um primeiro momento as condições em que se desenvolve a atividade de supervisão de campo de estágio e, em um segundo momento, as principais preocupações dos e das profissionais sobre a supervisão de campo de estágio.

3.1. “SÓLO TRABAJA Y SU TRABAJO ES AJENO”²⁴: MAIS UMA VEZ, SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO.

De acordo com Marx (1984), o trabalho, enquanto mediação com a natureza, voltada à produção dos meios de vida, é o responsável pelo salto ontológico que converteu o homem em ser social distinguindo-o dos demais animais. Para o autor, esta ação humana, diferente das atividades realizadas pelo mundo animal, possui caráter intencional, é planejada pelo intelecto humano antes de se materializar, portanto, dotada de teleologia.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (MARX, 1984, p. 149-150).

Independente das relações sociais estabelecidas em cada tempo histórico, a apropriação da natureza para sua transformação e provimento das necessidades humanas, o trabalho, esteve e sempre estará presente, o que dá a ele o status de categoria eterna. É pelo trabalho que o homem se constrói e humaniza-se, ao passo que ao transformar a natureza, ele transforma também a si mesmo, adquirindo novos conhecimentos e habilidades, que serão herdadas pelas gerações futuras, tornando-se patrimônio de toda a sociedade. No entanto, a produção não existe de modo abstrato e está sempre permeada de particularidades históricas.

Para Marx (1984), as demais relações estabelecidas em sociedade são determinadas por essa base material, pela qual os homens se organizam para produzir sua existência e distribuir o que é produzido coletivamente, mediante condições materiais e históricas. Esse conjunto de relações sociais de produção firmadas entre os indivíduos em cada tempo histórico configuram o modo de produção sob o qual se estrutura determinada sociedade.

Sob essa base material, ergue-se uma superestrutura, que de modo organicamente articulado é responsável pela reprodução social, sem a qual a estrutura produtiva não poderia

²⁴ “Só trabalha e seu trabalho é alheio”. Fragmento da música Maria Landó, de Chabuca Granda.

continuar existindo. Assim, no processo de organização para a produção da vida material, as sociedades vão produzir ideias, vão produzir instituições, cultura e inúmeras relações. Então, embora a esfera da produção possua uma prioridade ontológica, Estrutura e Superestrutura constituem uma unidade indissociável e são basilares das relações sociais estabelecidas em cada tempo histórico.

Portanto, se o trabalho organiza a vida, necessariamente organiza a forma em que vemos o mundo e com esta a forma em que agimos no mundo. Organização esta que só poderá ter a chance de ser modificada após a reflexão consciente do movimento do real que transforma essa possível nova organização em ideia concreta. Isto é assim em qualquer forma de organização? Pois já falamos que não. O trabalho, na sua forma assalariada é organizador da vida numa forma específica de produção a partir do momento em que ele se torna fonte única da obtenção dos nossos meios de subsistência.

Nas palavras de Yolanda Guerra, a organização social capitalista imprime de forma predominante um tipo de racionalidade nas nossas ações, a racionalidade formal abstrata (GUERRA, 2002), definindo para nossas ações, entre outras coisas, avaliações de “eficácia” ancoradas em uma lógica utilitarista e fragmentada de apropriação da realidade.

A razão instrumental é uma racionalidade subordinada e funcional: subordinada ao alcance dos fins particulares, dos resultados imediatos, e funcional às estruturas. Constitui-se num conjunto de atividades, num conjunto de funções, não se importando nem com a correção dos meios nem com a legitimidade dos fins. Por isso funcional ao capital. Subsume os atributos das coisas aos seus aspectos quantitativos. Limita-se a garantir eficácia e eficiência (GUERRA, 2000b, p. 16).

A razão instrumental passa a ser forma predominante porque é necessária, é só imprimindo fim útil à ação que podemos lidar com problemas da forma em que elas aparecem, sem questionar de onde vem, o que se traduz nos cotidianos de trabalho para requisições profissionais que se orientam, nas palavras de uma das profissionais participantes da pesquisa, dar conta do que ninguém dá:

O que faz o Serviço Social existir, o que fez essas bases conservadoras nunca deixar, porque o, a requisição que fazem da profissão nos espaços em geral é para dar conta daquilo que ninguém dá, é pra dar conta do controle, de apaziguar conflitos, de adiar conflitos, Então, nos espaços institucionais, e aí qualquer espaço: de política pública, terceiro setor, privado, enfim, o sentido da existência do Serviço Social está muito nisso, nesse espaço para dar conta do que as outras profissões não vão dar, que é receber esse sujeito todo quebrado. tem esse sentido bastante conservador e quase moralizante que as instituições nunca abriam mão. (AS7 GF2)

Dentro desta forma de racionalidade, portanto, as ações passam a ser necessariamente pragmáticas, imediatistas, visando à eficácia e eficiência em detrimento dos valores e

princípios. Para esta lógica, só adquire sentido, razão de ser, aquilo que é útil e só é útil o que me oferece uma resposta aplicável no cotidiano, tornando, por oposição, inútil aquilo que transcende o aqui e agora, como por exemplo, explicações do mundo e sua complexidade inerente reprodução social. Isto é, privilegiando explicações insuficientes para responder a complexidade da vida social, mas suficientes para lidar com o fenômeno aparente de forma imediata.

Como nos alerta Matos, no mundo do capital,

uma profissão se legitima a partir das respostas que consegue emitir para usuários(as) dos seus serviços e para seus(suas) contratantes. E estas — as respostas — podem ser maiores ou menores, dependendo da competência do coletivo profissional. No caso do Serviço Social, tal debate não pode ser realizado sem a clareza dos distintos interesses que envolvem o contratador do trabalho profissional e a população usuária dos seus serviços (MATOS, 2015, p. 682).

O serviço social se legitima, mostra-se útil, a partir da sua capacidade de dar respostas. Mas respostas para quê? Nossa literatura dirá, de forma predominante, que o serviço social é uma profissão que opera diretamente nas expressões da contradição capital-trabalho, a desigualdade intrínseca ao modo de acumulação capitalista uma vez que é visibilizada como “problema” a questão social.²⁵ Neste sentido, veremos nas falas das profissionais que, quem as contrata espera respostas imediatas às problemáticas muitas vezes definidas e limitadas pela existência do recurso, ou pelo recurso existente²⁶, tendendo a exigir a resposta daquilo para o

²⁵Sobre a categoria, trazemos o entendimento de Bering quando afirma que: Desse ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, considerando que está subjacente às suas manifestações concretas o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes. A questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.[...] Outro aspecto importante aqui é o de que a lei do valor não trata apenas da produção de mercadorias na sua dimensão econômica. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política, a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social e de suas expressões. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida. BERING, 2009, p. 5-6).

²⁶ Nem sempre a existência do recurso garante que este esteja disponível somando ao fato de serviços restringirem suas intervenções a aquelas que podem se comprometer, pois existe uma política social que tem por objeto abordar uma problemática específica, mas, quando o recurso é solicitado, este não chega ao usuário seja por empecilhos orçamentários, seja por decisão política de restrição do recurso. Pensemos isto com um exemplo: eu posso ser assistente social de um CRAS que se depara com uma família de baixa renda com dificuldades alimentares (entre muitas outras). Assim, é muito provável que, de praxe a profissional questione sobre a atualização do Cadastro Único, indague sobre os benefícios aos que a família tem ou teve acesso e ofereça uma cesta básica (quando disponível na instituição) e solicite documentação para ter acesso aos benefícios disponíveis e que a família ainda não se encontre recebendo. Assim, esta profissional realizará o agendamento para a atualização de dados cadastrais, mas na hora de ver a data disponível poderá se deparar com que o horário

que já temos uma aparente solução para um problema apresentado de forma fragmentada (fome, rompimento de vínculos familiares, retorno ao local de nascimento, inserção dos filhos na rede de educação, acesso a medicação, educação formal, alimentação, lazer etc).

Agora bem, é isto um problema? Não necessariamente, pois a vida cotidiana, “chão” do exercício profissional (MATOS, 2015) se apresenta desta forma. Nos espaços socio-ocupacionais as demandas tem urgência, o recurso é escasso e um dos desafios às profissionais, é o de não entrar em desespero e cumprir aquilo para o qual foram contratadas: as famosas requisições profissionais. Assim, ilustra a fala da AS12, fazendo menção ao seu cotidiano de trabalho numa organização do terceiro setor, reflete sobre a forma em que as mudanças conjunturais, nos momentos de crise econômica, refletem diretamente no montante do recurso disponível para trabalhar com a população usuária, recurso, neste caso, proveniente do setor privado.

a gente sempre fica assim numa zona de conflitos porque até quando você, enquanto profissional da instituição precisa responder às demandas da instituição a partir daquilo que a instituição quer porque não pode perder os convênios com as empresas, então muitas vezes você quer defender os direitos do usuário, mas precisa balancear pra não afetar nos interesses da empresa e não refletir numa redução de convênios. (AS12 GF1)

E, por muito que possamos entender e desenhar as diferenças entre a margem de proteção e tensão, por maior recurso presentes entre o terceiro setor e o setor público, a regressão e limitação de recurso (que nada mais significa perda de opções para a classe que vive do trabalho, muitas vezes não conseguindo sobreviver com ele) é uma realidade no Estado de direito, tal e como o ilustra a fala da AS4:

chega a me abalar as vezes quando alguém vem e diz que a gente está sempre na garantia dos direitos, dos direitos constitucionais que estão sendo violados cotidianamente e não somos nós que vamos conseguir fazer esse milagre de garantir os direitos. Eu trabalho na área das políticas públicas e, assim, não tem recurso pra gente trabalhar. Como é que nós vamos garantir os direitos pra população. A demanda reprimida é cada vez maior e a população inclusive, nós percebemos ali no meu espaço de trabalho que a população tem deixado de procurar, inclusive deixaram de reivindicar, porque vai lá e sabe que vai receber um não bem respeitoso, né, vai ser bem atendido pela assistente social. Mas a assistente social vai dizer que não tem recurso hoje para atender a demanda ou as demandas que a população busca, pelo menos no espaço do poder público, né? (AS4 GF1)

mais próximo para agendamento é dentro de 45 dias e que antes disso nada poderá ser feito para que essa família, que tem dificuldades para se alimentar hoje, possa ter acesso a um benefício de renda, pois a instituição se encontra com déficit de cadastradores para o número de atendimentos que realiza devido à falta de orçamento para contratar mais pessoas. Veja, neste exemplo, a política existe, o recurso não está disponível em tempos necessários à urgência da demanda. Assim, diante da falta de opções, profissionais veem suas ações cotidianas limitadas pela existência do recurso, ou pelo recurso existente.

Contudo, nossa profissão se põe para si um projeto que direciona suas ações, que lhes dá sentido, que tem horizonte *da* e *para* a classe trabalhadora. Um projeto que é ético e é político o que, minimamente, pressupõe valores, princípios orientadores de uma ação com direção.

Mas vamos então tentar entender um pouco melhor o que isto significa. Em relação ao chão de exercício profissional, Matos dirá que:

O “chão” do exercício profissional, para o qual queremos chamar a atenção, é primeiramente aquele onde se dá todo o agir histórico: o cotidiano. Afinal, a vida cotidiana é insuprimível e existe em todas as sociabilidades humanas. A outra característica do “chão” que queremos ressaltar é a forma como os direitos da classe trabalhadora vêm sendo tratados, tema fundamental para assistentes sociais, uma vez que atendem à classe trabalhadora ao mesmo tempo que fazem parte dela. Se a vida cotidiana é insuprimível, certamente ganha contornos próprios diante da alienação na sociedade de classes. (MATOS, 2015, p. 683).

Com o *cotidiano*, o autor está fazendo referência à construção de Agnes Heller, sobre vida cotidiana, entendida esta como *a vida de todo homem*, a vida do *homem inteiro* (HELLER, 1989), que, no centro do acontecer histórico, é espaço em que se põem em jogo todos os sentidos e capacidades do indivíduo. Heller dirá que na vida cotidiana o homem põe em funcionamento suas capacidades cognitivas, intelectuais, suas ideias, sua ideologia, seus sentidos, suas habilidades, paixões e sentimentos e que, por esta mesma característica, é o espaço em que o homem não tem como absorver de forma inteira nenhum desses aspectos, apresentando-se a vida cotidiana em forma de atividades heterogênea diante de si, porém organizadas de forma hierárquica. Assim,

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. (HELLER, 1989. p. 18)

Se afirmamos que o trabalho é organizador da vida e fonte primária da obtenção dos meios de subsistência, é consequência entender que, no mundo do capital, o trabalho, o organizador da vida cotidiana, da vida dos sujeitos e por isto se faz necessário entender em quais condições esse trabalho, hierarquizador do conteúdo do cotidiano, é desenvolvido. É por demais importante entendermos em que contexto vem trabalhando e trabalham ainda hoje os e as assistentes sociais, por isto deve ser explicitado que a partir de 1970 vem se desencadeando

uma *crise estrutural, metabólica e sistêmica* (ABRAMIDES 2021) demarcando, segundo a autora

uma quadra histórica de avanço do neoconservadorismo, do reacionarismo de direita e extrema-direita, da apologia do fim da história, de negação das classes sociais e da categoria trabalho; de hegemonia do capitalismo e do capital no plano internacional, apesar de sua fase de decomposição; da política de conciliação de classes, desenvolvida por projetos democrático-populares que cooptaram setores classistas do movimento sindical e popular, consequentemente de suas lutas, deixando-os atados à imediatividade, com uma perspectiva reformista, politicista, distante do processo das grandes mobilizações, greves e outras ações diretas realizadas nos anos 80. (p. s/n)

Adentrando ao momento específico em que se desenvolve esta pesquisa, em termos políticos e econômicos, nos deparamos com a instauração de um governo ilegítimo a partir de 2016. O Governo Temer (2016-2018), que passa a história como o governo que atingiu a maior rejeição do povo, atingindo o 82% durante seu governo e responsável do ponto de partida da maior regressão em termos de direitos que o Brasil verá nos seguintes seis anos.²⁷ Este período de retrocesso é responsável de inúmeras medidas²⁸ que são sintetizadas por Abramides (2021)

a prevalência do negociado sobre o legislado, redução da jornada de trabalho com redução de salário, medidas de avanço da privatização e interferência em direitos sociais, de gênero, raça, etnia e orientação sexual, restrição na demarcação de terras indígenas, alteração do código penal sobre a questão do aborto, instituição do estatuto da família, retrocesso para grupos LGBTQIA+ e de mulheres, e instituição do estatuto do nascituro que ameaça o direito reprodutivo das mulheres entre outras medidas destrutivas; além da PEC da morte que alterou a constituição de 88, ao instituir o teto dos gastos públicos congelando por 20 anos o orçamento das áreas sociais, como saúde, educação e assistência social para o pagamento da dívida pública contraída pela classe dominante e pela retirada do direito da população ao atendimento de serviços públicos essenciais (ABRAMIDES, 2019 p?).

²⁷ Esta Tese está sendo finalizada em meio ao período eleitoral em que a disputa acirrada entre os candidatos Lula (PT) e Bolsonaro (PL) traçam ares de esperança e medo coexistindo, nos obrigando a não dar por óbvia nenhuma previsão dos anos que virão e sim a nos restringir na nossa análise aos anos que temos vivido como nação.

²⁸ Não sendo foco desta pesquisa analisar o governo Temer, entendemos necessário enumerar fontes que possam ilustrar algumas das inúmeras medidas que atingiram diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, não só de forma imediata como também futura, sendo estas pautadas, não só para anos seguintes como para décadas. Podemos nomear assim, com as correspondentes fontes de respaldo imediato: leilão de recursos não renováveis como foram o leilão de hidrelétricas em Minas (<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/09/leilao-de-usinas-hidreletricas-da-cemig-arrecada-mais-de-r-12-milhoes.html>) e do próprio pré-sal (<https://g1.globo.com/economia/noticia/empresas-oferecem-ate-80-de-producao-a-uniao-para-explorar-pre-sal.ghtml>), a reforma trabalhista, que traz mudanças em pautas históricas da classe trabalhadora, sendo a mais lembrada, quicá pelo tamanho do seu absurdo, a negociação entre patrão e empregado do plano de carreira cargos e salários, podendo este ser mudado a qualquer momento, sem necessidade de passagem e aprovação pelo ministério de trabalho.

Tais medidas foram, a partir de 2019, implementadas pelo governo Bolsonaro, e ocasionou perdas de direitos que foram o fruto de anos de lutas e apaga conquistas históricas diante de um movimento social desgastado e esgotado²⁹.

O Brasil, desde o golpe parlamentar de 2016 (com o apoio do empresariado, judiciário e grande mídia), um momento de inflexão (Demier, 2017), avança a passos largos rumo à exacerbação do neoliberalismo, com aprofundamento das contrarreformas e privatizações. A eleição de 2018 quebrou o “ovo da serpente” e alçou ao poder um governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista. (BOSCHETTI e BEHRING, 2021. p. 70)

Se já era verdade inquestionável no serviço social que a assistente social trabalha no bojo da contradição entre capital e trabalho, nos últimos quase seis anos, esta afirmação se tornou pele dos e das profissionais que tem lidado nos seus espaços socio-ocupacionais, não só com recortes orçamentários, esvaziamento das políticas públicas (com a consequente retirada de recursos para trabalhar no dia a dia) somado a instabilidade crescente da própria fonte de trabalho, pois bem sabemos, que parte de nós para nos entendermos como classe trabalhadora não significa só que nosso projeto ético e político tem direção emancipatória para esta, significa também que em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora é o componente do nosso cotidiano profissional. Trabalhadores exaustos sobrecarregados de funções têm deixado sua saúde física e mental nas salas de atendimentos de municípios de entidades federais e estaduais.

Na pesquisa realizada tivemos a oportunidade de observar as condições de trabalho, mas também da forma em que estas se tornam a principal preocupação dos e das assistentes sociais supervisoras de campo de estágio. Para ilustrar esta realidade apresentaremos na sequência, em um primeiro momento, o perfil das assistentes sociais de Santa Catarina que participaram da pesquisa, as condições de trabalho de assistentes sociais supervisoras de campo de estágio e, em um segundo momento, as falas das profissionais acerca de como impacta trabalhar nessas condições no exercício da supervisão de campo de estágio.

3.2 PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORAS DE CAMPO DE SANTA CATARINA

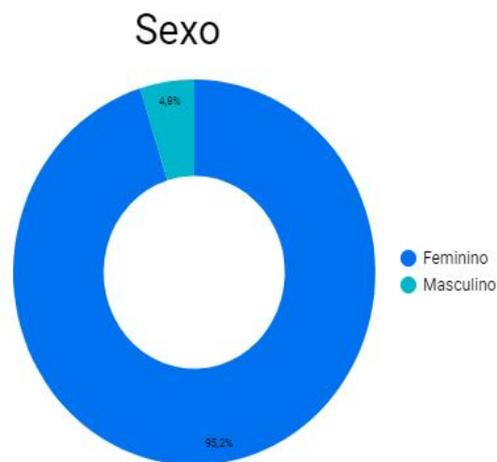
Antes de nos adentrarmos na apresentação das especificidades das condições de trabalho, a partir dos dados obtidos por meio do questionário, entendemos necessário

²⁹ Lembremos que os movimentos sociais têm sido a frente de luta acirrado diante fatos históricos que desde 2014 tem demandado das organizações da classe trabalhadora todos seus esforços diante de ataques tanto pela via institucional quanto pela disputa cotidiana de recursos. Nos referimos à resistência ao Golpe de estado à presidenta Dilma, às lutas travadas contra as medidas antipopulares do Governo Temer, ao acirramento da repressão do povo Brasileiro.

desenhar quem são os sujeitos da pesquisa: assistentes sociais que trabalham na execução das políticas públicas e exercem, como parte do seu exercício, a supervisão de campo de estágio em serviço social.

Tal como as pesquisas da área indicam, trata-se de um perfil que vem desde um primeiro momento indicar a persistente feminização da profissão. Assim, de um total de 62 respostas recebidas no questionário referente a assistentes sociais em desempenho de atividades como supervisor, 59 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Isto significa que o primeiro representa 95% do nosso universo. Ao serem questionados sobre a identidade de gênero, 48 participantes se declararam mulher Cis, 2 homem Cis e 3 Não binário, aglutinando-se sob as categorias “Não sei responder”, “Prefiro não responder”, “Prefiro não me classificar” e “não respondeu” um total de 9 participantes. (figuras 8 e 9)

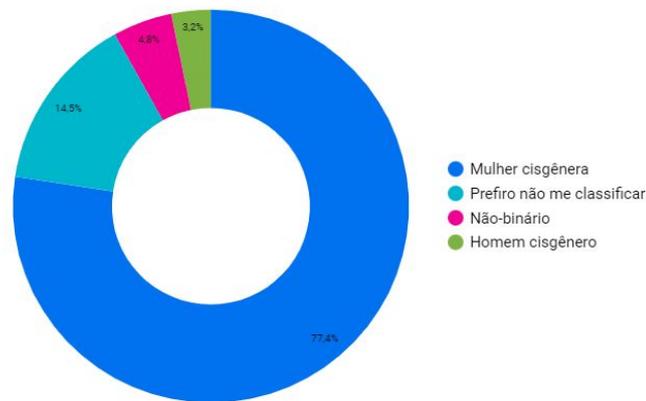
Figura 8: Distribuição dos participantes da pesquisa, segundo o sexo



Fonte: Elaboração própria.

Figura 9 : Identidade de gênero

Identidade de gênero

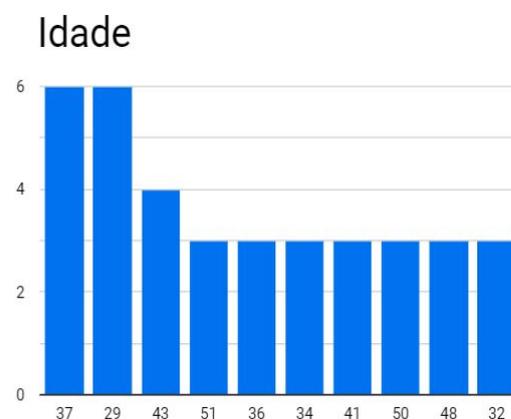


Fonte: Elaboração própria.

Em relação às idades, observamos que esta se encontra na faixa etária dos 26 aos 50 anos, representando 85,4% das participantes (Gráfico 3), tendo uma concentração maior entre os 31 e 40 anos (18% na faixa dos 31 aos 35 e 21% na faixa dos 36 aos 40).

Já o pertencimento étnico racial fica muito próximo dos dados censitários do estado, mostrando a predominância de pessoas brancas, representando 79% das profissionais que responderam à pesquisa, sendo 8,1 profissionais auto percebidas pardas e 3,2% auto percebidas negras, sendo dados de Santa Catarina para 2019 (ano em que foram aplicados os questionários), segundo o IBGE, que a população catarinense está composta por 80% de pessoas auto percebidas brancas, 3,1% auto percebidas negras, com uma discrepância em relação ao número de pessoas auto percebidas pardas, que enquanto foram 8,1% das participantes da pesquisa, nos dados o IBGE para o Estado representam 16,9%.

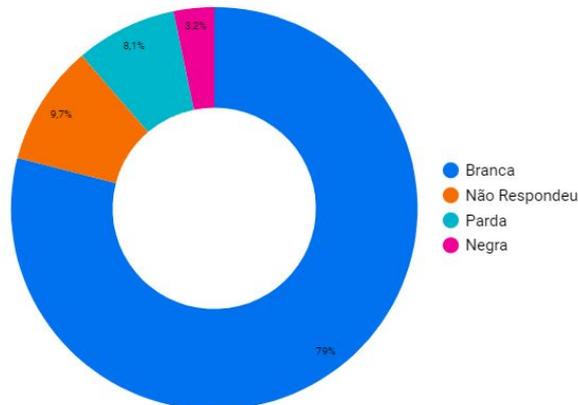
Figura 10 – Idade



Fonte: Elaboração própria.

Figura 11 - Pertença étnico-racial (direita)

Pertença étnico-racial

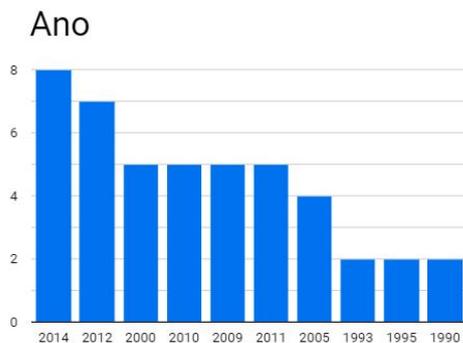


Fonte: Pesquisa.

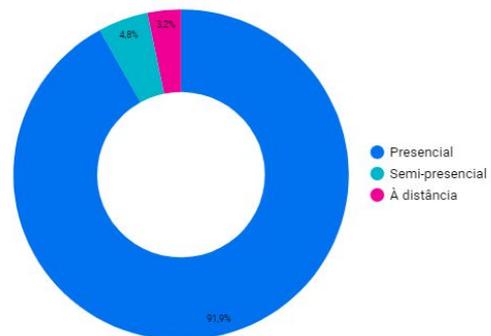
Os dados da pesquisa nos mostram que se trata de profissionais formadas em sua grande maioria na universidade pública (51%) ou comunitária (26%), tendo tido como modalidade de curso maioritária a presencial, representando 91,9%, sendo profissionais graduadas entre os anos 1990 e 2014, com maior concentração entre os anos 2012 e 2014.

Figura 12 - Ano de formação (esquerda).

Figura 13 - Modalidade de ensino (direita).



Modalidade do curso

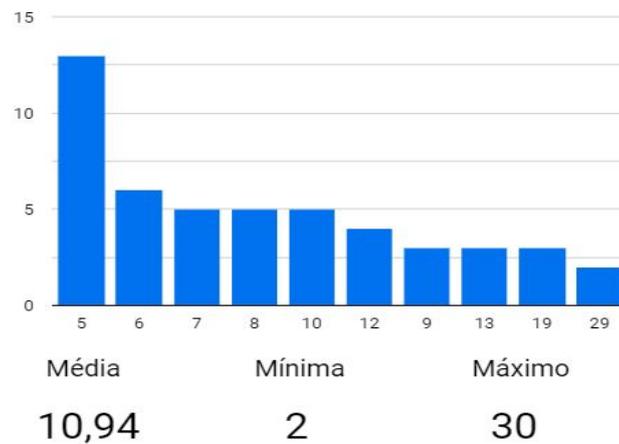


Fonte: Elaboração própria.

Estas profissionais exercem a profissão há pelo menos 7 meses, como indica o gráfico 7 - onde Y representa a quantidade de pessoas que responderam e X a quantidade de anos trabalhados - estando 40% das participantes concentradas entre os 5 e 13 anos de atuação como assistente social, tendo participantes com até 30 anos de exercício da profissão.

Figura 14 - Tempo de Atuação como Assistente Social

Tempo de atuação

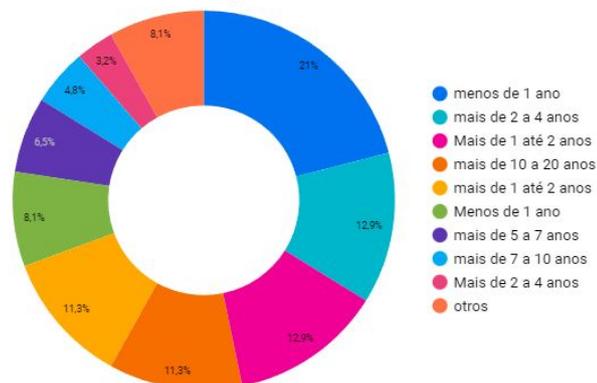


Fonte: Pesquisa

Como informamos anteriormente, todas as profissionais participantes são supervisoras de campo de estágio em serviço social com diferente tempo de experiência na função. Assim, o gráfico 8 permite observar que 69% destas profissionais exerce a função de supervisora de campo por tempo máximo de 4 anos, sendo que 29% supervisionam há menos de um ano. Já em relação ao número de estagiárias, 50% das profissionais manifestam supervisionar uma estagiária, vemos com preocupação que - conforme veremos no próximo ponto sobre as condições de trabalho das profissionais participantes- quase 5% das profissionais supervisionam, em contexto de precarização e sobrecarga de trabalho, 4 estagiárias, 8,1 supervisiona 3 estagiárias e 8,1% 2 estagiárias.

Figura 15 - Tempo de exercício da supervisão campo

Tempo de atuação como supervisor



Fonte: pesquisa

Figura 16 – Número de estagiários que supervisiona



Fonte: pesquisa

Como tentaremos apresentar ao longo da tese, esses dados, expressivos de uma realidade dos campos de estágio, deve ser pensada em função de outros fatores e não só a disposição ou vontade de supervisionar da profissional. Assim, havendo apresentado nossas protagonistas, nos seguintes pontos desta seção tentaremos abordar, de forma descritiva e analítica, as condições de trabalho das assistentes sociais que supervisionam campos de estágio e a forma em que estas incidem na supervisão.

3.3 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORES(AS) DE CAMPO

A palavra "flexibilidade" entrou na língua inglesa no século quinze. Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. "Flexibilidade" designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração da sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas. (SENNET, 2014, p.53)

No início desta seção realizamos uma declaração: a primeira questão levantada pelas profissionais, quando questionadas sobre a supervisão, suas preocupações em relação a esta, os desafios que essa atividade (supervisionar) representa, foi sobre as condições de trabalho, às que se encontram sujeitas nos espaços sócio-ocupacionais, entendidas as condições de trabalho como as condições materiais objetivas e subjetivas para desenvolver as suas atividades cotidianas. Em outras palavras, o conjunto que envolve o equipamento disponível nos espaços de trabalho (orçamento disponível, espaço, tempo para formação e capacitação,

número de demandas, tempo necessário para atender estas demandas versus tempo disponível para essa atividade, disponibilidade de equipamentos eletrônicos para trabalho no local, veículos para garantir a mobilidade quando necessário e tudo aquilo que viabiliza a execução das estratégias cotidianas de trabalho) como também a garantia do cuidado das trabalhadoras no que tange à sua saúde mental e física (carga de trabalho, flexibilidade na jornada para execução de atividades de formação continuada, função equivalente ao cargo, versus desvio de função, pagamento acorde às atividades realizadas e às necessidades das trabalhadoras, respeito de direitos trabalhistas, respeito da opinião técnica, etcetera) e a manutenção dos seus direitos trabalhistas em contexto de regressão..

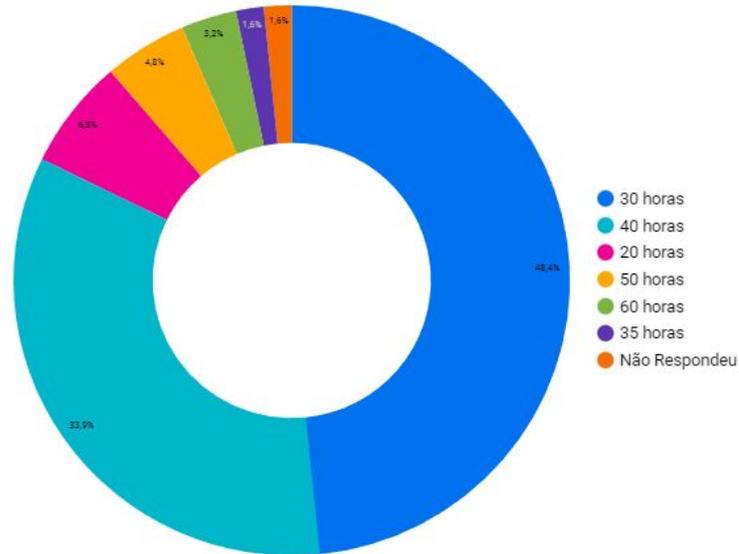
Entendemos que o nosso principal argumento, portanto, são as falas destas supervisoras de campo de estágio. Mas a forma escrita, a comunicação da forma em que a estamos apresentando, requer um exercício: a apresentação processual das informações e fundamentos com os que estamos trabalhando.

Por este motivo, antes mesmo de trazer a voz das protagonistas, precisamos montar o cenário em que esta conversa está se desenvolvendo. Precisamos mostrar a vocês o desenho das condições de trabalho das assistentes sociais. E assim faremos.

Iniciando pela jornada de trabalho semanal (gráfico 10), estamos diante 48,4% de profissionais que trabalham 30h semanais, dado que somado aos 6,5% de profissionais que trabalham 20h semanais, nos coloca diante de um cenário com 54,9% de profissionais com carga horária de acordo com a lei das 30 horas, lei 12.317/2010. Informação que, após doze anos da aprovação da lei, nos coloca diante de que 43,5% de profissionais excedem semanalmente a carga horária permitida para o desempenho de atividades, sendo 1,6% de profissionais com carga horária semanal de 35 horas, 33,9% com carga horária semanal de 40 horas, 4,8% com carga horária de 50 horas semanais e 3,2% com carga de 60 horas semanais, o dobro do permitido por lei.

Figura 17 - Jornada de trabalho semanal das supervisoras de campo de Santa Catarina.

Jornada de trabalho semanal



Fonte: Pesquisa

Estes dados, se comparados com o perfil nacional de profissionais recentemente lançado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2022), mostram que a realidade de Santa Catarina não dista em números representativos da realidade do resto do país, onde podemos observar, como mostra a tabela 1: 52,78% das profissionais trabalha até 30 horas e 31,15% entre 31 e mais de 60 horas semanais, sendo que 16,07% estão desempregados, variável que nossa pesquisa não trabalhou por a pesquisa se realizou com supervisoras de campo de estágio em serviço social, atividade privativa de assistentes sociais, o que significa que, necessariamente, todas as participantes da pesquisa estavam empregadas como assistentes sociais.

Tabela 1: “Tabela 39 – Jornada semanal de trabalho em todos os vínculos” / Perfil de Assistentes sociais no Brasil:

Tabela 39 – Jornada Semanal de Trabalho em Todos os Vínculos

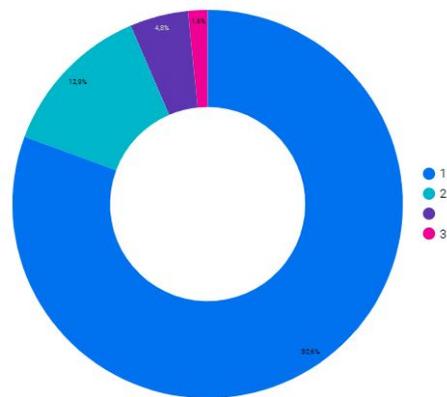
Jornada semanal (somando todos os vínculos)	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Menos de 20h	1.200	2,71%
Entre 20h e 24h	2.519	5,70%
Entre 25h e 30h	19.616	44,37%
Entre 31h e 40h	9.552	21,60%
Entre 41 e 50h	2.306	5,22%
Entre 51 e 60h	1.628	3,68%
Mais de 60h	286	0,65%
Nenhum	7.105	16,07%
TOTAL	44.212	100,00%

Fonte: CFESS, 2022

Um segundo dado a ser observado é que - como bem anuncia a tabela acima, ao ter dentro do seu título a ressalva de que se trata de **todos os vínculos** - estamos trabalhando com um número significativo de profissionais com mais de um vínculo empregatício, realidade esta que, mais uma vez, transcende os limites geográficos de Santa Catarina, mostrando-se uma realidade que afeta todo o território nacional. Como podemos observar a continuação no gráfico 11 e na tabela 2, 80,6% em Santa Catarina e 51,76% no Brasil de profissionais mantém 1 vínculo empregatício, 17,7% das participantes em Santa Catarina refere ter 2 e 3 vínculos (12,9% e 4,8% respectivamente), no território brasileiro 11,43% refere ter 2, 3 e 4 vínculos (10,8%, 0,46% e 0,17% respectivamente). Mais uma vez, devemos ter em conta que a pesquisa nacional que apresentou o perfil lançado pelo CFESS, teve como uma das suas variáveis o desemprego, que em termos de vínculo, expressa-se como nenhum. Isto significa que, se retirada a variável “nenhum vínculo”, teremos um total de 36.380 participantes dessa pesquisa e não 44.212, expressando, portanto, a quantidade de profissionais com um vínculo equivalente a 86,96% de profissionais com mais de um vínculo de 13,02% na pesquisa nacional.

Figura 18: Número de vínculos empregatícios.

N de vínculos empregatícios



Fonte: Pesquisa

Tabela 2: “Tabela 26 – Distribuição de profissionais por quantidade de vínculos” / Perfil de Assistentes sociais no Brasil:

Tabela 26 – Distribuição de Profissionais por Quantidade de Vínculos

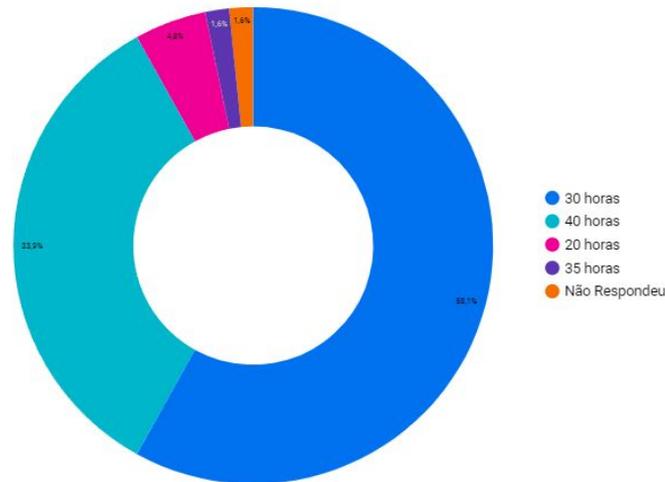
Quantidade de vínculos empregatícios	Freq	%
Nenhum	7.838	17,73%
1 vínculo	31.637	71,56%
2 vínculos	4.457	10,08%
3 vínculos	204	0,46%
4 vínculos	76	0,17%
TOTAL	44.212	100,00%

Fonte: CFESS, 2022

Por último, sobre a relação entre vínculos e jornada de trabalho, observamos que para 51,1% o vínculo principal representa 30 horas de trabalho semanal, para 33,9% 40 horas semanais e para 6,4 entre 20 e 35 horas semanais.

Figura 19 – Jornada de trabalho na instituição principal

Jornada de trabalho instituição principal

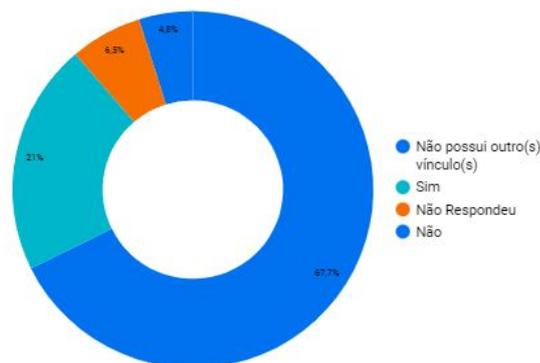


Fonte: pesquisa

A pesquisa apontou que 88,7% das participantes só trabalham como assistentes sociais, seja porque só possui um vínculo ou porque respondeu que sim, que todos os vínculos são no serviço social. E 4,8% das participantes responderam que não todos os vínculos são como assistente social e 6,5% não responderam.

Figura 20 – Trabalhos na área de Serviço Social

Todos em Serviço Social?

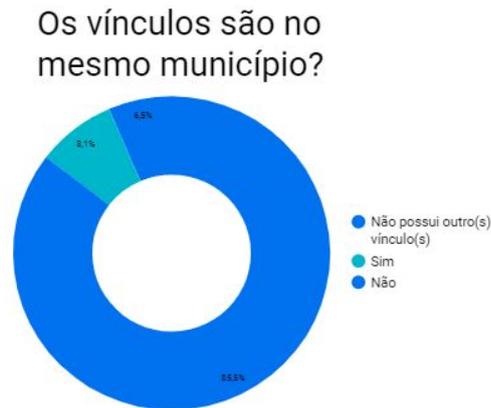


Fonte: pesquisa

Em relação ao local em que desenvolvem seu trabalho, entre as assistentes sociais que possuem mais de um vínculo empregatício há só uma diferença de aproximadamente dois pontos entre aquelas que desenvolvem suas atividades no mesmo município (8,1%) e aquelas que não (6,5%). Contudo, para pensar esse número devemos entender que essa questão foi também respondida pelas profissionais que possuem só um vínculo. Desta forma, se isolarmos as respostas para contabilizar só aquelas pertencentes a profissionais com 2 e 3 vínculos,

nossa porcentagem muda, dos 100% de profissionais com mais de um vínculo, 67,5% trabalham em municípios diferentes, enquanto 37,5% das profissionais com mais de um vínculo desenvolve seu trabalho no mesmo município, as primeiras percorrendo distâncias que vão dos 8km aos 23km para chegar a um dos seus locais de trabalho (gráfico 13).

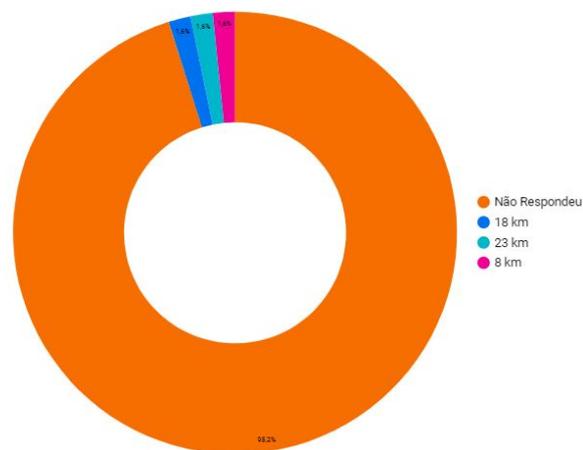
Figura 21 – vínculos em relação a local de trabalho.



Fonte: pesquisa.

Figura 22 – Distância entre locais de trabalho (direita)

Distancia entre municípios



Fonte: pesquisa.

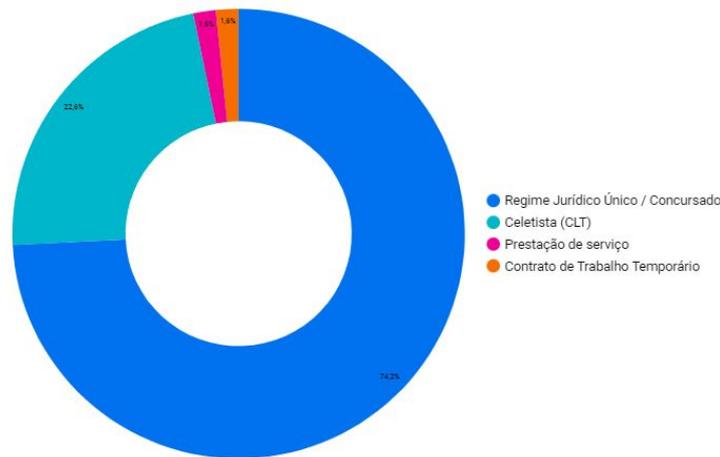
Em relação ao tipo de vínculo, podemos observar que a grande maioria são de regime jurídico único (concurso público) concentrado no nível municipal (gráficos 14 e 15), reiterando ainda hoje, em que pese o esvaziamento que as políticas públicas têm sofrido nas últimas décadas, os assistentes sociais trabalham, na sua grande maioria, para o Estado³⁰. Isto

³⁰Entendemos que este dado mostra o resultado de lutas coletivas levadas adiante pelas nossas entidades de representação dentro do conjunto CFESS/CRESS, mas também pelas inúmeras manifestações da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e abertura de concursos públicos.

é, tanto em Santa Catarina (gráficos 16 e 17) quanto no Brasil como um todo (tabela 3 e figura 1). Assim nossa pesquisa constata que 74,2% ingressaram no seu emprego por meio de concurso público.

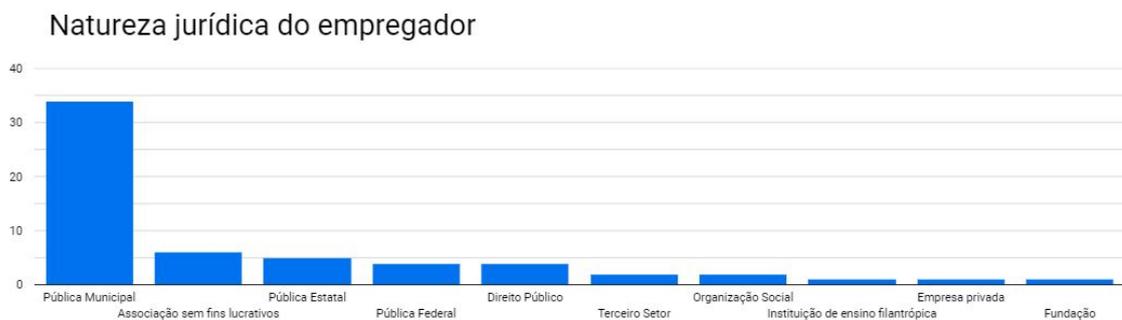
Figura 23 - Tipo de vínculo.

Tipo de vínculo



Fonte: pesquisa.

Figura 24 - Natureza jurídica do empregador.



Fonte: Pesquisa

Neste sentido, a pesquisa realizada pelo CFESS (2022) mostra que (Tabela 4 e gráfico 16), a totalidade de vínculos, 52,95% corresponde a um tipo de seleção dentro do Estado por mérito, sendo este, concurso público (40,30%), processo seletivo simplificado (10,91%) e edital público (1,74%), concentrando os empregos no setor público municipal (43,59%), seguido pelo setor público estadual (11,01%).

Tabela 3: “Tabela 30 – Natureza do principal vínculo” / Perfil de Assistentes sociais no Brasil:

Tabela 30 – Natureza do principal vínculo

Natureza do principal vínculo como assistente social	Freq	%
Setor público municipal	19.271	43,59%
Nenhum	7.478	16,91%
Setor público estadual	4.868	11,01%
Organização não Governamental sem Fins Lucrativos	3.614	8,17%
Empresa privada	2.751	6,22%
Setor público federal	2.301	5,20%
Organização social	783	1,77%
Organização da sociedade civil de interesse público	634	1,43%
Voluntário	603	1,36%
Fundação	498	1,13%
Autônomo	321	0,73%
Sindicato associação movimento social e ou popular	146	0,33%
Outro	944	2,14%
Total	44.212	100,00%

Fonte: CFESS, 2022.

Figura 25: “Forma de ingresso no principal vínculo empregatício” / Perfil de Assistentes sociais no Brasil:

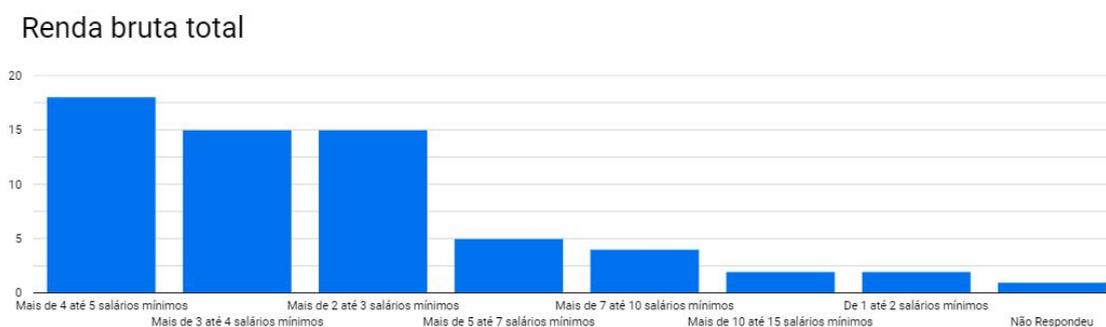


Fonte: CFESS, 2022.

Ao vermos os dados, percebe-se as similaridades, no que refere à multiplicidade de vínculos, mesmo os vínculos principais há correspondência com forma de contratação consideradas estáveis, pelo menos em quase a metade dos casos, tanto em Santa Catarina, um dos estados com maior índice de desenvolvimento humano, quanto no resto do Brasil, a multiplicidade de cargos é uma realidade. Nos perguntamos então, quanto recebem as profissionais? Por que a necessidade de ter mais de uma fonte de renda?

A resposta é que, em Santa Catarina a maior concentração de profissionais se encontra entre aqueles que recebem entre 2 e 4 salários mínimos (gráfico 18), isto significa, entre outras questões, que grande parte das assistentes sociais de Santa Catarina se enquadrariam dentro do seu próprio público alvo, se consideramos como recorte de público aqueles que podem ser cadastrados no cadastro único, o que até março de 2022 estabelecia que poderiam ser inscritas no cadastro único famílias de baixa renda definidas como: *a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;* (DECRETO Nº 6.135, DE 26 DE JUNHO DE 2007), definição esta que é modificada em março de 2022 com o DECRETO Nº 11.016, DE 29 DE MARÇO DE 2022, que estabelece como família de baixa renda aquelas com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, permitindo ainda a inscrição de famílias com renda superior a esta, desde que *a inclusão esteja vinculada à seleção de programas sociais implementados por quaisquer das esferas de Governo* (DECRETO Nº 11.016, DE 29 DE MARÇO DE 2022).

Figura 26 - Renda bruta total.



Fonte: pesquisa.

Longe de melhorar esta realidade, os dados em nível nacional mostram que a maior concentração de respostas se encontra entre aqueles que ganham de 1 a 4 salários mínimos, representando 54,77% do total de respostas, acrescentando a variável de renda zero (nenhum rendimento), que representa 17,76% das respostas em nível nacional, conforme se observa na tabela 4:

Tabela 4: “Tabela 43 – Rendimento Bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social” / Perfil de Assistentes sociais no Brasil:

Tabela 43 – Rendimento bruto em todos os vínculos

Rendimento bruto de todos os vínculos em que atua como assistente social	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Até R\$ 1.000,00	1.197	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	7.979	18,05%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	428	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	261	0,59%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	10.840	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	5.394	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	3.815	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	3.339	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	1.895	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	1.017	2,30%
Mais de R\$ 15.000,00	194	0,44%
Nenhum	7.853	17,76%
TOTAL	44.212	100,00%

Fonte: CFESS, 2022.

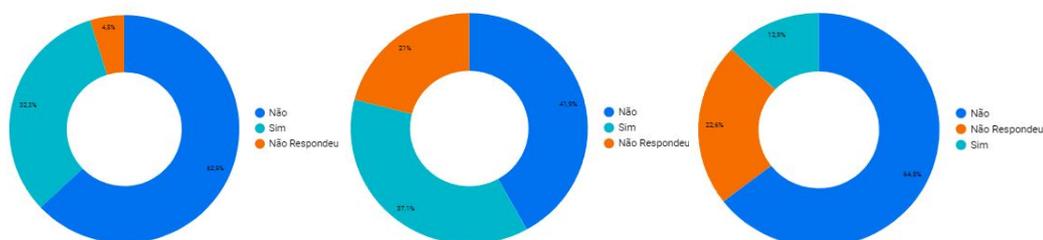
Gostaríamos de apresentar dados que mostrassem ganhos na atividade laboral das profissionais, mas fracassaremos nessa empreitada diante a necessidade de, como observamos no início deste ponto, poder construir o cenário em que será realizada a conversa com as profissionais participantes da pesquisa. Portanto, apresentaremos o cenário com as seguintes informações, conforme mostram os gráficos 19, 20 e 21, as profissionais que responderam os questionários referiram também terem sido vítimas de atos de discriminação nos espaços de trabalho (32,3%), de assédio moral (37,1%) e de assédio sexual (12,9%) sendo que para as duas últimas questões -assédio moral e assédio sexual - houve 21% -assédio moral - e 22,6% -assédio sexual - que optaram por não responder.

Figura 27- Discriminação no trabalho (esquerda).

Figura 28 - Assédio moral no trabalho (centro).

Figura 29 - Assédio sexual no trabalho (direita).

Discriminação no trabalho Assedio moral no trabalho Assedio sexual no trabalho



Fonte: Pesquisa.

Por último, em relação às condições materiais nos espaços de trabalho, a tabela 5 nos mostra que as profissionais trabalham em espaços em que convivem com pessoas com alto

nível de estresse, sem instalações adequadas, nem perspectiva de ascensão social, com a necessidade de levar trabalho para ser realizado no período de descanso (em casa) o que, somado aos fatores já mencionados, mostra um elevado número de adoecimento produto do trabalho (tabela 6), mesmo trabalhando em espaços com acesso a publicações para aperfeiçoamento, espaços adequados para atividades coletivas e equipamento adequado para o desenvolvimento das atividades cotidianas (tabela 5).

Tabela 5: condições de trabalho no espaço laboral.

Condições de trabalho no espaço laboral		
Acesso aos meios de divulgação da produção de conhecimento do serviço social (revistas, livros, etc.)	31	50,00 %
Ambiente de trabalho salubre	38	61,29 %
Convive com pessoas com altos níveis de estresse	42	67,74 %
Equipamentos necessários e adequados para realizar as suas atividades de trabalho (telefone, computador, impressora, veículo, mobiliário, etc.)	45	72,58 %
Espaço físico para realizar atividades coletivas com usuários	37	59,68 %
Espaço físico para realizar atividades coletivas em equipe	42	67,74 %
Faz uso constante de celular/computador vinculado a internet para resolver questões relacionadas ao seu trabalho, fora do horário de trabalho	35	56,45 %
Instalações adequadas (banheiro, cozinha, sala de espera, estrutura predial em geral, etc.)	23	37,10 %
Possibilidades de ascensão profissional	6	9,68 %
Prazos adequados para elaborar relatórios, pareceres e outros tipos de registros	24	38,71 %
Sala para atendimento aos usuários que garanta o sigilo das informações	24	38,71 %
Trabalha em casa para resolver questões relacionadas a sua atividade profissional	25	40,32 %

Fonte: pesquisa.

Muitas são as consequências que a sobrecarga de trabalho somada à falta de condições materiais para desenvolvê-lo para as profissionais, mas uma delas é significativa e refere-se ao adoecimento das/dos profissionais. Questionadas sobre a saúde em relação ao trabalho, as

respostas foram as seguintes: 82,26% declarou ter sofrido desgaste emocional, 80,65 % estresse, 54,84% referiu ter adoecido em virtude do trabalho, 45,16% referiu ter sentido esgotamento físico e 38,71% sofrimento psíquico, sendo que 20,97% teve que trabalhar com problemas de saúde nos últimos dois meses e 19,35% faz uso de medicamentos contínuos por doenças relacionadas ao trabalho, esta mesma porcentagem solicitou licença saúde e 8,06% sofreu retaliações em função da necessidade de receber cuidados de saúde. Isto sem contar que 20,97% das participantes afirmaram que seu espaço de trabalho acarreta riscos de acidente.

Tabela 6: enfrentou ou enfrenta alguma das ocorrências

Enfrentou ou enfrenta alguma das ocorrências?

Desgaste emocional	51	82,26 %
Esgotamento físico	28	45,16 %
Estresse	50	80,65 %
Faz uso de medicamentos contínuos por doenças relacionadas ao trabalho	12	19,35 %
Já adoeceu em virtude do trabalho	34	54,84 %
Já sofreu retaliação em razão da necessidade de receber cuidados em saúde	5	8,06 %
Nos últimos 2 meses já teve que trabalhar com problemas de saúde	13	20,97 %
Riscos de acidentes na realização do seu trabalho	13	20,97 %
Sufrimento psíquico	24	38,71 %
Solicitou licença saúde em algum momento	12	19,35 %

Fonte: pesquisa.

Considerando que 82,26% das participantes da pesquisa declararam ter sofrido desgaste emocional, compreende-se que esse número não é uma casualidade, responde ao que Dejours (2003) define como repercussões da exploração do sofrimento na saúde. Segundo o autor, a organização do trabalho no modo de produção capitalista pode chegar a se valer das

estratégias defensivas dos indivíduos orientadas a conter este sofrimento para aumentar os níveis de exploração, obtendo um incremento da produtividade de trabalhadores adoecidos.

Utilizando o exemplo do trabalho de telefonistas de Paris, o autor afirma que o efeito da necessidade de conter a raiva, isto é, da auto repressão intensificada diante de uma situação frustrante ou da impossibilidade de reagir diante de alguma provocação do interlocutor (a pessoa que estão atendendo, a chefia etc.), devido à necessidade primeira de manter a fonte de renda, transforma-se numa agressividade para si mesmas:

Diante da necessidade de respeitar a realidade (salário e disciplina da fome), a telefonista tem interesse de orientar essa energia para uma adaptação à tarefa. Devido a um processo que transforma a agressividade em culpa, por intermédio de um retorno contra si mesma, é implantado um círculo vicioso, onde a frustração alimenta a disciplina - base do comportamento condicionado, discutido no Capítulo II. A telefonista transforma-se na artesã do seu próprio condicionamento. (DEJOURS, 2003, p.102)

Em nossa pesquisa, podemos verificar essa adaptação? De acordo com dados, 80% das participantes reconheceu ter atravessado desgaste emocional e 45% ter tido desgaste físico, sendo que somente 19% solicitaram licença médica, enquanto um número quase equivalente referiu ter trabalhado com problemas de saúde, nos últimos dois meses anteriores à resposta.

Outro fator que chama a atenção é que, enquanto 82,26% respondeu ter sofrido desgaste emocional e 80,65 % estresse, só 38,71% afirmou ter padecido sofrimento psíquico, isto não é casual, se consideramos que, segundo o autor, o sofrimento psíquico é considerado um *sofrimento invisível* (Dejours, 2003) e que, portanto, se traduz a partir da sua consequência: uma queda no desempenho produtivo que é detectada através dos critérios de rendimento na produção num quadro psicopatológico (Idem, p. 120), sendo esta manifestação punida sistematicamente, como, novamente, mostram os dados observa-se que, enquanto 19,35% das/dos participantes solicitou licença saúde, 8,06% sofreu retaliações em função da necessidade de receber cuidados de saúde. Desta forma, segundo o autor:

Quanto mais rígida for a organização do trabalho, menos ela facilitará estruturas favoráveis à economia psicossomática individual. A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental. É provável que uma parte não negligenciável da morbidade somática observada entre os trabalhadores tenha sua origem numa organização do trabalho inadequada. (DEJOURS, 2003, p.128)

Isto é, quanto maior retrocesso nas condições de vida da classe trabalhadora, maior será a possibilidade de adoecimento marcado pelo padecimento psíquico e suas manifestações somáticas.

Considerando os dados da pesquisa, o cenário das participantes da pesquisa é formado pela sobrecarga de trabalho, o acúmulo de vínculos de emprego, o predomínio de salários baixos e o adoecimento como consequência de jornadas laborais exaustivas física e psicologicamente.

Contudo nos perguntamos: Quais são as consequências deste cenário? De que forma se reflete no exercício da supervisão de campo? A imagem está posta, o palco montado. Restamos, agora sim, escutar o que nossas protagonistas têm a dizer. E é o que faremos no seguinte subitem da nossa seção e na seção III.

3.4 SUPERVISIONAR PRECARIZADO OU PRECARIZAR A SUPERVISÃO? SOBRE O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO EXERCÍCIO DA SUPERVISÃO DE CAMPO

Quando aparece a possibilidade de supervisionar alguém você pensa assim: como é que eu vou submeter alguém a passar essa raiva que eu passo, a esse sofrimento que eu passo. Como eu vou fazer isso, sabe?
AS (participante da pesquisa)

A precarização do trabalho, que em termos de Giovani Alves (2009) é uma experiência decorrente da instabilidade sentida como *insegurança de classe* que tem como base material (objetiva em termos do autor) a perda de toda certeza no que refere à continuidade nos espaços socio-ocupacionais com a consequente perda de representatividade coletiva e aceitação de termos de trabalho sem possibilidade de réplica, marca nosso cenário de pesquisa como tem marcado o cenário global a cada crise do capital, pois, como elucida Meszáros (2009), os custos em períodos de regressão da expansão do capital, ficarão, via de regra, nas costas da classe trabalhadora:

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”. (Meszáros, 2009, p.1006)

Este processo, apresenta uma nova característica ao deixar de se tratar de um fenômeno restrito aos países periféricos, tornando-se experiência globalizada em que são

expulsos um enorme número de trabalhadores da esfera da produção³¹ acirrando as condições precárias de trabalho de quem permanece na máquina de moer, sujeitos a esta com a garantia da subsunção aos termos do empregador. Neste sentido, Ricardo Antunes explica que, no contexto da era digital:

ao contrário da retração ou descompensação da lei do valor, o mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente (presentes nos trabalhos terceirizados ou pautados pela informalidade etc.), ao mesmo tempo que expulsa da produção um conjunto significativo de trabalhadores (incluindo jovens qualificados e ultraqualificados, muitos dos quais pós-graduados) que não encontram emprego em seus países. Isso sem falar dos enormes contingentes de imigrantes menos qualificados, cujos novos fluxos migratórios (Sul-Norte, Norte-Sul, Sul-Sul, Norte-Norte e Leste-Oeste) aumentam os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados. O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais.

Assim, entre trabalhadores sobrantes, subempregados e descartáveis coexistindo com empregos formais dignos do mais avançado patamar civilizatório que busca desenhar um capitalismo “humanizado” *à la* modelo google de trabalho³², milhões de pessoas enfrentam o dia a dia na completa incerteza e os empregos informais tornam-se naturais, terceirizados,

³¹a tendência da “modernização” capitalista e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, em favor de uma quantidade bem menor de trabalho qualificado, implicavam em última análise a reversão da própria tendência: ou seja, o colapso da “modernização” articulado a um desemprego maciço. Este fato da maior gravidade simplesmente tinha de ser ignorado, posto que seu reconhecimento é radicalmente incompatível com a contínua aceitação das perspectivas capitalistas do controle social. Pois a contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência de modo algum é inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle sociais. Reconhecer, porém, o caráter socialmente determinado da tecnologia em questão teria sido o mesmo que admitir as limitações socioeconômicas das aplicações capitalistas da tecnologia. Esta é a razão pela qual os apologistas das relações capitalistas de produção tiveram que teorizar sobre o “crescimento”, o “desenvolvimento” e a “modernização” enquanto tais, em vez de investigar os modestos limites do crescimento e do desenvolvimento capitalistas. Razão pela qual também foram obrigados a discorrer sobre a sociedade “afluente”, “industrial-moderna” ou mesmo A necessidade do controle social “pós-industrial” (!) e de “consumo” enquanto tais, em lugar de analisar a afluência artificial e contraditória da sociedade de consumo produtora de desperdício que depende, para seu ciclo de reprodução “industrial-moderno”, não apenas da mais cínica manipulação da demanda dos consumidores, mas também da mais desumana exploração dos “despossuídos” (Meszáros, 2009, p.1004-1005)

³²Também conhecido como modelo de trabalho das denominadas Big-tech, este sistema de trabalho orientado a captação de desenvolvedores de conteúdo digital e programação oferece aos seus trabalhadores salários por cima da média laboral no rubro e benefícios atraentes como jornadas flexíveis, participação nos lucros, incentivo às férias, cuidados da saúde com foco na saúde mental e ambientes “descontraídos” de trabalho com espaços específicos desenhados para oferecer tempo de “ócio criativo” ou “descanso lúdico” para os trabalhadores, que descansados, produzem mais, que com horas flexível, borram a limitação da jornada de trabalho, mas que diante as condições de insegurança laboral generalizada a nível global, nada mais são que o céu na terra de quem depende da sua força de trabalho para obter os meios de subsistência. Ver: <https://exame.com/carreira/beneficios-que-fazem-todo-mundo-querer-trabalhar-no-google/>

subpagos e com sobrecarga de trabalho e desvio de função como a possibilidade para quem ficou por fora daquela pequena brecha de empregados do mercado tecnológico.³³

Isto porque, retomando a Alves (2009), a experiência da precarização, dessa insegurança torna-se sentido, adquire função ideológica que instaura os valores e os modos do mercado como se fossem próprios valores da classe trabalhadora.³⁴

O elemento ideológico é, em si, uma mediação fundamental (e fundante) da “experiência percebida” da classe do trabalho, na medida em que contribui para instaurar o conteúdo ideacional dos novos métodos de gestão de cariz toyotista. Métodos baseados no envolvimento participativo de operário se empregados e, no plano da reprodução social, dos novos modos de sociabilidade, organizados a partir dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Na medida em que se dissemina sob a era neoliberal, a ideologia de mercado, com suas implicações na prática social (e coletiva), “precariza-se”, de certo modo, a “experiência percebida” (ou a consciência social) da classe do proletariado. (ALVES, 2009, p.190)

Isto tem implicações específicas para o serviço social que desenha seu trabalho em contexto de regressão de direitos, que são a expressão da constante busca de aumento da taxa de lucro, o que se vê nitidamente na fala da AS6 que caracteriza o impacto da reforma da CLT e dos anos de precarização da seguinte forma:

Acho que impactou no serviço público de outras formas, acho que nessa coisa das chefias se sentirem autorizadas a expressar um pouco dessas reformas e dessas formas de pensar a gestão dos serviços em geral e da forma como se lida com a classe trabalhadora em geral. Eu vejo muitos mais processos seletivos, no setor público, que tem uma alta rotatividade de profissionais, instabilidade... fica muito mais a mercê da gestão porque a qualquer momento pode ser demitido. Então, acho que essa é uma forma de precarização dos serviços e que impacta também até aos profissionais efetivos, porque você não consegue ter uma continuidade no serviço, é difícil sentir que você está construindo algo ao longo prazo ali naquele espaço. (AS 6 GF2)

³³ Não sendo nosso objeto, não nos deteremos a caracterizar a forma em que tem se configurado a nova morfologia do trabalho, com o protagonismo do que Antunes define como *infoproletariado*. Para um adequado aprofundamento do tema sugerimos a leitura da obra do autor: *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo. Boitempo, 2018. Nos limitando a trazer as definições do autor no que cerne a configuração da precarização do trabalho como regra.

³⁴ Se bem estamos falando aqui de um fenômeno que tem caracterizado significativamente os últimos 33 anos (se tomamos como ponto de corte o Consenso de Washington), partimos de entender que as bases das relações de trabalho no Brasil são históricas e, como definem Lara e Hillesheim: As relações e condições de trabalho no Brasil foram constituídas em uma formação socioeconômica em que a informalidade, o racismo, a restrição aos direitos sociais sempre estiveram presentes no mercado de trabalho. Podemos afirmar que a precarização do trabalho é uma situação permanente e histórica no Brasil. Na emergência da modernização que criou o mercado de trabalho assalariado, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, o Estado, a aristocracia rural e a burguesia industrial fizeram opção pelo trabalhador imigrante europeu em detrimento do já existente africano escravizado (que se tornará trabalhador assalariado) e/ou mesmo do trabalhador nacional. A análise da formação original do mercado de trabalho assalariado no Brasil apresenta indicativos de uma modernização racista e segregacionista, que acompanha e manifesta-se até hoje na sociedade brasileira, encoberta pela ideia da vigência de uma democracia racial. (LARA; e Hillesheim, 2020. p. 3)

Isto se repete na fala de outra profissional que aponta diretamente para a redução das equipes de trabalho:

então a gente percebe que há uma redução, um enxugamento do quadro de funcionários, por nível. E no setor social, no setor do Serviço Social demitiu o 50 % das profissionais sem reduzir as demandas, obviamente. Então o que a gente percebe é que há uma pressão[...] e tá havendo agora meio que de forma mais sutil um questionamento do tempo que a gente leva pros atendimentos, quantos são os atendimentos pra começar a mensurar em questão de tempo. (AS12-GF2)

O que nos leva, indefectivelmente, para a sobrecarga de trabalho, conforme a AS relata:

Se antes a nossa demanda, a cada dupla, o Serviço Social tinha que atender 20 famílias, hoje a cobrança é que a gente atenda trinta famílias e pra que não exista tal da fila de espera. Tem uma cobrança muito maior em relação aos números, ao quantitativo de atendimentos. Então, além disso, além do aumento da carga de trabalho, também percebe que os benefícios eventuais que se tinham, não se tem mais, o que dificulta também nosso trabalho porque, querendo ou não, as famílias precisam disso e buscam a todo tempo. (AS-GF2)

Assim, se a busca pelo aumento da taxa de lucro tem mostrado nas últimas décadas sua versão mais escancarada, ao estabelecer a junção entre o aprofundamento da exploração do trabalho e os pactos legislativos necessários para sua legitimação na esfera pública, com as consequentes expressões na configuração das políticas sociais e econômicas -as primeiras endereços predominantes dos espaços de trabalho de assistentes sociais - permeadas por regressos, nas palavras de Lara e Hillesheim:

As medidas de austeridade em âmbito mundial nas últimas duas décadas promoveram significativos regressos políticos e sociais, consubstanciando-se em verdadeiras derrotas às classes trabalhadoras e aos direitos humanos. Seja sob a ideologia da austeridade, do novo regime fiscal ou da modernização trabalhista, o que está em questão no que conceituamos como modernização regressiva é a possibilidade da produção capitalista manter as taxas de lucro e explorar força de trabalho sem limitações impostas por legislações sociais de proteção ao trabalhador, com possibilidade de regredir à condições e relações de trabalho pretéritas, muito próxima das existentes no início do século XIX. (LARA; e Hillesheim, 2020. p. 9)

O que estamos dizendo é que, o mesmo trabalhador que sofre com o esvaziamento e fragmentação da política pública é aquele que deve dar conta de trabalhar sempre em prol da emancipação da sua própria classe, entendendo que a particularidade do Serviço Social como profissão firma-se no fato de sua legitimidade estar mediada pela capacidade de resposta do profissional diante as demandas e requisições dos usuários e da instituição para a qual trabalha. O que fica explícito, mais uma vez, na continuação da fala da assistente social já citada:

Eu percebi pelos relatórios um aumento da demanda e aí continuam os mesmos profissionais, reduzindo inclusive o quadro de profissionais. Então: aumenta a demanda, reduz o quadro de profissionais, precariza esse trabalho e aí a gente vai adoecendo e de uma forma muito individualizada, que eu acho que essa é a questão também. Daí a gente já está precarizado e se individualiza nisso, fica na questão de recorrer às saídas individuais nesse desespero e fica essa bola de neve. (AS6 - GF2)

E é nessa “bola de neve” que profissionais exaustos precisam elaborar aquelas respostas que justificam sua fonte de sustento e que, para serem construídas, necessitam do exercício de leitura da realidade e da compreensão da forma material da contradição capital-trabalho na vida cotidiana, o que envolve pensar as relações de classe e destas com a sociedade e o Estado no próprio movimento de compreensão do significado social da profissão para a assistente social (GONÇALVES PEREIRA DE PAULA, 2018), mas também de pensar esta relação com intuito de dar direção às nossas ações. É entendendo esta dimensão que o serviço social, como categoria, define para si um projeto. Um projeto para si enquanto classe. Isto, então, significa que as ações têm orientação e que esta se conforma tanto pela ideologia³⁵ que a orienta quanto pela teoria que dá base à compreensão necessária à prefigura.

Estas respostas se encontram manifestas não só na definição de problemáticas a serem atendidas pelos e pelas assistentes sociais, como também nas demandas explícitas de usuários e profissionais de outras categorias, que chamam o serviço social para atender a tudo aquilo que foge da especificidade de outras categorias. Incluindo uma extensa lista de “problemas”, mas com um recorte em comum: para todas elas há em algum lugar, um recurso que foi enquadrado, como direitos dos vulneráveis, benefícios, auxílios, entre outros, um mais inespecífico, e ao mesmo tempo fragmentado, do que o anterior.

Mas por que é importante pensar isto para entender as condições de trabalho das assistentes sociais de Santa Catarina? E de que forma isto impacta no exercício da supervisão de campo de estágio em serviço social?

É importante, pois, como explicam Santos e Manfroi,

Na análise das condições de trabalho do assistente social é importante ressaltar que, além da condição de trabalhador assalariado, este profissional está majoritariamente inserido no setor público. Portanto, na sua condição objetiva enquanto trabalhador, está imerso nos processos condicionantes das políticas sociais, na particularidade brasileira, ou seja, em um país periférico; assim, a forma de organização das políticas sociais neste momento do capitalismo afeta, de forma significativa, o exercício profissional do assistente social. (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 187).

³⁵Ao falar de ideologia, aqui estamos tendo como base o entendimento gramsciano, isto é, como visão de mundo e, para nós, uma possível chave explicativa para entender os processos que se desenvolvem nos sujeitos no momento de eleger a matriz teórica de referência e, por conseguinte, de tomada de decisões e de direcionamento da ação.

Precarizadas as condições de vida da classe trabalhadora, precarizado o trabalho, precarizada a política social, a repercussão na supervisão de campo de estágio é iminente. Tal como nos mostra a pesquisa, em contexto de precarização do trabalho a precarização do estágio é condição intrínseca da sua própria existência e é esse o primeiro dado apontado pelas profissionais. A atividade educativa abre espaço para a resolução (informal e precária) de um problema gigantesco: redução das equipes de trabalho e aumento da demanda. Se bem que isto é sempre colocado como um posicionamento exclusivo da instituição, ao qual as profissionais resistem e confrontam, o limite da capacidade de mudança dessa realidade (se visto de forma isolada) está posto, levando a maioria das vezes à desistência da profissional e a não disponibilização de vagas de estágio.

Quando aparece a possibilidade de supervisionar alguém você pensa assim: como é que eu vou submeter alguém a passar essa raiva que eu passo, a esse sofrimento que eu passo. Como eu vou fazer isso, sabe? E pensando assim, é uma outra pessoa! Como é que eu vou submeter a ter que comer correndo na sala dos fundos, a não ter um banheiro pra usar, que foi o que aconteceu com a minha estagiária, sabe? [...] estou falando de não ter água pra tomar. É nesse nível. Então a gente, enquanto trabalhador, é isso. Eu acostumo falar que ao mesmo tempo que eu estou de um lado da mesa pro atendimento, eu também estou do outro... então enquanto classe trabalhadora, como sobreviver? . (AS3-GF1)

É nessa busca pela sobrevivência em que o trabalho ocorre, um dos maiores obstáculos com que as profissionais se encontram para realizar a supervisão é o tempo. Outrora *compositor de destinos*, um dos *deuses mais lindos* se mostra tirano, escasso e intransigente: As rotinas mudam, o trabalho aumenta, o tempo continua imutável. Ele é esse. É a jornada de trabalho, e resta às profissionais o malabarismo da organização para acrescentar mais uma tarefa no seu cotidiano.

Aí dentro das condições objetivas tem a questão do tempo, né? Da rotina de trabalho, porque muitas vezes são diferentes, então sentar com o estagiário, ter esse momento de discussão, de poder se aprofundar com ele a partir das demandas que se tem no campo de estágio e tudo mais... muitas vezes a rotina nos toma de uma tal forma que é difícil sentar, é difícil manter essa regularidade da supervisão. Algumas vezes você consegue, outras vezes surge uma demanda de baixo do tapete que você tem que atender, que você precisa pensar inclusive como é que vai encaminhar aquela situação e tudo mais, então aí acaba impactando mesmo dentro desse processo. Fora as questões do espaço físico, as condições reais de trabalho. (AS10-GF1)

A fala da AS10 do Grupo Focal 1 coincide com a fala da AS7 do Grupo Focal 2, que define seu cotidiano profissional como a soma das requisições profissionais e um sem-fim de “tarefinhas” nas quais o estágio se insere como tentativa. Resta a ela tentar acompanhar, tentar refletir a prática, tentar questionar as ações e as ferramentas de trabalho.

a gente acaba fazendo muita tarefinha: atender a recepção, pegar o prontuário, abrir o prontuário fazer não sei o quê, atender o telefone. Eu não tenho o tempo necessário para planejar aquela intervenção, planejar os grupos, planejar os espaços. E isso tudo é como estão as nossas condições. [...] como que consegue transitar nesse espaço e pensar todas as atividades que seriam o suporte para a realização das novas atividades específicas, mas que a gente acaba fazendo tudo. e realmente, faz tudo, desde o café, pegar café para o grupo, colocar o café, botar a sala, arrumar a sala, limpar a sala pra fazer o grupo. E isso, tentar acompanhar esse processo e ainda assim tentar fazer um processo de reflexão da prática, de como a gente faz a entrevista, com que objetivo, e isso. (AS7 – GF2)

Nos deparamos, assim, passados 12 anos da sanção da Lei 12.317/2010, que estabeleceu a jornada de trabalho para assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução salarial, com cenas em que profissionais se desdobram entre a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para poder realizar a supervisão, que requer delas tempo. Tempo para que? A PNE estabelece para as supervisoras de campo atribuições construídas a partir das disposições presentes na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e a Resolução do CFESS, nº 533, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo que:

Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. (PNE, p.20).

Vemos, portanto, que é base fundamental da atividade, a comunicação entre academia e campo de estágio. Contudo, esta necessidade é vivida com temor pelas supervisoras, como pode ser observado na seguinte fala:

Tem dias que a gente não consegue sentar, não consegue falar, conversar com o aluno sobre todas as situações que foram trabalhadas. Eu vejo que as vezes acontece do estagiário levar pra universidade coisas que aconteceram no estágio que ele vai colocar na forma dele, na forma que ele entendeu na visão dele dentro daquele momento que ele está (seja o sexto semestre ou, enfim) e aí muitas vezes vai distorcido, ou ele não faz a devida contextualização da situação e a gente recebe algumas críticas da universidade... né, e enfim. Essa é uma dificuldade porque a gente não consegue dar conta de tudo, não tem. E como que isso é levado pra dentro universidade e é discutido? Acho que quando a gente se dispõe a supervisionar um aluno, a gente está sujeito a isso, né? (AS - GF2)

E aqui precisamos fazer uma advertência: longe de nós enraizar a ideia de que academia e campo são mundos separados e sem possibilidade de diálogo. Nossa primeira seção foi um alerta para esta situação. Os nossos objetos de pesquisas, quão mais necessários e complexos se apresentam, se não são trazidos para debate, podem “virar vapor da panela recém aberta” que inviabiliza a função da lente, fazendo com que esta deixe de ser facilitadora da observação, para ser um muro entre o olho e o vapor saindo com força.

Assistentes sociais, imersos em realidades complexas e completamente condicionados aos seus fazeres, comprometem-se com a formação de futuras colegas colocando, com medo, a supervisão nas suas já lotadas agendas.

Em relação com isto, a PNE alerta que o estágio, entendido como um processo político-pedagógico, deve olhar para as questões conjunturais com atenção, pois elas:

complexificam e dificultam esta etapa da formação profissional, tais como: a precarização nos campos de estágio e nas instituições de ensino, pela deficiência de recursos materiais, físicos e humanos, a bolsa-estágio que não condiz com a realidade de estudantes-trabalhadores, a massificação do processo de supervisão acadêmica pelo número excessivo de estudantes, dentre outros. Também se constitui num momento privilegiado para planejar estratégias de operacionalização para o enfrentamento dessa realidade. (PNE, p.15)

Ou seja, as questões conjunturais, ao mesmo tempo que tornam mais complexas as atividades próprias do estágio, tornam-se chão fértil para a reflexão, para a busca de ferramentas, estratégias, ações que levem para a superação dessa dificuldade. Neste sentido, como alertam as participantes desta pesquisa: mostrar o que fazemos também é mostrar a precarização do trabalho. Assim, numa guinada (quase mágica), profissionais sobrecarregadas conseguem fazer de um cotidiano precário campo de lutas e aprendizados.

Então toda essa precarização, a gente quer acabar com isso, a gente quer construir outra lógica de trabalho e tudo mais, mas é parte também e a gente não tem como esconder, a gente precisa lidar com isso como é e acho que o estágio faz parte disso também, né. Eu acho que isso também é uma riqueza que a gente tem que lidar da realidade concreta. Então acho que é isso, é construindo junto, é mostrando, debatendo, elaborando, mas é claro que é muito desafiador porque, objetivamente, no tempo que a gente tem no nosso trabalho, em que momento pode corrigir análises institucional, parar, pensar, ir atrás dos documentos pra analisar, quer dizer, o próprio momento de supervisão que pode, sim ser no acompanhamento, mas e o momento de sentar? De ler os textos que discutem a supervisão acadêmica, que eu gostaria também de discutir junto... e não está dando, né? Desta forma. Mas a gente tenta. (AS6 – GF1)

Mas, por que continuar tentando, então? Tanto a Política Nacional de Estágio quanto o artigo 2º da resolução CFESS 533/2008, estabelecem a supervisão de estágio como atividade privativa do assistente social, o que significa, em resumidas palavras, que só assistentes sociais podem ensinar sua prática. Isto, longe de ser arbitrário e aleatório, responde não só ao fato das complexidades e especificidades próprias desta e todas as profissões, mas também a termos como coletivo um projeto ético político que demarca o horizonte das nossas ações, dá forma às nossas estratégias cotidianas de trabalho e delimita o porquê dos nossos princípios serem uns e não outros. A forma em que vemos o mundo define a forma em que agimos no mundo e vice-versa. Assim, a supervisão em serviço social tem como pré-requisito um conjunto de saberes que vão além de conhecimento de leis e técnicas de intervenção e envolve dar direção ao nosso trabalho, mas também mergulhar na realidade posta, aquela em que as

profissionais se encontram inseridas da forma em que a realidade se apresenta. Assim, manifesta a assistente social participante quando reflete:

é um pouco isso, a responsabilidade, para mim, faz muito sentido assim, porque quando eu fico supervisor eu tenho que lembrar que eu sou assistente social e por isso eu estou supervisionando uma acadêmica do curso de Serviço Social, sabe? e faz eu ter que voltar para esse lugar. No sentido de que a gente vai se posicionando [...] A gente está sempre tendo que se colocar e enfrentar todas as contradições. Mas eu vejo que a questão de ser supervisor traz uma responsabilidade consigo de permanecer mesmo, acho que essa questão ética de ocupar de fato e, também, em relação à formação do outro. (AS3-GF1)

Nesta linha, vemos que o fim último das supervisoras é apresentar a porção do mundo do trabalho que permeia o fazer profissional, imprimindo nela os princípios orientadores éticos e políticos do serviço social, o projeto de profissão por traz de cada ação, de cada posicionamento.

Mas, por mais tentativas, vontades, tensões entre desistir da supervisão e entender a importância de assistentes sociais serem formadas por assistentes sociais, este desafio não depende só das profissionais. Assim, tendo apresentado as condições de trabalho que caracterizam o cotidiano das assistentes sociais de Santa Catarina e a forma em que estas definem o impacto das condições de trabalho na supervisão de campo de estágio, avançamos para a próxima e última seção, na qual buscaremos inserir na nossa análise o papel da instituição, suas requisições para as profissionais, como também as expectativas e impactos da abertura de campos de estágio e incorporação de estagiários nos espaços socio-ocupacionais.

El buen Bartolo sembró un día un hermoso cuaderno en un macetón. Lo regó, lo puso al calor del sol, y cuando menos lo esperaba, ¡trácate!, brotó una planta tiernita con hojas de todos colores. Pronto la plantita comenzó a dar cuadernos. Eran cuadernos hermosísimos, como esos que gustan a los chicos. De tapas duras con muchas hojas muy blancas que invitaban a hacer sumas y restas y dibujitos.

Bartolo palmoteó siete veces de contento y dijo:
—Ahora, ¡todos los chicos tendrán cuadernos!
¡Pobrecitos los chicos del pueblo! Estaban tan caros los cuadernos que las mamás, en lugar de alegrarse porque escribían mucho y los iban terminando, se enojaban y les decían: —¡Ya terminaste otro cuaderno!
¡Con lo que valen!
Y los pobres chicos no sabían qué hacer.

Bartolo salió a la calle y haciendo bocina con sus enormes manos de tierra gritó:
—¡Chicos!, ¡tengo cuadernos, cuadernos lindos para todos! ¡El que quiera cuadernos nuevos que venga a ver mi planta de cuadernos!

Una bandada de parloteos y murmullos llenó inmediatamente la casita del buen Bartolo y todos los chicos salieron brincando con un cuaderno nuevo debajo del brazo.

Y así pasó que cada vez que acababan uno, Bartolo les daba otro y ellos escribían y aprendían con muchísimo gusto.

Pero, una piedra muy dura vino a caer en medio de la felicidad de Bartolo y los chicos. El Vendedor de Cuadernos se enojó como no sé qué.

Un día, fumando su largo cigarro, fue caminando pesadamente hasta la casa de Bartolo. Golpeó la puerta con sus manos llenas de anillos de oro: ¡Toco toc! ¡Toco toc!

—Bartolo —le dijo con falsa sonrisa atabacada—, vengo a comprarte tu planta de hacer cuadernos. Te daré por ella un tren lleno de chocolate y un millón de pelotitas de colores.

—No —dijo Bartolo mientras comía un rico pedacito de pan.

—¿No? Te daré entonces una bicicleta de oro y doscientos arbolitos de navidad.

—No.

—Un circo con seis payasos, una plaza llena de hamacas y toboganes.

—No.

—Una ciudad llena de caramelos con la luna de naranja.

—No.

—¿Qué quieres entonces por tu planta de cuadernos?

—Nada. No la vendo.

—¿Por qué sos así conmigo?

—Porque los cuadernos no son para vender sino para que los chicos trabajen tranquilos.

—Te nombraré Gran Vendedor de Lápices y serás tan rico como yo.

—No.

—Pues entonces —rugió con su gran boca negra de horno—, ¡te quitaré la planta de cuadernos! —y se fue echando humo como la locomotora.

Al rato volvió con los soldaditos azules de la policía.
—¡Sáquenle la planta de cuadernos! —ordenó.

Los soldaditos azules iban a obedecerle cuando llegaron todos los chicos silbando y gritando, y también llegaron los pajaritos y los conejitos. Todos rodearon con grandes risas al vendedor de cuadernos y cantaron "arroz con leche", mientras los pajaritos y los conejitos le desprendían los tiradores y le sacaban los pantalones. Tanto y tanto se rieron los chicos al ver al Vendedor con sus calzoncillos colorados, gritando como un loco, que tuvieron que sentarse a descansar.

—¡Buen negocio en otra parte! —gritó Bartolo secándose los ojos, mientras el Vendedor, tan colorado como sus calzoncillos, se iba a la carrera hacia el lugar solitario donde los vientos van a dormir cuando no trabajan.

La planta de Bartolo, de Laura Devetach³⁶

³⁶ Um dia, o bom Bartolo plantou um belo caderno num vaso de flores. Regou-a, colocou-a no calor do sol e, quando menos esperava, bum! uma planta tenra brotou com folhas de todas as cores. Logo a pequena planta começou a produzir cadernos. Eram belos cadernos de apontamentos, daqueles que as crianças gostam. Tinham capas duras com muitas páginas muito brancas que os convidavam a fazer adições e subtrações e muitos desenhos. Bartolo bateu palmas sete vezes com alegria e disse: -Agora, todas as crianças terão cadernos! Coitadas das crianças do povoado! Os cadernos eram tão caros que as mães, em vez de serem felizes porque estavam escrevendo muito e terminando-os, ficavam zangadas e falavam: -Você já terminou outro caderno! Com o que custam! E as pobres crianças não sabiam o que fazer. Bartolo saiu para a rua e buzinando com as suas

4. A PLANTA DE BARTOLO: AS DISPUTAS E OS REVESES DAS SUPERVISORAS DE CAMPO DE ESTÁGIO DE SANTA CATARINA.

Até aqui temos realizado um esforço conjunto para conhecer o chão de produções do qual partimos, nos encontrando com pista de que nossas produções pouco têm dito sobre o peso das condições de trabalho no desenrolar cotidiano da supervisão de campo de estágio. Tentamos, também, trazer as vozes das supervisoras de campo de estágio para ilustrar tanto suas preocupações – que giram entorno do impacto das condições de trabalho na realização de atividades próprias da função de supervisoras – quanto a descrição embaçada em dados empíricos destas condições de trabalho e a forma em que estas se espelham na realidade nacional a partir da comparação com os dados do perfil profissional (CFESS 2022).

É vez, então, de apresentarmos aqueles que entendemos como os dois componentes fundamentais restantes da nossa análise: o marco do trabalho assalariado das profissionais, materializado na instituição enquanto definidora de requisições profissionais que fazem da autonomia dos profissionais, uma autonomia relativa com o conseqüente impacto nos moldes em que será desenvolvida a supervisão de campo de estágio e, em segundo lugar, a volta por cima, isto é, a forma em que as profissionais entendem, reconhecem e fazem do estágio e, portanto, da sua atividade como supervisoras, ou seja, a supervisão de campo de estágio, território fértil para semear a oportunidade de superação das limitações impostas no mundo do capital e sua forma de estruturar o trabalho.

grandes mãos cheias de terra, gritou: - "Rapaziada! eu tenho cadernos, cadernos lindos para todos! Quem quiser novos cadernos, venha ver a minha planta de cadernos". Um bando de falatórios e murmúrios encheu imediatamente a casinha do bom Bartolo, e todas as crianças saíram com um novo caderno debaixo do braço. E assim aconteceu que cada vez que terminavam um, Bartolo dava-lhes outro e eles escreviam e aprendiam com grande prazer. Mas uma pedra muito dura caiu no meio da felicidade de Bartolo e das crianças. O Vendedor de Cadernos ficou bravo que nem sei lá o quê. Um dia, fumando o seu longo charuto, ele caminhou pesadamente até à casa de Bartolo. Bateu à porta com as mãos cheias de anéis de ouro: Toco toc! Toco toc! -Bartolo - disse ele com um falso sorriso atabacado - , "Vim para comprar a sua planta de fazer cadernos. Vou dar-lhe um comboio cheio de chocolate e um milhão de bolas coloridas por ele. -Não", disse Bartolo enquanto comia um pedaço de pão. -Não? dou-lhe uma bicicleta dourada e duzentas árvores de Natal. -Não. -Um circo com seis palhaços, um parque cheio de balanços e escorregas. -Não. -Uma cidade cheia de doces com uma luade laranja - Não. -O que quer então em troca da sua planta de cadernos? -Nada. Não a vendo. -Por que que você é assim comigo? -Porque os cadernos não são para verder, mas para que as crianças trabalhem em paz. -Te nomeiarei o Grande Vendedor de Lápis e serás tão rico quanto eu. -Não. -Então -ele rugiu com a sua grande boca preta de forno-, "Vou tirar a planta de cadernos de você! -E foi-se embora, fumando como uma locomotiva. Passado algum tempo, regressou com os soldadinhos azuis da polícia. -Tirem a planta de caderno para longe dele! -ordenou. Os soldadinhos azuis estavam prestes a obedecer quando todas as crianças chegaram assobiando e gritando, e também os passarinhos e os coelhinhos. Todos rodearam o vendedor de cadernos com grandes risos e cantaram "arroz doce", enquanto os passarinhos e os coelhinhos desataram-lhe os suspensórios e tiraram-lhe as calças. Tanto e tanto as crianças riram da visão do vendedor de cuecas vermelhas, gritando como um louco, que tiveram de se sentar para descansar. -Bom negócio em outro lugar! - gritou Bartolo, secando os seus olhos, enquanto o vendedor, tão vermelho quanto as suas cuecas, correu para o lugar solitário onde os ventos adormecem quando não trabalham.

Neste sentido, entendemos que, sendo a crise de acumulação componente intrínseco do capitalismo, o primeiro passo na nossa linha argumentativa para esta seção é compreender que as crises estabelecem a necessidade de reestruturar a forma da produção e da circulação, interferindo, como afirma Cesar (2006), nas relações sociais em seu conjunto:

Ao considerar o processo de reestruturação produtiva como uma resposta à crise de acumulação capitalista, entendo que ele encerra uma estratégia de reorganização da produção e dos mercados. Como tal interfere na organização da sociedade e no conjunto das relações que se estabelecem entre o capital, o trabalho e o Estado. Deste modo, as mudanças são mediadas pelas ações das classes e pelas transformações operadas neste último que, na atual conjuntura, encontra na ideologia neoliberal um amparo teórico e político para enaltecer o papel do mercado em detrimento da sua ação pública. (CESAR, 2006, p.117)

Ainda, segundo a autora, a particularidade brasileira imprime para as mudanças na organização da sociedade uma intensificação do viés conservador das relações de trabalho, que se traduz, entre outras consequências, na perda da capacidade de mobilização da classe trabalhadora. Afirma Cesar:

No Brasil, a reestruturação produtiva, longe de substituir as tradicionais e conservadoras relações de trabalho, vem reforçando-as com a introdução de novos e modernos padrões de produção. Seus resultados têm sido os elevados índices de desemprego e a precarização das condições de trabalho. Este processo ao contribuir para a fragilização da organização sindical, afeta as conquistas históricas dos trabalhadores, deixando patente o perfil conservador das práticas do capital. (CESAR, 2006, p.118)

Assim, o representa o diálogo de duas assistentes sociais apresentado abaixo, em que estas referem a dificuldade de conseguir organizar e mobilizar a própria categoria, dificuldade esta traçada pelo medo de retaliações em contexto de precarização do trabalho – a *insegurança de classe* própria da precarização da que fala Giovani Alves (2009) – mas, também, da incorporação “goela abaixo” das lógicas de produtividade do mercado:

AS11: Mas assim, essa desmobilização da categoria mesmo, a gente não consegue mais juntar os colegas pra discutir, pra lutar junto. É o medo desse governo, é o medo das retaliações...

AS3: É, o medo está forte... vou colocar assim, de uma forma ligada à reestruturação produtiva. Porque apesar do nosso espaço sócio-ocupacional, em sua maioria, ser o estado, mas ele também tem lógicas, por exemplo a lógica gerencial, aplicada também no trabalho. Se a gente fala do produtivo, a lógica qual é? Duas formas de fazer a valorização do valor, de extrair a mais-valia seria intensificar o trabalho ou aumentar as horas de trabalho. E não é isso o que está acontecendo conosco? Né? Você está tendo as equipes reduzidas e você está tendo que fazer as atividades que aquela pessoa fazia e não está mais lá. Outra: a desprofissionalização que ela colocou, né. Desde a especialização, desprofissionalização, todas essas tendências que a gente vive no cotidiano tiram esse profissional, jogam uma nova atribuição, por exemplo os Benefícios eventuais e falam “agora vocês todos vão fazer isso aí” e jogam a gente ali pra fazer naquele horário de trabalho. Não importa se você é pedagogo, se você é psicólogo, médico, dentista. Você vai conseguir. Porque o estado ele é um braço do capital, ele é um instrumento de coerção, de consenso, então ele adotou a lógica gerencial já há muito tempo, acho que lá em 95 com Bresser-Pereira e agora está

vindo uma nova reforma administrativa que vai apertar mais ainda a gente, então é dos dois lados, é a classe trabalhadora de quem está no Estado (não vou entrar naquela discussão do setor produtivo e o setor improdutivo) mas é classe trabalhadora que está sendo massacrada e é esse o caminho do capital.

São, portanto, cenário das trabalhadoras que realizam a supervisão de campo de estágio as expressões da flexibilização do trabalho que adota, “desde que o mundo é mundo (capitalista)” a lógica do mercado para estabelecer respostas palatáveis e fantasiadas de novidade, mas que trazem como diferente só o grau (em aumento sempre) da exploração da classe trabalhadora. Continuando com a elaboração Cesar enfatiza:

Neste contexto, a “flexibilização” do trabalho se dá com base na racionalização da produção e na intensificação do ritmo de trabalho que, na ótica das políticas de gestão, convertem-se em objeto das estratégias empresariais para enfrentar o desafio da competitividade no mercado globalizado. Assim emergem novas formas de consumo da força de trabalho, mediadas pelo uso de novas tecnologias e pela disseminação de um outro *ethos* do trabalho. (CESAR, 2006, p.118)

A autora vai dizer que uma nova cultura do trabalho é constituída a partir da mudança nos ritmos de produção trazidos pela incorporação de tecnologia. Olhando para um universo de trabalho semelhante, porém, mais reduzido, as assistentes sociais da atenção básica em Florianópolis, trabalhadoras do NASF, em 2014, quando da nossa pesquisa de dissertação de mestrado, informavam que diante da sobrecarga de trabalho produto de serem, na época, quatro assistentes sociais em toda Florianópolis na atenção básica em saúde, cada profissional teria matriciar mais de 20 equipes de saúde, tendo que realizar esta e outras atividades por whatsapp.

[...]cada Assistente Social atende um distrito sanitário, circulando entre um mínimo de 7 e um máximo de 13 UBSs, representando entre 21 e 27 eSFs por Assistente Social. Neste contexto, as profissionais relatam que a organização das suas agendas se baseia numa listagem de prioridades. Assim, cada assistente social reserva um período por mês para participar na reunião mensal de cada eSF; prioriza passar mais períodos em unidades consideradas de “maior interesse social”; estabelece roteiros segundo a proximidade entre UBSs destinando os horários “livres” (como o horário de almoço) para trasladar-se de um ponto ao outro; agenda visitas tentando fazer coincidir as mesmas com o dia de reunião da eSF; 121 estabelece orientações por diversos meios não presenciais (e-mail, telefone, WhatsApp) para supervisões que possam ser resolvidas à distância, restringindo o traslado à UBS com base na demanda das eSFs. (SANCHEZ CARAVACA, 2016, p. 120-121)

Assim, onde Cesar anuncia o uso de estratégias empresariais, precisamos ler lógica mercantil, pois fala da forma em que se reestrutura o trabalho na base das necessidades do mercado, necessidades que transcendem o espaço das empresas, deixando de estar restritas ao espaço privado para se deslocar à órbita estatal em que a ideologia neoliberal imprime o modo de ser da política pública e, com ela, o alcance das possíveis ações das profissionais.

nossa eu tenho até vergonha de falar, mas a gente tem uma produtividade vinculada à quantidade de famílias que a gente atende. Se a gente não atende essa quantidade de famílias, a gente não ganha esse valor. Por isso que ela comentou isso. Mas eu quero dizer pra vocês que já se foram mil e a gente acordou de um dia pra outro, dormimos e tinha não o valor no outro dia. E é isso também, essa questão da capital (e a gente pode fazer muitos debates sobre isso) Florianópolis é a capital, mas o que que está acontecendo nos outros municípios? Porque esse processo da reforma administrativa que vocês viveram em 2017, como nosso prefeito foi reeleito, a gente viveu final de 2016 e a gente literalmente entrou na câmara de tambor e de maracatu, mas como não era a capital não teve um olhar tão forte. (AS 3 – GF1)

O maior e mais drástico dos exemplos está dado pela incorporação de profissionais voluntários nos serviços do estado, mais uma manifestação da aceitação da intensificação da jornada, no contexto da perda sistemática de direitos em que inúmeros retrocessos são aceitos, muitas vezes justificados com boas intenções, como um projeto coletivo exemplificado pela fala da mesma assistente social:

E aí a gente na assistência costuma dizer que as outras políticas estão sentindo agora, mas a gente já sentiu na hora porque nesse mesmo período que isso estava acontecendo, que é isso, são muitas coisas pipocando: a gente estava brigando aí pelo salário sim, porque era referente à gratificação que é o 30% do nosso salário e aí a gente perde esse valor e ao mesmo tempo estão fazendo uma reforma administrativa, enfim, aos moldes da de Florianópolis. E aí eu costumo falar isso: a conta e quanto o trabalhador sofre muito. E aí eu sempre falo que eu contribuo com o crescimento de -fala município em que trabalha-, porque eu doe “voluntariamente” quatrocentos reais do meu trabalho, fora as outras coisas, fora a precarização laboral, enfim, para que o município ajustasse as contas. E essa é a situação e a gente não materializa as coisas, porque tem a coisa do dinheiro... e aí fora as condições de trabalho. (AS3 – GF1)

Mas não só “doações voluntárias”, em nome de um ajuste de conta, que favorecerá um grupo maior de pessoas que caracterizam as ações que a precarização e o esvaziamento das políticas, junto ao acirramento das paupérrimas condições de vida dos usuários que as profissionais atendem dia a dia não são medidas suficientes. Há nelas a certeza, historicamente construída, de que mais ninguém fará aquilo que precisa ser feito e que, se assim acontecesse, o custo iminente será a perda do acesso a um benefício de um usuário. Assim, ilustra a fala da profissional:

Recentemente, eu estou há três meses no meu novo local de trabalho, e eu fiquei um mês sozinha, né, tem duas equipes PAEFIs de manhã e eu fique sozinha porque três das minhas colegas adoeceram. Então tem isso, mas em nenhum momento você atende menos e uma coisa que fica contraditória sobre a gente é isso: sobre essa culpabilização e responsabilização do trabalhador por toda essa conjuntura e essa questão da política. É a história de que, como se você fosse almoçar em 15 minutos, que é o que se tem em seis horas, ao invés de almoçar em meia hora, fosse de fato garantir o emprego para as pessoas que eu atendo. (AS3 – GF1)

Estes exemplos são, também, produto da introjeção das lógicas imbricadas na ideologia dominante. Quando falamos que a lógica neoliberal define a forma e o conteúdo das relações de trabalho, das políticas públicas, do nosso cotidiano de trabalho, estamos falando desde uma concepção específica de ideologia que é a que a Gramsci elabora em uma das suas acepções como visão de mundo.

Mas, então, o que seria Ideologia para Gramsci e por que é importante a adoção desse conceito na nossa análise? Para responder essa pergunta, uma questão fundamental na discussão sobre o papel da ideologia – especialmente no que tange a forma em que esta opera no cotidiano profissional- é que a discussão que desenvolve Gramsci sobre ideologia parte de entendê-la a partir de uma definição “positiva” de ideologia, isto é, que a define pelo seu papel potencializador da ação e não como uma inversão da consciência.

G. não conhece A ideologia alemã — que é publicada somente nos anos de 1920 e 1930 na qual o termo designa a "consciência invertida" do mundo real, e tampouco usa a definição do último Engels, que identifica a ideologia como "falsa consciência". Interpreta ao contrário uma passagem do *Prefácio de 59 à Crítica da economia política* de Marx na qual afirma que as "formas ideológicas" permitem aos homens "conceber" "combater" os conflitos econômico-sociais: disso G. deriva — com uma leitura fortemente inovadora, mas jamais em contraposição explícita com a leitura marx-engelsiana — a confirmação da importância de tais "formas". Ademais, ele utiliza a batalha que o último Engels conduz para restabelecer uma visão dialética do nexo estrutura-superestrutura com o objetivo de afirmar a importância e a "eficácia histórica" das "esferas ideológicas". (LIGUORI; VOZA, 2017, p.399)

Assim, para Gramsci, a centralidade da base material não está em questão, mas sim se complexifica na relação com a superestrutura, de forma que (e sem se distanciar do marxismo) expõe que as visões de mundo são capazes de dar base a transformações na base material. É porque, como anunciado por Liguori e Voza, a base de leitura de Marx do autor é o prefácio de 1974, em que o autor expressa o seguinte:

Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais relacionamentos têm de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, **em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. (negritas nossas)** (MARX, 1974, p.135)

E é nesta linha que Gramsci afirma que as ideologias não são arbitrárias, pois potencializadoras da ação – dado seu papel direcionador das ações dos sujeitos – podem e são meio para a modificação da estrutura, ao mesmo tempo que se modificam com as transformações nesta.

[...]as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis. [...]Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio dever. [...] (GRAMSCI, 1999, p. 387)

Por este motivo, o autor sardo entende que a grande diferença entre o marxismo (a filosofia da práxis) e as outras ideologias é que não há nele vontade de conciliação. Longe de apresentar-se como uma ideologia que tem por base da sua existência a necessidade de ocultar a realidade (esta falsa ideia contemplada na Ideologia alemã), a filosofia da práxis vem expor as contradições existentes na sociedade capitalistas com fim último de transformá-la.

Existe, porém, uma diferença fundamental entre a filosofia da práxis e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua "historicidade" será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento. A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (GRAMSCI, 1999, p. 388)

Sendo assim, a Filosofia da Práxis, como ideologia orgânica, constitui (ou busca constituir) o terreno da consciência sendo esta construção histórica e, portanto, a ideologia finita, ou seja, necessariamente superável.

Como filosofia, o materialismo histórico afirma teoricamente que toda "verdade" tida como eterna e absoluta tem origens práticas e representou ou representa um valor provisório. Mas o difícil é tornar compreensível "praticamente" esta interpretação no que toca ao próprio materialismo histórico. (GRAMSCI, 2002, p. 362)

E por isso alerta:

Do ponto de vista que nos interessa, o estudo da história e da lógica das diversas filosofias dos filósofos não é suficiente. Pelo menos como orientação metodológica, deve-se chamar a atenção para as outras partes da história da filosofia; isto é, para as concepções do mundo das grandes massas, para as dos grupos dirigentes (ou intelectuais) mais restritos e, finalmente, para as ligações entre estes vários

complexos culturais e a filosofia dos filósofos. A filosofia de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: e uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual essa culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se “história” concreta e completa (integral). A filosofia de uma época histórica, portanto, não é senão a história desta mesma época, não e senão a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: neste sentido, história e filosofia são inseparáveis, formam um “bloco”. Os elementos filosóficos propriamente ditos, porém, podem ser “distinguidos”, em todos os seus diversos graus: como filosofia dos filósofos, como concepções dos grupos dirigentes (cultura filosófica) e como religiões das grandes massas; e pode-se ver como, em cada um destes graus, ocorrem formas diversas de “combinação” ideológica. (GRAMSCI, 1999, p. 325)

Portanto, as ideias de mundo terão, segundo Gramsci, maior ou menor criticidade e apreensão da realidade e, neste sentido, partiremos da premissa:

Todos os homens são filósofos[...] é preciso demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e características dessa “filosofia espontânea”, própria de “todo mundo” ou seja a filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de conceitos e noções determinados, e não apenas de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, portanto também, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam no que geralmente é chamado de “folclore”. (COUTINHO, 1981, 224).

E aqui encontramos o nexo fundamental do conceito de ideologia com o nosso objeto de estudo: As visões de mundo, contidas na linguagem, no sistema de crenças e na filosofia dos filósofos, expressões históricas, superáveis e próprias (na acepção mais literal da palavra) dos sujeitos, podem sim, apresentar-se no senso comum de forma desorganizada, e, mais importante ainda, concomitantes. Diferentes explicações do mundo coexistem enquanto o que orienta as construções ideais dos sujeitos se orienta pela fé (na religião, no partido, no colega de trabalho, naquele amigo que fala muito melhor que eu, mas pensa igual).

E qual seria a forma de transcender o senso comum? De que maneira sujeitos podem ir além do entendimento orientado pela fé? Para Gramsci, por meio da reflexão crítica daquilo que está posto diante de nós:

Não existe um único ‘senso comum’, mas este também é um produto e um vir a ser histórico. A filosofia é a crítica da religião e do senso comum e a sua superação: em tal sentido, a filosofia coincide com o ‘bom senso’. Mas essa superação, que como vimos coincide com a elaboração histórica de um “grupo social homogêneo”, é estruturalmente (pela desproporção entre intervenção individual organizada e vida multiforme em perene desenvolvimento) um fato que não se pode realizar nunca por completo, sendo assim destinado a reabrir-se continuamente. Ao contrário, quando predomina a necessidade de um sistema acabado (como na adoção marxista da filosofia materialista, Q 8, 211, 1.069, ou na elaboração de uma ciência econômica marxista, Q 15, 45, 1.805-6 [CC, 1, 453])

A necessidade da reflexão crítica como meio único para transcender o senso comum, para ir além daquilo que acredito seja de uma forma porque não posso explicá-lo, nos leva novamente a uma autora já citada na terceira sessão: Agnes Heller. Lembremos, para a autora, a vida cotidiana, entre suas características tem a imediatividade e a heterogeneidade. Afirma a autora, se a reprodução ampliada sucede na vida cotidiana, a organização da forma heterogênea em que esta se apresenta diante de nós é condição fundamental para compreendê-la e sobreviver nela. Assim, a heterogeneidade característica da vida cotidiana tem na hierarquia seu complemento. hierarquia que longe de ser imutável estará sempre em movimento em *função das diferentes estruturas econômico-sociais*. (Heller, 1989, p.18), sendo na sociedade capitalista o trabalho assalariado a atividade em torno da qual o resto das atividades se agrupam, da mesma forma que, como exemplifica a autora, na Ática do século V eram a contemplação e o divertimento (idem). Assim:

A heterogeneidade e a ordem hierárquica (que é condição de organicidade) da vida cotidiana coincidem no sentido de possibilitar uma explicitação “normal” da produção e da reprodução, não apenas no “campo da produção em sentido estrito, mas também no que se refere a formas de intercâmbio. A heterogeneidade é imprescindível para conseguir essa “explicação normal” da cotidianidade; e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo.

O homem nasce já inserido na sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. (HELLER, 1987, p.18).

Ainda, segundo a autora, o que torna o indivíduo um adulto é a capacidade de viver por si sua cotidianidade, isto é, a internalização das relações sociais, dos valores morais e das normas éticas junto da capacidade de suprir suas necessidades enquanto indivíduo. Pois ele é *sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico* (Heller, 1987, p.19-20) e tanto sua particularidade, quanto o humano-genérico se apresentam a ele de forma consciente e inconsciente com capacidade *relativamente livre* (idem) de escolher elementos de um e outro (da particularidade e do humano-genérico) sendo o homem singular não só indivíduo como indivíduo fragmentado. Diz a autora:

O indivíduo (a individualidade) contém *tanto* a particularidade *quanto* o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem. Mas o indivíduo em um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos. É comum a toda individualidade a escolha *relativamente livre* (autônoma) dos elementos genéricos e particulares; mas, nessa formulação, deve-se sublimar igualmente os termos “relativamente”. Temos ainda de acrescentar que o grau de individualidade pode variar. O homem singular não é pura e simplesmente

indivíduo, no sentido aludido; nas condições da manipulação social e da alienação, ele se vai fragmentando cada vez mais “em seus papéis”. *O desenvolvimento do indivíduo é, antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade.* (HELLER, 1987, p22, itálico da autora)

A forma como a singularidade se constrói depende de liberdade fática. Liberdade fática para quê? Para poder resolver de forma consciente os conflitos que aparecem entre a individualidade e o humano-genérico, dirá a autora, *os choques entre particularidade e genericidade* (Heller 1987), isto é, poder superar a cotidianidade e ela só é superável a partir de um movimento específico que é o movimento de suspensão da realidade para poder ser refletida de forma tal que ocorra a homogeneização daquilo que se apresentava heterogêneo, a elevação da cotidianidade para o humano-genérico.

O meio para essa superação dialética [aufhebung] parcial ou total da particularidade, para sua decolagem da cotidianidade e sua elevação ao humano-genérico, é a *homogeneização*. Sabemos que a vida cotidiana é heterogênea, que solicita todas as nossas capacidades em várias direções, mas nenhuma capacidade com intensidade especial [...]O que significa homogeneização? Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção sobre uma única questão e “suspendemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que entregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa [...] e significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão-somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos. (HELLER, 1987, p.27 Itálicos da autora)

Mas esta capacidade estará restrita não só ao fato da vontade da realização como também a possibilidade, transformando-se, dirá Heller (1987), em algo atípico e, muitas vezes, restrito àqueles que podem fazer da elevação da cotidianidade, além da sua “paixão” seu trabalho principal, sua atividade básica: *esse é o caso dos grandes e exemplares moralistas, dos estadistas (revolucionários), dos artistas e dos cientistas* (Heller, 1987, p.29).

Aqueles que podem fazer da reflexão sua atividade básica. Se a seção anterior, na caracterização das condições de trabalho das profissionais serviu para ilustrar quão longe está a possibilidade da reflexão, de pensar aquilo que se apresenta concreto, ser uma realidade para supervisoras de campo de estágio e, que, ao contrário, está sujeita a aquilo que a vida cotidiana mais se presta: A alienação.

Na cotidianidade, parece “natural” a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogênea das atividades, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus “papéis” pode orientar-se a través do simples cumprimento adequado desses “papéis”. (HELLER, 1987, p.37)

Queremos nesta seção mostrar, mediante as falas das participantes da pesquisa, que a naturalização de um mundo desagregado não é simplesmente uma lógica passivamente adotada pelas supervisoras. Enquanto trabalhadoras, elas respondem a requisições institucionais. Por isso é necessário entendermos, na voz delas, qual é a visão da instituição sobre estágio e de que forma conseguem driblar o engessamento institucional. Mas, sobretudo, qual é o papel da supervisão de estágio nessa empreitada.

4.1 A VISÃO INSTITUCIONAL DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

A primeira afirmação que aparece quando as assistentes sociais são questionadas sobre a visão da instituição em relação ao exercício da supervisão de campo de estágio e do estágio supervisionado em serviço social é contundente e unânime: para a instituição empregadora, o estagiário vem suprir lacunas, produto da falta de profissionais nos serviços, vendo neles a solução viável e a custo baixo (quando não gratuita) para as demandas de sobrecarga de trabalho das profissionais. Diante da demanda das profissionais sobre melhores condições de trabalho – que geralmente se expressa como diminuição do número de demandas – a resposta da instituição é a que apresenta a AS3

É trabalho precarizado. Todos eles são contratados num formato de estágio, mas trabalham na administração e como cadastradores do CAD-Único. do Serviço Social não tem por questões óbvias, né? A gente já ia... mas tem da psicologia, administração, ciências sociais, pedagogia, direito. Todo legitimado. (AS 3 – GF1)

A fala da AS 3 é reforçada por outras, que, angustiadas pela constatação, expressam como, nos seus espaços de trabalho, o que deveria de ser uma oportunidade formativa, é colocada pela instituição como resposta às demandas por melhores condições de trabalho das profissionais.

Uma questão que surgiu lá, enfim, foi um absurdo, mas a gente em reunião discutiu precarização do nosso trabalho, discutimos com a gestão, aí no setor de benefícios eventuais, e aí estava colocando essa questão dos atendimentos porque existe uma culpabilização muito forte, se o usuário não é atendido, a responsabilidade é completamente dos técnicos. E aí veio o estagiário, ele estava na reunião e veio essa proposta “ah, e o estagiário? Ele não pode começar a atender?”. (AS6-GF1)
[...] Isso é muito contraditório dentro da Secretaria porque, penso eu, que os estagiários eles vêm muito mais para cumprir algumas lacunas, alguns vácuos existentes para o trabalho e não para sua formação. E isso é muito, muito complicado inclusive para nós supervisoras. Temos esse cuidado de não fazermos trabalhar nas demandas que a gente não dá conta, que não são pra eles, que são demandas que se a gente não dá conta não é o estagiário que vai dar. É ter essa

lucidez nessa loucura do nosso trabalho e saber o que que é trabalho do estagiário, o que é processo de formação e o quê do processo de formação, quais atividades pra ele não entrar nesse trabalho de ter que cumprir hora, de ser aquela coisa louca (AS7-GF1)

A contradição aparece quando as profissionais, que, enquanto parte do seu trabalho profissional, define seus objetivos, estratégias pedagógicas e fundamentos, mas que, contudo, defrontam-se com o fato de que, quem define as regras de trabalho não entende esse espaço como um espaço educativo e, sim, como uma “tampa da panela”, isto é, a forma barata de descomprimir as jornadas saturadas das assistentes sociais.

Assim, as supervisoras se deparam com o fato de que aquela atividade – a supervisão de campo de estágio -, considerada atividade privativa do serviço social e, portanto, legitimada por normativas vigentes para ser moldada conforme o critério das profissionais (delas representando os acordos coletivos da categoria), torna-se armadilha institucional para a encenação de uma suposta resposta às queixas das profissionais, mas que nada mais é do que uma nova requisição: supervisionar o trabalhador não reconhecido como tal, mas trazido para cumprir esta função, questionando, mais uma vez, a autonomia profissional para definir a forma e o conteúdo do espaço da supervisão, o que nos leva à colocação, sempre atual, de Yamamoto:

existe uma ingerência direta, de parte dos empregadores, na definição do trabalho profissional, na contramão de sua integral autonomia. Entretanto, os componentes universais envolvidos na realização de todo trabalho, qualquer que seja a sua natureza – meios, objeto e o próprio trabalho –, também se repõem no trabalho do assistente social, ainda que sob condições determinadas. (IAMAMOTO, 2009, p.352)

Nesta corda bamba que representa a relativa autonomia da assistente social, convivem a preocupação das supervisoras com a formação dos estagiários e com que o campo de estágio não se torne meramente contratação de mão de obra utilitarista, barata e precarizada e o desejo de realizar a supervisão de campo de estágio de forma que possam alinhar as suas ações àquilo que entendem deve ser a função do estágio em serviço social e, portanto, as condições em que deve ser realizada a supervisão. Neste sentido, apontam Guerra e Braga:

Há que se problematizar as condições de realização da supervisão, de inserção do estagiário e os interesses por essa contratação, a partir da reflexão de quem a demanda: certamente não é o departamento de Serviço Social diretamente, mas sim os dirigentes e, portanto, a contratação se dá a partir da lógica mercadológica e utilitarista, centrada na, já citada, relação custo-benefício. O estagiário é contratado para atender às demandas institucionais, por um custo muito menor que um profissional. Este acaba sendo utilizado como mão-de-obra barata, sem vínculos/direitos trabalhistas, em condições ainda mais precárias que os

profissionais, para, em muitos casos, responder às mesmas demandas e exigências profissionais. A observação empírica da realidade nos permite afirmar que tem havido uma substituição da contratação de profissionais por estagiários e a área das ciências humanas e sociais é ainda mais afeita a isso. (GUERRA; BRAGA, 2009, p.545)

Cientes desta substituição de profissionais por estagiárias, as falas das profissionais mostram que há uma preocupação da parte delas em não tornar os estagiários essa mão de obra barata e sem direitos trabalhistas como se referem Guerra e Braga (2009). Assim, mesmo refletindo a necessidade de responder à instituição empregadora é explícita a ciência do papel do cuidado desse processo formativo que envolve o exercício da supervisão, isto é, cuidado do indivíduo em processo de formação e, por conseguinte, não desqualificar o processo de supervisão de estágio.

[...] a fala da colega foi muito pertinente e as vezes me deparo também na prática profissional, como eu trabalho em serviço de acolhimento, a gente tem audiência, então o dia que tem audiência o estagiário não precisa ir pro campo, né, pro serviço de acolhimento. Aí começa: “não veio” “faltou”. Mas, como é que vou deixar um supervisionado sozinho? Então, realmente, a gente tem que tomar muito cuidado de não fazer dele um tarefeiro. (AS14-GF2)

Ainda conforme Iamamoto (2009), as profissionais não trabalham sozinhas, nem definem o ritmo do cotidiano do trabalho sozinhas. Intuições são pessoas trabalhando nelas; equipes são pessoas trabalhando para instituições; usuários são pessoas demandando profissionais. Cada pessoa, cada indivíduo, desenha para o trabalho uma dinâmica baseada em relações que imprimem os perfis dos espaços socio-ocupacionais, que por sua vez tem como limite imediato inúmeros condicionantes como: o recurso disponível, a natureza da instituição, a definição do público a ser atendido, as demandas trazidas por estes, as condições de trabalho em que se estabelece a relação entre estes fatores. Em palavras da autora:

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/ empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas. (IAMAMOTO, 2009, p.352)

Em relação com a supervisão de campo de estágio em serviço social, entendemos esse emaranhado de fatores que traçam as demandas institucionais sobre o estágio, ser a razão principal da supervisão de campo de estágio em serviço social ser uma atividade privativa do assistente social, pois é intrínseca à atividade formativa na disputa de um perfil profissional.

A assistente social quando supervisiona imprime na reflexão os parâmetros profissionais, em cada ação um horizonte traçado pelo Projeto Ético-Político do serviço social. Assim afirma uma das profissionais em relação à visão da instituição sobre o estágio supervisionado e seu papel como supervisora:

De forma geral eles acabam entendendo um pouco como se o estagiário fosse mão de obra também como se fosse, como se complementasse a atividade dos técnicos. Eu acho que a instituição tem um pouco disso sim. A preocupação com o processo formativo vem dos profissionais que estão supervisionando. Pra instituição é isso que de fato está considerando, é uma complementação do trabalho do trabalhador, então vai da nossa resistência, do nosso contrato, da nossa defesa diante da nossa chefia, dos nossos coordenadores, enfim. (AS10-GF1)

Afirma a profissional que a qualidade do processo formativo no espaço do campo de estágio depende da capacidade de luta profissional, isto porque as requisições se apresentam como postas e detentoras, muitas vezes, da continuidade da fonte de sustento. Ao se definir como campo de estágio, as instituições não só estão considerando o estágio a partir da lógica mercantil de forma que este supra as necessidades com mão de obra barata, como estão também dizendo que, de acordo ou não, o limite está posto e consiste no cumprimento das condições que estabelece para o desenvolvimento do seu trabalho, incluída a supervisão de estágios.

Esta realidade, longe está de ser cenário exclusivamente catarinense. Assim o demonstra as dificuldades levantadas pelo CFESS a partir da fiscalização dos campos de estágio realizadas pelos diferentes CRESS em relação aos campos de estágio e à supervisão de campo de estágio no Brasil, onde se observa

imprecisões sobre a carga horária mínima para o estágio em relação à carga horária total do curso; imprecisão das instituições nas informações sobre o total de horas de estágio; supervisores/as acadêmicos/as com registro de CRESS de outra área de jurisdição de sua atuação; estágio em projeto de extensão que não atende aos requisitos da Lei nº 11.788/2008 e da Resolução CFESS nº 533/2008; supervisão de campo realizada por profissionais na condição de voluntário/a; remuneração pela UFA do/a assistente social supervisor/a de campo; ausência ou insuficiência de informações aos CRESS sobre os campos de estágio pelas UFAs, para efeito de credenciamento do estágio; desempenho de supervisão acadêmica e de campo pelo/a mesmo/a assistente social; número de estagiários/as superior ao definido pela Resolução CFESS nº 533/2008; realização de estágio no primeiro semestre de curso; carga horária de supervisão incluída como horas de estágio; estagiários/as sendo orientados/as por pessoa em exercício ilegal da profissão; falsificação no cadastramento de supervisores/as; constrangimento de profissionais para recebimento de estagiários de EAD, especialmente por parte de gestores/as dos serviços aonde atuam os/as profissionais; supervisão acadêmica virtual (nos casos de cursos à distância), além da ausência de condições éticas e técnicas para o exercício profissional.(CFESS, 2012, p.)

Vemos que, quando se trata de estágio, todas as regras parecem ser plausíveis de serem descumpridas, operando como certeza comprovada a primazia da lógica mercantil nas definições do “como” e do “para que” do estágio, não sendo casual que isto ocorra no marco da última falta elencada pelo dossiê do CFESS (2012): a ausência de condições éticas e técnicas para o exercício profissional.

O que nos leva de volta à afirmação: a forma em que a vida cotidiana se apresenta, favorece a alienação, a vivência sem contradição do real na forma em que ele se apresenta. Mas, após termos ouvido às profissionais, uma outra afirmação de Heller vem à tona: o fato que a favoreça não significa que a determine.

Retomando a Heller,

A estrutura da vida cotidiana, embora constitua um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. Sublinhemos mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidade de explicitação- permitindo-lhe – enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular – uma condensação “prismática”, por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividade próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se. (HELLER, 1987, p.38)

E é exatamente nesse sentido que as supervisoras apresentam a função, o papel da supervisão como uma chance, uma possibilidade de transcender as demandas institucionais, a precarização do trabalho, a sobrecarga da jornada e driblar o contexto mais propício para a alienação, o espaço de trabalho, por meio de uma atividade conscientemente escolhida em função de vontade, de desejo e de orientações éticas e políticas. Formar estudantes é para as supervisoras uma atribuição privativa e uma prerrogativa na busca da construção de um perfil de profissionais, mas é ao mesmo tempo a chance de ter tempo. É a chance de somar à vontade a possibilidade; de, naquele momento, fazer da reflexão sua atividade central dentro da sua atividade básica.

A supervisão de campo de estágio, portanto, não depende só dos parâmetros elaborados pela categoria para construir sua forma, mas também das definições institucionais do papel do estágio, mediado, valha a surpresa - pelas condições de trabalho e as necessidades impostas pela lógica produtivista.

É esse desenlace que procuraremos nos deter nos dois próximos pontos.

4.2 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E SUPERVISÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO

A compreensão que o Projeto Ético-Político do Serviço Social é um orientador das ações cotidianas dos e das assistentes sociais é um acordo tão explicitado que, para muitos e muitas profissionais, chega a possuir caráter de onipresença. Como se só a explicitação deste fosse o manto que, num mesmo movimento, cobre e elucida todas as contradições presentes na realidade social e, portanto, no nosso cotidiano profissional e, conseqüentemente, na forma que adquire a supervisão de campo de estágio em serviço social. E isto não é um acaso, ele é fruto da construção coletiva, e como tal possui fundamentos sólidos que alicerçam o caminho, o horizonte ao que almeja um coletivo, mas ao mesmo tempo coexiste e se encontra em constante disputa com outros projetos, dada a heterogeneidade própria (e até intrínseca) de um coletivo.

Entendemos que, ao falarmos de Projeto Ético-Político do Serviço Social, algum leitor desatento possa entender que este projeto é único (em que pese a vasta literatura já existente sobre esta armadilha) e que, portanto, a unanimidade nas múltiplas interpretações que possam existir sobre uma mesma categoria deve ser sempre vigida a rigor teórico, pois há em todas elas, visões de mundo colocando sua impronta com conseqüências já apontadas por Silva (2003) e por Santos (2007) e concordamos com a dimensão de suas análises que aponta um avanço do conservadorismo no interior da categoria profissional.

A diferença da análise que aqui se propõe resulta na necessidade de compreender as lacunas que não nos detivemos e que propiciaram o retorno³⁷ com força de presença política em vias de organização³⁸ das bases conservadoras e, por conseguinte, o questionamento do direcionamento político ancorado no marxismo. Isso nos obriga – como vimos fazendo – a pensar os sujeitos que compõem este coletivo, a compreendê-los em termos históricos e explicar as complexidades e contradições que delineiam o contexto no qual se desenvolve o seu exercício profissional.

De berço conservador, o Serviço Social, como categoria profissional, tem se proposto a se desvencilhar desta origem e resinificar seu papel na sociedade capitalista contemporânea e o fez adotando para si estratégias históricas da esquerda para o enfrentamento aos avanços do capital: a defesa dos direitos –seja por via institucional, seja por luta coletiva- na articulação com o traçado de um caminho que tivesse como horizonte a construção de uma

³⁷Precisamos ressaltar que ao falarmos de retorno fazemos alusão à retomada de força na disputa, pois aponta Netto, o conservadorismo no Serviço Social, longe de ser superado, coexiste e reforça sua investida em cada brecha histórica que se apresentar e que as conquistas em termos de lineamentos teóricos -e com isto nos referimos a opção pelo Materialismo histórico-dialético como método de apropriação da realidade- é hegemônico e não unânime, e como tal se encontra em constante disputa.

³⁸Como o demonstra o surgimento do “serviço Social Libertário” que tem entrado na cena acadêmica com propósito explícito de disputar os cargos de representação da categoria, nos seus diferentes espaços (ABEPSS; conjunto CFESS-CRESS).

nova ordem societária. Estas pautas que representam o horizonte que orienta a ação de assistentes sociais em todo o Brasil tem inúmeros desdobramentos, entre os quais podemos citar a construção coletiva do Código de Ética, essa defesa deste caminho se observa de forma nítida nos seus princípios. No entanto, mediante a renovação do capital que amplia e cria novas estratégias de dominação e exploração, cabe-nos questionar: quais são os pressupostos por trás da suposta unanimidade adquirida pelas bandeiras de luta históricas do Serviço Social pós tentativa de ruptura?

No Brasil, o projeto hegemônico que deu forma e conteúdo à profissão, nutre seus fundamentos no marxismo, visando fazer dele alicerce e método, tanto na produção do conhecimento, como no direcionamento do seu exercício profissional. Com este fundamento, o Código de Ética da Assistente Social (CFESS, 1993), define como princípios fundamentais:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes -autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1999, p. 23-24).

Diante de expectativas tão elevadas, faz-se necessário questionarmos se a manifestação explícita da opção teórico-metodológica da categoria alinhada ao marxismo é suficiente para garantir as mediações necessárias para a interpretação destes princípios.

Arriscamo-nos a dizer que não e, ainda, elevar a aposta perguntando: de quantas maneiras é possível interpretar os pontos acima elencados? Sem negar a necessidade não só de um posicionamento que direcione a categoria, mas também de um marco normativo que

auxilie o encaminhamento desta direção, não podemos esquecer que as regras - qualquer que seja sua natureza- e suas interpretações advêm de um acordo em nível societário que estabelece pautas de comportamento e legitima determinadas ações e valores pela negação de outras.

Neste sentido, Netto anuncia que só podem ser entendidos estes princípios a luz do entendimento de que há por trás do projeto profissional um projeto societário, e por este mesmo motivo, a análise das implicações ao interno da profissão da renovação do serviço social

A análise desta renovação, tomada na sua pluricausalidade e na sua multilateralidade, é ainda um desafio para os estudiosos do Serviço Social, sejam assistentes sociais ou não. Ela supõe, é desnecessário dizê-lo, a compulsória e mediatizada remissão ao movimento macroscópico da autocracia burguesa — a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às constrictões do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise (cf. capítulo 1, especialmente seção 1.3). Supõe, igualmente, a investigação dos diversos e autoimplicados níveis que comparecem no movimento interno da profissão: as modalidades interventivas para responder às novas demandas, os padrões imperantes na reprodução da categoria profissional, as suas formas organizativas, as influências teórico-culturais, as suas elaborações intelectuais e as suas (auto)representações. Trata-se, com efeito, de um largo programa de pesquisa e investigação, a requerer longos e coletivos esforços. (NETTO,2015, p.154)

Sendo assim, precisamos nos perguntar: a quem está dirigido o Código de Ética do Serviço Social? Quem é o sujeito que se forma no curso de Serviço Social no Brasil?³⁹

Ao fazermos uma pesquisa das produções sobre o perfil dos e das estudantes de Serviço Social no Brasil, nos deparamos com dados como os analisados por Neitsch et al. (2012); Batista, (1998); Olivera (2013); Moraes et al. (2010), que precisam ser mencionados nesta discussão. Em relação ao perfil de gênero, podemos observar forte feminização da categoria. Característica que nos acompanha desde a origem da profissão e está atrelada ao papel de cuidado da classe trabalhadora, atribuído historicamente à mulher. Em segundo lugar, nos deparamos com estudantes provenientes dos estratos médios-baixos, cuja formação secundária se deu em escolas públicas. Realidade esta que não se restringe ao curso de Serviço Social, pois o recente relatório da Andifes sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das universidades brasileiras revela o incremento da população negra e indígena:

³⁹ Não entraremos aqui na discussão sobre as diferentes modalidades (presenciais, a distância, semipresenciais) existentes no curso de Serviço Social, nem nas óbvias complexificações para o debate que trazem cada uma delas. Nos propomos a falar da formação presencial por entender que, dada a necessidade de um recorte que viabilize a realização da análise proposta para a tese doutoral, é a única modalidade que permite a possibilidade concreta de debate na formação profissional.

A partir dos dados de 2003 nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos e uma diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018 (Tabela 1-10). Tal mudança é, em parte, resultado da adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. De 2003 a 2018 os pardos aumentaram sua participação entre estudantes em 11 p.p. e os pretos mais que dobraram (ANDIFES-FONAPRECE, 2019, p.33).

Situação que se repete em relação à renda dos estudantes:

Na IV Pesquisa o percentual de estudantes com renda per capita familiar de “Até 1 e meio SM” não pode ser diretamente calculado, dado que o questionário utilizado apresentava apenas a faixa de renda “Mais de 1 e até 2 SM”. Entretanto, por interpolação, obteve-se o percentual de estudantes com renda “Até 1 e meio SM” (R\$1.086,00) que alcançou, em 2014, 66,2% do total de estudantes, cerca de 2/3 da população.

Na V Pesquisa, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita “até 1 e meio SM” cresceu 4 p.p., alcançando 70,2% do universo pesquisado.

Do total dos estudantes, 26,6% vivem em famílias com renda per capita de “até meio SM” e 26,9% com renda per capita “mais de meio a 1 SM”. Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos (as) graduandos (as) pertence a famílias com renda mensal per capita “até 1 SM”. Na faixa de renda per capita “mais de 1 a 1 e meio SM” estão 16,6%. Inseridos na faixa “Mais de 1 e meio SM” encontram-se 26,9% deste público e 3,0% não responderam (Tabela 1-14).¹²

Em números absolutos 319.342 estudantes estão na faixa de renda per capita “Até meio SM” (ANDIFES-FONAPRECE, 2019, p.42).

Esses mesmos dados que mostram um aumento no acesso da população negra e indígena, da população de baixa renda (maioritariamente composta pelos dois grupos antes mencionados) às Universidades pertencem ao país em que, ainda hoje, o acesso à educação e à cultura são profundamente elitizados. Os dados evidenciam uma realidade na qual entre 10% e 19% dos trabalhadores e trabalhadoras tem acesso ao ensino superior (IBGE, 2013; IPEA, 2011), também, em uma pesquisa realizada pelo IPEA, pode-se observar que o maior obstáculo de acesso à cultura é o custo desta (IPEA, 2010).⁴⁰

Por outra parte, ao serem questionados sobre as motivações que levaram à escolha do serviço social como profissão, estudantes manifestaram de forma predominante na eleição do curso a possibilidade de ascensão social ou fundamentos de ordem moral e religiosa que vão desde a identificação com a classe trabalhadora a um discurso marcado por valores como

⁴⁰Não tendo sido alcançados estudos mais recentes de organismos oficiais sobre a temáticas, podemos presumir que esses índices, longe de terem sido melhorados, podem apresentar sinais evidentes de acirramento dada a regressão do orçamento público e reconfiguração da política Social em geral e nas áreas de cultura e educação e cultura em particular. Contudo, não é objetivo aqui fazer uma análise em profundidade do acesso à educação e cultura dos brasileiros e das brasileiras, mas é necessário apresentar alguns dados que caracterizem o perfil do sujeito que o código de ética tem como destinatário.

“solidariedade”, “fazer o bem”, entre outros (NEITSCH et al. 2012; BATISTA, 1998; OLIVERA 2013; MORAES et al. 2010).

Isto não é exclusivo dos estudantes. Na pesquisa “Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina” finalizada em 2011, também sob a coordenação da professora Vania Manfroi, as profissionais, ao serem questionadas pelas motivações na escolha da profissão, apresentam um leque de respostas muito similar ao dos estudantes, observando afirmações como as citadas por Xavier:

A vontade de fazer um curso com o qual me realizasse, se sentisse útil em fazer algo pelas pessoas. Sentimento cristão também ajudou” (Assistente Social 121).

“Por influência da Igreja católica, dos grupos de jovens. Tinha uma visão ingênua da profissão, uma ideia de ajuda. Queria sair de casa para ter liberdade” (Assistente Social 931).

“Vontade de construir uma sociedade melhor, que com o Serviço Social teria acesso a uma grande quantidade de pessoas e assim alterar a realidade” (Assistente Social 935).

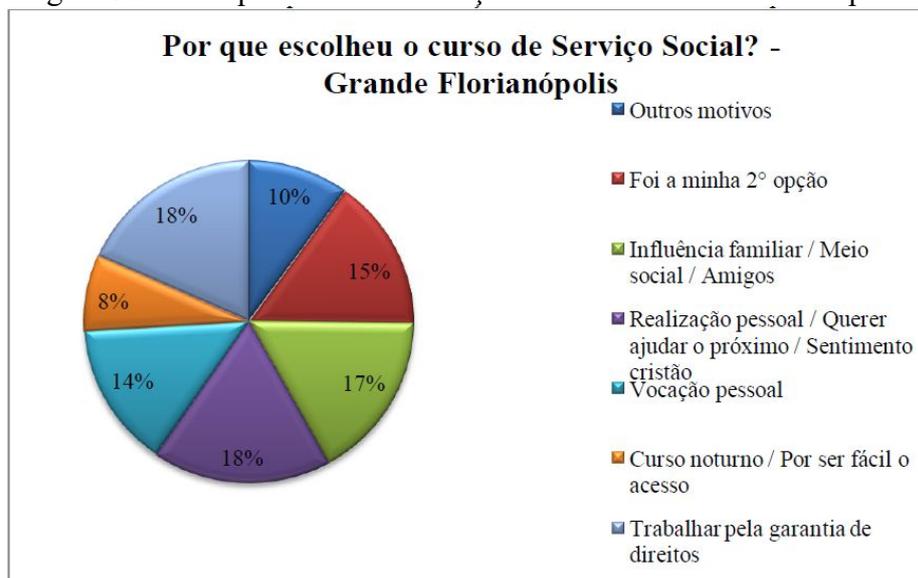
“A motivação inicial foi um pouco ingênua. Com a busca de uma profissão em que pudesse ajudar as pessoas, porém com a formação pude perceber que a profissão é muito mais complexa e técnica, com isso houve uma identificação” (Assistente Social 819).

“O sentimento de que a profissão permite ajudar as pessoas a ter uma vida melhor” (Assistente Social 454).

“Escolhi o curso porque me identifiquei com a questão de lidar com as pessoas. Escolhi a profissão por amor à causa do Serviço Social. Contudo o mercado de trabalho não nos possibilita desenvolver as atividades de forma a alcançar os objetivos do Serviço Social” (Assistente Social 734). (XAVIER, 2010, p.47)

Respostas que vão desde “fazer o bem” a “transformar a sociedade” e que se nutrem na possibilidade de reconhecimento pessoal, têm o mesmo peso quando se trata de escolha da profissão, como ilustra o seguinte gráfico:

Figura 30 – Por que escolheu Serviço Social? – Grande Florianópolis.



Fonte: Xavier, 2010, p. 51

Como observamos, 18% das respostas são agrupadas na opção que envolve desejo de ajuda e valores cristãos sendo exatamente a mesma porcentagem de respostas que atribuem a escolha a um dos princípios orientadores da profissão: trabalhar para a garantia de direitos. Contudo, longe de representar paridade nos motivos de escolha da profissão, esse dado, por sua vez, mostra que só 18% escolhe serviço social com alguma ideia do que a profissão se trata, sendo 82% equivalente à soma de motivos alheios ao projeto profissional ou ao que o curso tem, de fato, a oferecer como formação e posterior espaço de trabalho. O autor afirma que algumas profissionais reconheciam que as motivações tinham sido modificadas após a incorporação da matriz teórica marxista, isto não podia ser generalizável (XAVIER, 2011)

Assim, tendo em vista os dados percorridos⁴¹, torna-se questionável a afirmação de que as diretrizes do Código de Ética dos Assistentes Sociais citadas seriam os parâmetros orientadores do exercício profissional só pelo fato de estarem elencadas e formalizadas de forma normativa, pois partindo da formulação gramsciana, a Sociedade Civil dista de ser um todo homogêneo, muito mais as diferentes concepções de mundo que nela coexistem. Ademais, a nomenclatura de uma série de valores sem as correspondentes mediações e desconstruções do senso comum pode até contribuir com uma série de ações opostas, todas elencadas sob a mesma bandeira.

Neste sentido, Netto aponta que:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (NETTO, 2006, p.145)

Retomando os dados sobre o perfil de estudantes de Serviço Social, podemos nos arriscar a dizer que a atual conjuntura nos coloca diante do que poderia se apresentar como a possibilidade (em alto risco) de imposição de normas que pretendem forçar, em uma categoria profissional, diretrizes que não correspondem ao nível de apropriação de categorias que deem conta de explicar a complexidade da realidade social. O mesmo trabalhador que sofre com o

⁴¹ Sabemos que o traçado de um perfil de profissionais responde a mais fatores do que as motivações e os grupos de pertencimento em função à raça e renda. Os dados aqui apresentados têm por função somente colocar que o perfil profissional dista de ser homogêneo e que esta heterogeneidade põe em questão a possibilidade das diretrizes orientadoras da profissão serem entendidas da mesma forma por cada uma delas. Assim, pretendemos na presente Tese aprofundar e atualizar estas características com dados da pesquisa em andamento com a finalidade de atualizar este perfil.

esvaziamento e fragmentação da política pública é aquele que acessa a formação em nível superior e que deve dar conta de trabalhar sempre em prol da emancipação da sua própria classe.

Da mesma forma, estas apropriações incidem em discussões centrais para a profissão como, por exemplo, o papel da Política Social na sociedade capitalista- espaço por excelência de materialização do direito- cuja relevância para o Serviço Social transcende o simples lugar designado de espaço socio-ocupacional. Nela, prefiguram-se os recursos com os quais assistentes sociais, em diferentes espaços estatais de trabalho, deparam-se cotidianamente, muitas vezes – dependendo do alicerce teórico/ideológico que orientar a interpretação da realidade na qual se insere o trabalho profissional - chegando a limitar o leque de ações e estratégias possíveis, pois, Política Social é plausível de ser traduzida como respostas pré-elaboradas que devem se encaixar em inúmeras problemáticas, todas elas expressões de uma questão, a Questão Social.

Este tipo de interpretações e, por conseguinte, de respostas se encontram manifestas não só na definição de problemáticas a serem atendidas pelos e pelas assistentes sociais, como também nas demandas explícitas de usuários e profissionais de outras categorias, que chamam o Serviço Social para atender a tudo aquilo que foge da especificidade de outras categorias. Incluindo uma extensa lista de “problemas”, mas com um recorte em comum: para todas elas há em algum lugar um recurso que foi enquadrado como direitos dos vulneráveis, benefícios, auxílios, entre outros, um mais inespecífico e ao mesmo tempo mais fragmentado do que o anterior.

Assim, a importância na escolha da matriz teórica em consonância com o projeto ético político responde à necessidade de assentar as bases que viabilizem, por exemplo, a possibilidade de evidenciar a relação intrínseca de conceitos básicos para entender o cotidiano profissional e as estratégias elaboradas para trabalhar nele.

Esta importância pode ser ilustrada pelo exemplo apresentado sobre entendimento da necessidade de pensar a unidade entre a Política Social a relação assalariada - como única forma de troca possível para quem só possui sua força de trabalho como forma para obter os meios de subsistência – e, por sua vez, a perversidade com a qual se anuncia a existência de necessidades socialmente reconhecidas, mas desconhecidas na configuração do preço da força de trabalho, entendendo que este pode vir a ser um caminho possível para avançar na construção de estratégias de trabalho cada vez mais alinhadas com o projeto Ético-Político do Serviço Social, com e para a classe trabalhadora, nas quais se tenha como objetivo atender a urgência, mas também problematizá-la, historicizá-la e coletivizá-la.

Minimizar a importância da relação entre defesa do projeto ético político do serviço social e a relação intrínseca com matriz teórica que orienta a leitura da realidade e elaboração de estratégias de trabalho nos espaços socio-ocupacionais traz consequências no cotidiano profissional, em que uma interpretação imediatista e utilitarista de conceitos chave, como é o exemplo do entendimento da Política Social, se compreendida, não nos termos apresentados, e sim só como recurso, faz concretamente dela o fim último do exercício profissional, podendo inclusive, significar “a garantia de direitos”. Recurso que assim definido oculta o fato de que responde a um movimento no qual, como afirma Guerra:

O que muda na condição da barbárie atual é o fato de que o Estado de Direito, constituído com base na regulação da vida social, através do que exerce o controle sobre a sociedade e mantém o ordenamento que define direitos e deveres, não apenas não mais detém a capacidade de manter os direitos conquistados, como se converte no próprio agente de negação destes direitos. No contexto atual, à medida que o braço do Estado, que busca a legitimidade e consenso via a garantia de direitos, especialmente os direitos sociais e culturais, se atrofia, como resultado do modelo de política social, através do que ele fica refém das necessidades e interesses do capital, mais se desenvolve o braço armado, que se utiliza da força, do controle, da violência. Porém, cabe ao Estado mesclar estas duas estratégias (coerção e consenso) que se complementam, fazendo parte de um mesmo movimento (GUERRA, 2014, p. 34).

Trazendo este exemplo, o que estamos tentando dizer é que o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem papel direcionador da categoria na complexa relação entre formação e trabalho, entre processos de formação e continuidade do projeto ético-político, como também, entre ser agente profissional e supervisor na relação com a formação de futuros profissionais no marco de uma profissão que coloca para si o compromisso com a contribuição à formação de uma nova ordem societária e que atua predominantemente na órbita estatal, entendendo que só poderão ser superadas as contradições presentes e históricas da profissão materializadas na tensão entre seu horizonte político e sua condição de profissão liberal, profundamente ancorada na mediação entre Estado e Sociedade Civil a partir da compreensão dos limites e das possibilidades que há na complexa relação entre estes.

Mas qual é a saída do que parece uma aventura fadada à mera reprodução das imposições do mundo do capital? Para Gramsci (2002), será a filosofia, entendida como forma crítica e totalizante de leitura da realidade que supera o senso comum; para Agnes Heller (1989), será a suspensão do cotidiano para sua elevação ao humano-genérico; para supervisoras, ambas premissas se traduzirão na chance que oferece o estágio de pensar suspender e complexificar o pensamento daquilo que se apresenta falsamente imutável diante dos seus olhos, a chance de poder parar e pensar o cotidiano profissional, elaborar leitura

crítica tanto das requisições institucionais, quanto das possibilidades de ação mediadas por uma relativa autonomia.

Para que as ações possam ter direção consciente, antes devem ser pensadas em função de uma leitura crítica da realidade, capaz de transcender o imediato, a explicação desorganizada e poder dotar de movimento aquilo que se apresenta engessado e imutável. Para isso é necessário, antes de mais nada, tempo. Neste sentido, no próximo ponto buscamos pensar o papel do exercício da supervisão de campo de estágio na busca da ruptura da fragmentação com o que a realidade se apresenta num contexto de precarização do trabalho que acirra as condições impossibilitam o movimento dialético entre ação e reflexão da prática, deixando como única possibilidade aparente a resposta para as urgências dos espaços socio-ocupacionais, em que a supervisão de estágio se desenvolve, como já explicitamos, mediada pelas condições de trabalho das profissionais.

4.3 A VOLTA POR CIMA

Esse é o momento, portanto, do pretense final feliz deste trabalho, pois até aqui temos tentado mostrar que, na inserção nos espaços de trabalho das profissionais, na forma em que esta é moldada pelas condições de trabalho, há um limite que está posto no que tange à possibilidade de execução do exercício da supervisão nos termos ideais construídos de forma coletiva pelo conjunto da profissão e que expressa sua materialidade nos projetos pedagógicos das unidades de ensino, nas normativas que regulamentam a profissão e o próprio estágio supervisionado em serviço social como são a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), o Código de Ética da Assistente Social, a Política Nacional de Estágio e todas as elaborações coletivas sobre os fundamentos que alicerçam a profissão e sobre projeto ético-político, bases para o traçado do perfil profissional almejado pelo Serviço Social.

Agora é a vez de trazer, da mão das supervisoras, o que há para além do limite, isto é, as possibilidades concretas que oferece o exercício da supervisão de campo de estágio. É a vez de trazer por que, mesmo assim, elas supervisionam campos de estágio.

4.3.1 A troca: Supervisão de estágio como espaço de formação

Tal e como já foi trabalhado, as profissionais vivenciam os espaços de trabalho como estruturas que levam ao esgotamento mental e físico, com a conseqüente tendência para o

engessamento da leitura da realidade em que se insere o cotidiano profissional.⁴² Mas é, justamente neste contexto, que o espaço da supervisão passa a ser um propulsor de trocas permanentes em que estagiária e supervisora se transformam e nutrem de forma recíproca da forma em que o demonstra a seguinte fala:

Então eu acho que a gente tem que ter estagiário, sim! Servir pro estagiário como o estagiário serve pra nos fazer essa troca, porque é uma troca. Porque, assim, tudo o que acontece lá no Serviço Social, tem duas estagiárias e elas percebem e entendem o que é a luta do Serviço Social, o que é, sabe? A gente que tá ali no dia a dia. O que é ser assistente social num certo local, trabalhando com certas políticas, com certas demandas sociais. [...] A gente até se surpreende com o estagiário: “nossa! Isso foi uma sacada!” sabe? E isso pra gente é muito importante e a gente tem que valorizar. [...] Então a gente tem que preparar o estagiário, a gente tem que se preparar antes porque ninguém consegue receber bomba o tempo todo e estar preparado, mas é um cuidado que tem que ter e que temos tomado é a questão de que nós temos estagiárias muito novas e que não tem a maturidade, assim, pra *estar trabalhando com aquele problema, no Serviço Social, que as vezes é exagerado. Aí eu falo com a supervisora que você pode acabar com a vida daquele estagiário.* (ASNI – GF2)

“Servir para o estagiário como o estagiário serve para nós”. Após discutir sobre suas condições de trabalho, sobre a falta de ferramentas e apoio institucional que, somado a sobrecarga de trabalho já preexistente no dia a dia das profissionais, a supervisão de estágio e o estagiário são definidas, superando toda e qualquer expectativa cunhada numa perspectiva fatalista (IAMAMOTO, ANO), como um espaço de troca recíproca, fértil e esperada pelas profissionais. A visão de mundo das estagiárias, impressas nas leituras institucionais e da realidade que contextualiza o trabalho que estão conhecendo e vista pelas supervisoras como uma lufada de ar fresco avassaladora, porém, ainda frágil, que deve ser cuidada e alimentada da mesma forma em que ela refresca os espaços de trabalho das assistentes sociais.

Eu acredito que é um processo de aprendizado, tanto para o estagiário quanto para o supervisor. Na minha concepção (isso não quer dizer que é a concepção de onde a gente trabalha). [...] a gente dá graças a Deus quando a gente consegue sair para atuar na rua, porque a gente atua do jeito que é e a gente consegue trabalhar com o estagiário também do jeito que a gente acredita que seja também. Mas, eu vejo assim que do que a gente consegue fazer é um processo de crescimento tanto pra um quanto pro outro. (AS14-GF1)

A função educativa das profissionais, função própria do serviço social, também, apresenta-se da forma que não poderia ser outra: um processo em que educador e educando se transformam mutuamente, mas também, uma oportunidade de retomar tudo que é base da sua escolha profissional e o fundamento da sua ação: aquilo que elas entendem como horizonte da ação, os valores, os fundamentos teórico-metodológicos, os pressupostos éticos

⁴²Precisamos alertar sobre a necessidade de não confundir cotidiano profissional com vida cotidiana, categoria trabalhada anteriormente. Com cotidiano profissional nos referimos ao dia a dia nos espaços socio-ocupacionais que, certamente, parte da vida cotidiana de cada profissional, tem as características desta, mas não a esgota.

podem ser em colocados em jogo e testemunhados por alguém que não só fala uma língua semelhante, como também é para quem sua estratégia naquele momento é pensada, também. Aquele momento de trabalho fora dos muros institucionais (literal e metaforicamente) que pode dar a chance de mostrar para o outro e para si aquilo que considera correto de ser feito.

Olha pra mim o processo supervisionar é uma troca. é um aprendizado tanto pra gente que supervisiona como pros estagiários. e a gente aprende muito com eles assim como estão ali para aprender naquele espaço socio-ocupacional. Depois eu falo mais porque queria falar outra coisa, mas acabei esquecendo. (AS11-GF1)

[...]E também como a colega falou, a gente se renova, se recicla, acaba levando de volta a academia lá pro espaço de trabalho que a gente fica tão afastado. aí também quando nos chamam pra debater na sala, na universidade, acho que é um processo bem importante. (AS7-GF1)

O que significa a volta para a academia trazida pela profissional acima? Se voltarmos um pouquinho na leitura para o momento em que caracterizamos as condições de trabalho das profissionais uma pergunta surgiu na nossa pesquisa e imaginamos que tenha surgido também para quem leu até aqui: em que momento essas profissionais param para pensar? Lembremos que estamos falando de profissionais muitas vezes com mais de um vínculo de trabalho, muitas vezes em municípios diferentes e com salários baixíssimos (para lembrar com detalhes, é válido voltar para o item 3, especificamente, o item 3.3 desta tese). E ainda mais: em que momento estas profissionais conseguem estudar?

Pois bem, elas mesmas dirão que a troca que representa a presença de estudantes nos espaços socio-ocupacionais não se restringe à possibilidade de refletir sobre o cotidiano de trabalho, mas, também, daquilo que ele traz em termos de fundamentação:

Os alunos trazem essa questão aí, de autores, de temáticas, trazem o olhar da academia que eu acho muito importante, porque eu sou lá do tempo de “caso, grupo e comunidade”, né. E já na época a área comunitária era minha predileção e acabei me voltando para essa área do controle social. Eu acho que no fim de carreira acabo voltando pra aquilo que optei lá no início que era comunidade. Assim, eu acho que, no final das contas, acaba tendo uma troca muito grande, eles acabam trazendo muitos autores e acabam também, a gente acaba trazendo muito do que dentro do serviço, entendeu? (AS11 – GF-2)

Mas, apesar de ser nítido o entendimento de que aprendizagem é um processo compartilhado em que ambas, supervisora e estagiárias, apreendem, é pelas supervisoras reconhecido que, nessa troca, elas têm um papel específico:

Mas eu acho que também as supervisoras têm um papel importante, tem a sua responsabilidade e acho que todo mundo tem que ter um papel ativo nas supervisoras acadêmicos, de campo e também estagiário. Acho que a gente também precisa ter os nossos posicionamentos: o que que a gente contribui com essa

formação. Que que a gente tem pra fazer? Acho que tem sim a troca, mas a nossa responsabilidade é diferente da de estagiário, por exemplo, quando a gente tem que se posicionar diante da instituição e dizer: não, não é assim, é um processo de formação com os nossos colegas. [...] Assim, eu acho que estágio, o nosso papel diante disso é também: de ter as nossas responsabilidades, de questionar, de instigar reflexão daquilo que é, aprendendo também com aquilo que, claro, é importante a gente ver essa troca porque a gente também está disposto, está com as nossas necessidades de reflexão, de reciclar. Enfim, dessa formação constante. então vejo dessa forma. (AS 6 – GF1)

Não apresenta sinal de dúvida, para as profissionais, que o espaço da supervisão de estágio tem nelas papel direcionador e que esta precisa ter como horizonte aquele que é definido como projeto ético é político da profissão e que, conforme demonstra a pesquisa, vai na contramão das requisições institucionais. A reflexão da contradição entre as demandas institucionais e os parâmetros e princípios orientadores da situação é necessário, é definido como de importância inquestionável e, decorrente das impossibilidades atreladas ao espaço estar mediado pelas condições de trabalho das profissionais, vivenciado como desafio.

Então eu acho que é bem desafiador sempre e ao mesmo tempo um crescimento significativo porque também nos obriga a repensar nossas ações. Infelizmente mais uma vez embate naquela questão da redução, da precarização, porque antes a instituição tinha mais vagas de estágio remuneradas. agora é uma e se você quiser ter mais estagiários é possível, mas sem remuneração. Então também as vezes a gente se depara com essa precarização, como a AS3 falou, “eu posso ficar sem banheiro, mas o estagiário não pode”. Então tem essa preocupação pelo bem-estar do estagiário, claro, sem esquecer do nosso, mas aí no espaço em que eu estou nos posicionamos contrários à contratação de mais estagiários por conta dessa não remuneração, que de meu ponto de vista é cruel. (AS12 – GF1)

Como demonstram as falas acima, há ciência e preocupação sobre o fato de ser o campo de estágio território de disputa de um perfil profissional e, por este motivo, de que é papel delas, como supervisoras, estar atentas a essa disputa, estabelecendo lineamentos da ação, posicionamentos explícitos diante das situações que são abordadas na supervisão e que se orientam por diretrizes e pressupostos, orientados por um projeto profissional e fundamentado por um acúmulo teórico e metodológico patrimônio do coletivo profissional e sempre em disputa. Por trás da explicitação da necessidade de posicionamento, de repensar as ações profissionais, de estudar, há a necessidade de desenvolver estratégias de trabalho fundamentadas de forma críticas e ancoradas na coerência da escolha de um projeto profissional que há de ser semeado, também, no estágio pela mão das supervisoras de campo.

Neste desafio, a universidade também tem um papel fundamental que está identificado pelas participantes da pesquisa, conforme a fala que será trazida na sequência, de identificar dificuldades, bem como possibilidades do compromisso e da relação com a Universidade.

Portanto, precebe-se a necessidade de reconhecer os nexos constitutivos entre a dimensão da supervisão e da universidade como espaços pedagógicos. Ao mesmo tempo, é fala recorrente entre as entrevistadas a presença latente do temor à exposição por parte de pares:

Eu estou como supervisora desde 2014 e também me senti muito exposta, como uma colega mencionou, com essa questão da crítica porque quando eu era estagiária, obviamente, a gente usava o espaço da supervisão acadêmica para os desabafos, mas agora que você se vê do outro lado, você tem esse questionamento: será que agora eu estou fazendo certo? Que minha atuação está sendo criticada? Porque é uma troca, como a gente já comentou. (AS 12 – GF2)

O campo de estagio é um espaço contraditório, e aquilo que se apresenta nos espaços de trabalho nem sempre está de acordo com as discussões que são realizadas no espaço universitário. Neste sentido observamos uma preocupação dos profissionais atrelada à possibilidade de que o processo de ensino possa ser desconexo destas duas realidades.

E a pergunta que eu me faço é a seguinte: o que que se faz quando a unidade de ensino, a UFSC, percebe que o campo de estágio é contraditório com aquilo que é ensinado. porque se você como um professor, e o aluno traz que o que ele percebe que está no campo de estágio contradiz aos ensinamentos a o que é pontuado. Então, o pessoal que está no campo (e isso a gente sabe que existe) o conservadorismo ele está posto nas nossas práticas. É lógico que o aluno traz isso que ele percebe. E aí cria-se uma situação que eu acredito que a própria, que essa relação, que esse coletivo que se forma aqui seria também uma das estratégias ir potencializando e transformando os espaços de atuação. E de identificação desses, dessas ações conservadoras e dessas ações profissionais que precisam ser olhadas de uma outra forma, que não é só o campo de estágio si, mas o ele pontua, ele percebe. Ele traz isso. eu vejo porque a gente tem muitos estagiários e a gente faz as reuniões do coletivo dos estagiários da secretaria e eles sabem pontuar. (AS 7 – GF2)

Contudo, longe de se tornar um possível obstáculo petrificado no pensamento das supervisoras de campo, estas entendem que, já tendo “estado do outro lado”, não se trataria de criar times (o da academia e o da ação) e sim de estabelecer maior periodicidade de trocas entre supervisão acadêmica e supervisão de campo. Entre a Universidade e os campos de estágio.

E a relação, como ela acontece, elas vão determinar também a forma como o estagiário compreende, a forma como você supervisiona, enfim. Mas eu já falei em outros momentos e gostaria, já que está sendo gravado, que esse semestre a UFSC ofereceu esse curso de formação de supervisoras de campo que eu achei muito bom. Eu consegui participar de todos os encontros e achei muito positivo, justamente pra gente procurar debater questões que muitas vezes nos angustiam e as vezes pra dar esse suporte que a gente sente falta. Fora que a gente tem também esse distanciamento do espaço acadêmico. E eu seu também que há uma questão da estrutura como dificuldade pros professores, que tem uma demanda muito maior do que conseguem atender, a gente sabe dessas limitações, mas do meu ponto de vista foi bastante positivo, tanto que que eu mencionei que só esse semestre eu vim sete vezes pra UFSC por conta do estágio. Acho que essa proximidade ela é fundamental pra gente sentir uma segurança nesse suporte. (AS 12 – GF2)

Trata-se de entendermos a necessidade de criar suporte e meios de construção de espaços de diálogo ou fortalecer os já existentes entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo em que as três principais protagonistas desta desafiadora tarefa de aprender e ensinar, possam se encontrar em frequência maior que os desencontros, esperados e compreensíveis que pode suscitar a posta em marcha de uma ação que envolve instituições, estudantes, chefias, requisições, posicionamentos, demandas de usuários e condições de trabalho no contexto de um modo de produção falido e em crise.

4.3.2 A Supervisão de estágio como possibilitadora da reflexão do cotidiano profissional

Mencionamos anteriormente que, de acordo com Heller (1989), a vida cotidiana é a vida do homem e que esta possui características específicas que mediam a forma em que os indivíduos se inserem nas relações sociais, mas que essas características, por sua vez, são de uma forma, e, não de outra, em função da maneira em que se organiza a produção, o que faz com que, no modo de produção capitalista, o trabalho assalariado tenha função protagonista na organização das demais atividades.

Trouxemos também que, conforme a mesma autora, a vida cotidiana não é necessariamente alienante, que isso dependerá de cada forma histórica de organização social, mas que, no sistema capitalista, a vida cotidiana se torna o território mais fértil para a alienação do indivíduo. Contudo, a alienação não é insuperável e depende, para esta superação, para transcender do indivíduo para o humano genérico da suspensão da vida cotidiana, da homogeneização, da reflexão profunda e crítica que permita nos desvencilhar das armadilhas próprias da realidade apresentada de forma fragmentada.

Se bem que não podemos confundir, como já alertado, cotidiano profissional com vida cotidiana, transcorrendo nela é que ele acontece. Por sua vez (e não por acaso), a forma em que se configuram as condições de trabalho das profissionais contribui para a perpetuidade da alienação. É aqui que surge o tesouro depois do arco-íris que apresenta a supervisão de campo de estágio para as profissionais. O fato de terem, dentro das suas atividades necessárias, dentro das requisições profissionais, a necessidade de incorporar estagiárias e supervisá-las, abre a margem para destinar tempo da jornada para o ato reflexivo, para o pensamento crítico necessário, para superar o senso comum, para organizá-lo, em termos de Gramsci (2002). Assim o mostra a seguinte fala:

Eu vejo assim que no cotidiano, no trabalho lá, a gente não para discutir, para problematizar o que a gente vive no dia a dia. Então estagiário vem pra trabalhar ali com a gente e aí a gente faz esse processo. Aí a gente para pra pensar. A gente sente muito essa falta de problematizar, discutir, trabalhar fluxos e isso a gente na instituição não consegue fazer, a gente vive apagando fogo. Então, assim, qual é nosso processo de trabalho? Como é que a gente está fazendo? Nem entre os profissionais, não existe, a gente não consegue conversar, parar um dia, avaliar como é que a gente está fazendo... o que que está sendo bom? O que não está. A gente sente muito essa falta e essa aproximação com a academia ela é muito importante até pra gente pensar nossa prática profissional no dia a dia, como é que acontece. E o estagiário traz muito isso, então isso é bem importante. Aí eu penso assim que a supervisão acadêmica e a supervisão de campo de estágio têm que estar numa linha, pra que o estagiário possa ter essa percepção também, de que não é uma coisa separada da outra. É junto, é um processo. (AS12 – GF2)

Aparece, assim, na fala da profissional, a resposta possível para o que era colocado como uma necessidade até aqui: a possibilidade de um espaço de reflexão que lhe permita transcender a aparência caótica do sendo comum, podendo transcendê-lo na construção do bom senso (Gramsci, 2000) mediante a reflexão crítica, consciente e qualificada.

Retomando a Agnes Heller (1989), é característica da vida a imediaticidade e a heterogeneidade, heterogeneidade que é condição fundamental para sobreviver no mundo do capital e que se complementa na hierarquia que não sendo imutável estará sempre em movimento, reiteramos, em *função das diferentes estruturas econômico-sociais*. (Heller, 1989, p.18). Assim, conforme foi colocado no início desta seção, na sociedade capitalista o trabalho assalariado é a atividade em torno da qual o resto das atividades se concentram e organizam, sendo necessário para poder refletir a vida cotidiana que o espaço de reflexão seja criado, que o tempo dedicado à suspensão seja imposto, rompendo com a lógica posta. “Aí a gente para pra pensar”, afirma a assistente social (AS12). O que está nos dizendo é que é no espaço da supervisão que o cotidiano profissional, que acontece via vida cotidiana, pode ser pensado, organizado para além da lógica heterogênea e desconecta. Aí que as percepções do senso comum podem ser superadas. Fato que é reforçado pela AS 7, incluído nesta reflexão a realização que representa poder parar e pensar.

uma coisa que eu amo fazer com os estagiários. Quando a gente vai numa reunião, por exemplo, numa reunião de Conselho de Direitos. E daí a gente sai de uma reunião e vai fazer análise daquele momento. E a gente consegue trazer para aquele momento de análise a teoria daquela vivência. Então isso eu amo fazer: identificar jogos de força, disputas de projetos societários a partir das falas das discussões. Então isso é muito bacana de fazer com os estagiários em supervisão e viver momentos (eu estou na política estadual) então momento em que ali tem discussões de projetos, porque a gente está com secretarias. Então você vê projetos sendo discutidos mesmo, projetos de sociedade projetos políticos partidários. Você vê... e quando você sai daquele espaço que você senta com eles e você começa provocá-los. (AS7-GF1)

É que a supervisão de campo de estágio, como atividade parte do seu trabalho, favorece as supervisoras para realizarem suas atividades procurando superar a apropriação primária da sociedade sem uma reflexão, na tentativa de transpor a aparência e buscar a essência daquilo que está posto como demanda e, por sua vez, criar condições para dar uma nova feição supervisão de estágio, em que haja uma efetiva de troca de conhecimentos e aprendizagens.

“Quando você percebeu aquilo” “viu aquela palavra o que isso representa” e você vai suscitando essa percepção que você aprende na academia com tal autor ou tal autor, o que que aquele autor dizia Isso é fundamental e eles vidrados quando eles conseguem perceber que aquela naquela vivência naquela tarde de estágio aquilo que eles aprenderam em sala de aula é o que é que isso representa.(...) É é muito bonitos de fazer esse processo com eles, é muito, pra gente, é muito bonito. E quanto isso nos dá fortalecimento para dizer: a realidade é essa, essa teoria ela não é do nada ela nos instrumentalizada para fazer leitura dessa realidade. Isso para mim como supervisora é sempre um bálsamo, é sempre uma energia, pro aluno é sempre um exercício também muito importante porque dá concretude do que ele aprendeu na universidade com os autores na realidade e pra gente é sempre muito bom viver essa relação. (AS7-GF1)

Isto tem consequências tangíveis para as supervisoras que, além de refletir sobre seu trabalho, passam a questionar suas condições de trabalho, pois aquilo que é intolerável para a estagiária, por que ela tolerado para si? Por que trabalhar sem ferramentas? De que forma a falta de condições de trabalho repercute no próprio trabalho da profissional? Estas perguntas são realizadas pelas profissionais como o expressa a AS3:

a gente não olha pra si, mas olha pro outro, porque daí quando tu vê assim:” nossa! Como é que vou trazer estagiário sem banheiro, sem não sei o que...” mas eu, eu tudo bem passar por isso, né? mas é um pouco isso porque a gente é tão tomado, né? e aí o estagiário bota isso um pouco na gente, né? Quando nos questiona, conversa, sabe? e nos lembra também a todo o tempo a importância desses espaços, dessa parada... (AS3 – GF1)

Ter o espaço para pensar, oferece às supervisoras tanto a possibilidade do questionamento do cotidiano, quanto da elaboração de estratégias para superar os limites impostos pela instituição. Assim o mostra a seguinte fala:

Tem 23 anos que não tinha um computador ligado quando eu entrei, então hoje existe um fluxo das estagiárias, criado inclusive as estagiárias me ajudaram a rever muitos posicionamentos meus e isso é muito importante. Tem momentos em reuniões, que eu faço questão que elas participem na diretoria, que elas me olham querendo que me posicione e eu me obrigo a me posicionar. Eu tenho que dar um retorno pra elas, eu não posso fazer o inverso disso que estou ensinando, dando exemplo. isso me ajuda, me dá motivação. Hoje mesmo aconteceram duas situações onde a. ela me questiona! “E aí? O que você vai fazer?”. As vezes até parece que ela

está me ensinando. No momento que ela me questiona, ela que está me ensinando. Então, assim, a parte da gestão é bem sofrida tá? E eu acho que é bem importante a gente se apropriar e acho que a base disso é o conhecimento. Pra entrar no espaço tem que conhecer, tem que ter propriedade pra falar. (AS3 – GF2)

Diz a profissional: “*No momento em que ela me questiona, ela está me ensinando*”. Outra profissional afirmou, na mesma linha, “*a gente se depara com essa precarização, como a AS3 falou, eu posso ficar sem banheiro, mas o estagiário não pode. Então tem essa preocupação pelo bem-estar do estagiário, claro, sem esquecer do nosso*”. (AS12 – GF1). Poder supervisionar campo de estágio se trata não só da possibilidade de ter tempo para refletir, mas também de ter argumento para transformar. As profissionais não podem mais trabalhar sem computadores, não se sujeitam mais a não ter banheiro.

Mediante a superação da desorganização em que as informações, demandas, necessidades e pressas se apresentam diante de nós, surge a possibilidade, a articulação e confrontação de algo que parecia imutável. A hierarquização do cotidiano é possível de ser reformulada no espaço de supervisão porque ele representa ruptura com a inércia em que o trabalho se executa dia após dia e isto acontece desta forma porque a realidade só é plausível de transformação só quando podemos parar e observar seu movimento.

O que tentamos trazer até aqui é que discutir profundamente sobre a relação entre condições de trabalho e supervisão de campo de estágio significa dizer que não existe, na forma em que se organiza a produção e com ela a vida dos indivíduos, a chance de que, por mais discussões sobre planos de ensino, diretrizes, fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, o estágio supervisionado em serviço social possa ser desenvolvido nos termos ideais propostos pela categoria. O limite está posto pela base material que define as condições em que será desenvolvido o estágio e, portanto, a supervisão de estágio. Mas, se tem uma forma de mudar o que está posto é por meio do ato reflexivo, da possibilidade de criar a ideia que oriente a ação e isto é o que tem significado, antes de mais nada, a possibilidade de se desenvolver como supervisoras de campo dentro dos espaços socio-ocupacionais.

E é por isso que, ainda assim, as assistentes sociais de Santa Catarina, supervisionam campos de estágio em serviço social.

¿Qué tal si deliramos por un ratito?
 ¿Qué tal si clavamos los ojos más allá de la infamia para adivinar otro mundo posible?
 El aire estará limpio de todo veneno que no provenga de los miedos humanos y de las humanas pasiones.
 En las calles los automóviles serán aplastados por los perros.
 La gente no será manejada por el automóvil, ni será programada por el ordenador, ni será comprada por el supermercado, ni será tampoco mirada por el televisor.
 El televisor dejará de ser el miembro más importante de la familia y será tratado como la plancha o el lavarropas.
 Se incorporará a los códigos penales el delito de estupidez que cometen quienes viven por tener o por ganar, en vez de vivir por vivir no más, como canta el pájaro sin saber que canta y como juega el niño sin saber que juega.
 En ningún país irán presos los muchachos que se nieguen a cumplir el servicio militar sino los que quieran cumplirlo.
 Nadie vivirá para trabajar, pero todos trabajaremos para vivir.
 Los economistas no llamarán nivel de vida al nivel de consumo, ni llamarán calidad de vida a la cantidad de cosas.
 Los cocineros no creerán que a las langostas les encanta que las hiervan vivas.
 Los historiadores no creerán que a los países les encanta ser invadidos.
 Los políticos no creerán que a los pobres les encanta comer promesas.
 La solemnidad se dejará de creer que es una virtud, y nadie tomará en serio a nadie que no sea capaz de tomarse el pelo.
 La muerte y el dinero perderán sus mágicos poderes y ni por defunción ni por fortuna se convertirá el canalla en virtuoso caballero.
 La comida no será una mercancía ni la comunicación un negocio, porque la comida y la comunicación son derechos humanos.
 Nadie morirá de hambre porque nadie morirá de indigestión.
 Los niños de la calle no serán tratados como si fueran basura porque no habrá niños de la calle.
 Los niños ricos no serán tratados como si fueran dinero porque no habrá niños ricos.
 La educación no será el privilegio de quienes puedan pagarla y la policía no será la maldición de quienes no puedan comprarla.
 La justicia y la libertad, hermanas siamesas, condenadas a vivir separadas, volverán a juntarse, bien pegaditas, espalda contra espalda.
 En Argentina las locas de Plaza de Mayo serán un ejemplo de salud mental porque ellas se negaron a olvidar en los tiempos de la amnesia obligatoria.
 La Santa Madre Iglesia corregirá algunas erratas de las tablas de Moisés y el sexto mandamiento ordenará festejar el cuerpo.
 La Iglesia también dictará otro mandamiento que se le había olvidado a Dios, “amarás a la Naturaleza de la que formas parte”.
 Serán reforestados los desiertos del mundo y los desiertos del alma.
 Los desesperados serán esperados y los perdidos serán encontrados porque ellos se desesperaron de tanto esperar y ellos se perdieron por tanto buscar.
 Seremos compatriotas y contemporáneos de todos los que tengan voluntad de belleza y voluntad de justicia, hayan nacido cuando hayan nacido y hayan vivido donde hayan vivido, sin que importe ni un poquito las fronteras del mapa ni del tiempo.
 Seremos imperfectos porque la perfección seguirá siendo el aburrido privilegio de los dioses.
 Pero en este mundo, en este mundo chambón y jodido seremos capaces de vivir cada día como si fuera el primero y cada noche como si fuera la última.

*Derecho al delirio, Eduardo Galeano*⁴³

⁴³Que tal se delirarmos por um tempinho? Que tal fixarmos nossos olhos além da infâmia para imaginar outro mundo possível? O ar estará limpo de todo o veneno que não provenha dos medos humanos e das humanas paixões. Nas ruas, os carros serão esmagados pelos cães. As pessoas não serão dirigidas pelos carros nem serão programadas pelo computador. Nem serão compradas pelos supermercados, nem serão assistidas pela TV. A TV deixará de ser o membro mais importante da família, será tratada como um ferro de passar roupa ou uma máquina de lavar. Será incorporado aos códigos penais o crime da estupidez que cometem aqueles que vivem só para ter ou para ganhar ao invés de viver por viver, igual canta o pássaro em saber que canta, igual brinca a criança sem saber que brinca. Em nenhum país serão presos os jovens que se recusem a cumprir o serviço militar senão aqueles que queiram fazê-lo. Ninguém viverá para trabalha, mas todos trabalharemos para viver. Os economistas não chamarão mais de nível de vida o nível de consumo e nem de qualidade de vida à quantidade de coisas. Os cozinheiros não acreditarão que as lagostas gostam de ser fervidas vivas. Os historiadores não acreditarão que os países adoram ser invadidos. Os políticos não acreditarão que os pobres adoram comer promessas. A solenidade deixará de acreditar que é uma virtude, E ninguém levará a sério alguém que não seja

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, temos tentado explorar a forma em que as condições de trabalho das assistentes sociais de Santa Catarina e o exercício da supervisão de campo de estágio se relacionam, partindo sempre de entender que sendo o trabalho (na sua forma assalariada) organizador da vida dos sujeitos, este não pode ser central no entendimento dos desafios postos para a supervisão de estágio em serviço social e, conseqüentemente, para o estágio supervisionado em serviço social.

Assim, em um diálogo traçado com as produções acadêmicas, mas que teve seu maior sustento na pesquisa empírica, necessária e escassa, como temos demonstrado, nesta área de conhecimento buscamos com esta tese pensar a supervisão de estágio mediada pelas condições de trabalho das profissionais, num contexto de precarização do trabalho que acirra as condições que historicamente tem impossibilitado a alternância entre ação e reflexão da prática, deixando margem só para a priorização de abordagens de urgências nos espaços socio-ocupacionais.

Neste sentido, fomos explícitas ao expressar que, longe de buscar elevar um muro entre a universidade e os campos de estágios, entre o trabalho acadêmico e o trabalho na execução da política pública, realizamos cada ponto desta síntese de pesquisa partindo do pressuposto de que, tanto em uma, quanto em outra, trata-se do trabalho árduo de seres históricos, implicados no movimento de construção da sua singularidade, no constante processo de individuação em que, tanto os objetos de pesquisa quanto os objetos de trabalho (neste caso a forma em que este se materializa e é definido) partem sempre da conjunção entre aquilo que toca mais diretamente cada pesquisadora, cada trabalhadora e o que está posto

capaz de rir de si mesmo. A morte e o dinheiro perderão seus mágicos poderes E nem por falecimento e nem por fortuna se transformará o canalha em virtuoso cavalheiro. A comida não será uma mercadoria nem a comunicação um negócio porque a comida e a comunicação são direitos humanos. Ninguém morrerá de fome porque ninguém morrerá de indigestão. As crianças de rua não serão tratadas como se fossem lixo porque não existirão crianças de rua. As crianças ricas não serão tratadas como se fossem dinheiro porque não haverá crianças ricas. A educação não será privilégio daqueles que podem pagá-la e a polícia não será a maldição daqueles que não possam comprá-la. A justiça e a liberdade, irmãs siamesas condenadas a viver separadas voltarão a juntar-se, bem grudadinhas, costas com costas. Na Argentina, as loucas da Plaza de Mayo serão um exemplo de saúde mental porque elas se negaram a esquecer em tempos de amnésia obrigatória. A Santa Madre Igreja corrigirá algumas erratas das Taboas de Moisés, e o sexto mandamento mandará festejar o corpo. A Igreja ditará outro mandamento que Deus havia esquecido: “Amarás a natureza, da qual fazes parte” Serão reflorestados os desertos do mundo E os desertos da alma. Os desesperados serão esperados e os perdidos serão encontrados, porque eles se desesperaram de tanto esperar e se perderam por tanto buscar. Seremos compatriotas e contemporâneos de todos o que tenham vontade de beleza e vontade de justiça, hajam nascido quando hajam nascido, hajam vivido onde hajam vivido, sem que importem, nem um pouquinho, as fronteiras do mapa e do tempo. Seremos imperfeitos porque a perfeição continuará sendo o aborrecido privilégios dos deuses, mas neste mundo, trapalhão e fodido, seremos capazes de viver cada dia como se fosse o primeiro e cada noite como se fosse a última. O direito ao delírio, Eduardo Galeano (tradução própria)

pelas necessidades históricas onde as indagações sobre a realidade em constante movimento são o motor das pesquisas e das estratégias de trabalho cotidianamente elaboradas.

Compreendemos que as perguntas e as discussões que permeiam as preocupações de assistentes sociais, sejam elas acadêmicas ou trabalhadoras na ponta dos serviços, na execução das políticas, são realizadas por sujeitos sociais, em um momento histórico determinado, qual seja: o esvaziamento sistemático das Universidades Públicas e os consequentes impactos no orçamento para pesquisa, que inviabilizam muitas vezes as pesquisas de campo e explicitam, ao mesmo tempo, a necessidade de aprofundamento das pesquisas e produções teóricas a partir dessa realidade concreta, à guisa de maiores possibilidades de entendimento do tempo presente para as primeiras. A precarização do trabalho, a sobrecarga de funções, a retirada de direitos para si e para o público atendido, o acúmulo de vínculos de trabalho por rendas irrisoriamente baixas para as segundas. O esgotamento físico e mental para ambas.

Em relação com as temáticas abordadas pelas pesquisas que tem por objeto supervisão de campo de estágio em serviço social e condições de trabalho, nos deparamos, então, com uma lacuna nas nossas já escassas produções: nossas produções não conversam nem ilustram as condições de trabalho das supervisoras de campo de estágio. Os números estão na nossa segunda seção: quatro fontes de dados de ampla divulgação e reconhecimento no serviço social (Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, Revista *Katàlysis*, Revista *Serviço Social e Sociedade* e Revista *Temporalis*) deram como resultado vinte e três produções em cinco anos sobre estágio em serviço social: seis teses, sete dissertações, nove artigos e uma editorial. Só uma delas com objeto definido na relação entre condições de trabalho e o exercício da supervisão de campo.

Essa primeira constatação nos deu um indicativo nada pequeno na busca de confirmar se andávamos no caminho necessário neste momento. Assim, fomos para a seguinte seção desta tese onde procuramos apresentar as condições de trabalho que moldam o cotidiano profissional das supervisoras de campo de estágio de Santa Catarina e nos encontramos com o seguinte cenário: em relação à jornada de trabalho nos encontramos com que, após doze anos da aprovação da 12.317/2010, “a lei das 30 horas”, quase a metade das profissionais que participaram da pesquisa excedem semanalmente a carga horária permitida para o desempenho de atividades, chegando a trabalhar o dobro, 60 horas semanais.

Coerente com este dado, ao observarmos o número de vínculos empregatícios, tanto em Santa Catarina quanto no resto do Brasil, a metade das assistentes sociais possui 2, 3 e 4 vínculos que se desempenham em municípios diferentes. Qual o motivo? Salários tão baixos

que a maior quantidade de respostas se encontra entre aquelas que recebem de 2 a 4 salários mínimos, configurando assim parte do nosso próprio público alvo, se considerada a população que pode ser cadastrada no Cadastro Único. Vemos então uma sobrecarga de trabalho nas costas das profissionais que, não poderia ser diferente, impacta-se em um alto número de adoecimento por motivos laborais.

Neste cenário, já avançando para nosso objeto de pesquisa, observamos nas falas das profissionais que a primeira preocupação delas em relação ao exercício da supervisão de campo está relacionada, como era de se esperar, às suas condições de trabalho, seja no que tange ao espaço em que poderão receber às estagiárias quanto à possibilidade real e concreta de destinar tempo de uma jornada já sobrecarregada ao exercício da supervisão.

Mas, observaremos na nossa última seção que esta não é a única questão de importância para as supervisoras quando se trata de estágio em serviço social, pois para elas, junto à possibilidade de supervisionar aparece o novo, a renovação, a chance de encarar o cotidiano profissional com olhares de estudantes atentas e ávidas da vontade de aprender.

Contraditoriamente (como não poderia ser de outra maneira), aparece a supervisão de estágio como uma faca de dois gumes. De um lado a preocupação, de outro a vontade. A preocupação tanto da demanda que representará essa tarefa, quanto das condições e qualidade com que poderá realizar o trabalho, atrelada a ser o estágio uma saída para as instituições no que concerne a falta de profissionais nos espaços socio-ocupacionais. Nos encontramos finalizando este percurso com a constatação de que para as instituições empregadoras, o estágio é fonte barata de trabalho ao mesmo tempo que com profissionais cientes e atentas para o fato de que no campo de estágio se disputa o perfil profissional do serviço social. Elas trazem, enfaticamente, que seu trabalho tem como base e direção do projeto ético-político da profissão, que carrega o horizonte que almejam suas ações.

Mas esta direção explícita é disputada formando, em palavras de uma das profissionais, uma “bola de neve” em que profissionais exaustas precisam elaborar respostas que justifiquem sua fonte de sustento e obter tempo dentro de uma jornada já sobrecarregada para realizar a supervisão. E é no que parece um caminho sem saída que aparece o final feliz da nossa síntese. A supervisão de campo de estágio se apresenta para as profissionais como a chance de ter tempo. Tempo para que? Para pensar o próprio cotidiano profissional.

O espaço de supervisão é para as profissionais a volta para o estudo dos fundamentos do serviço social, a possibilidade de estabelecer vínculo com a universidade de forma que possam retornar a ela, a necessidade de retomar a firmeza nos posicionamentos, inicialmente

em defesa da formação de qualidade da formação das estagiárias, mas, conseqüentemente, das próprias condições de trabalho.

A formação, tanto das estudantes, quanto das profissionais participantes da pesquisa, é uma preocupação sentida e acompanhada da urgência na modificação na forma em que é desenvolvida a supervisão de campo de estágio que, mediada pelas condições de trabalho das assistentes sociais, em contexto de aceleração da precarização do trabalho, torna-se, na visão das profissionais, uma meta cada vez mais longe das possibilidades concretas apresentadas nos espaços socio-ocupacionais.

O papel designado ao Estágio e, portanto, às estagiárias, como temos trazido, é o de resposta imediata e econômica para as demandas de sobrecarga de trabalho das assistentes sociais e não como um processo formativo que requer de condições materiais para sua realização, condições estas que muitas vezes as profissionais não conta nem para o desenvolvimento das suas atividades cotidianas, como a existência de uma sala de uso exclusivo para o serviço social, computadores e outros materiais de trabalho além do tempo dentro da jornada de trabalho, que, como temos apresentado, excede as 30 horas que por lei deveriam estar garantidas às assistentes sociais.

Neste cenário, a universidade, representado na figura da supervisora acadêmica e do espaço de supervisão acadêmica em sala de aula, tem sido o menos esperado: longe de ser um espaço de diálogo e troca, tem sido vivenciado pelas profissionais como mais uma fonte de demandas, muitas vezes impraticáveis para as supervisoras de campo, trazendo relatos de julgamento e falta de diálogo que permita às supervisoras de campo de estágio se sentir num espaço seguro de construção e reflexão coletiva.

Diante destes apontamentos e se o limite está posto pela base material que define as condições em que será desenvolvido o estágio, não é possível a superação da imediatividade, própria da vida cotidiana, sem que seja realizada a suspensão deste (Heller, 1989), por consequência, não é possível que no cotidiano de trabalho, via vida cotidiana, possa ser transcendida a imediatividade quando a demanda é urgente. Entretanto, os espaços e as condições de trabalho apontam que a realidade não é estanque, portanto, passíveis de serem questionados e ser um espaço de reflexão, para poder transcender o imediato, ou seja, esse espaço de reflexão deve ser construído com a universidade, com os estagiários/as e as entidades representativas da profissão, como prerrogativa para uma possível superação das condições precarizadas da supervisão de estágio.

Neste sentido, observamos a necessidade do estabelecimento urgente de uma ponte de diálogo entre a universidade, as profissionais supervisoras de campo de estágio e as entidades

de representação da categoria (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) para a elaboração de um plano de trabalho que tenha como horizonte a criação das condições materiais para o desenvolvimento da supervisão de campo de estágio com qualidade e sem ônus para a profissional que supervisiona. Isto significa que o papel, já designado pelas supervisoras de campo para o estágio supervisionado em serviço social como espaço de reflexão que permite driblar as imposições da instituição empregadora e garantir espaços, por mais mínimos que estes sejam, de reflexão do cotidiano profissional, deve ser norma com força de lei. Se a supervisão de estágio em serviço social é atividade privativa de assistentes sociais esta deve ser entendida como parte da jornada de trabalho com carga horária especificada na contratação.

Se nossa visão de mundo define a forma e a direção das nossas ações (Gramsci, 2000) é demanda urgente para o serviço social a luta pela garantia do direito à reflexão da ação para a qualificação das estratégias cotidianas de trabalho fundamentadas e balizadas por um horizonte que tem como premissas orientadoras a defesa da democratização e a luta por uma sociedade justa, emancipada e emancipatória. Na sociedade capitalista, a forma mais próxima de garantia está mediada pelo direito burguês, que orientado a preservar a propriedade privada, ergue-se como presunto mediador dos conflitos de classe que regulamenta as relações de produção por meio de uma regulação de natureza jurídica que organiza o trabalho, entando, produtor de mais-valor e a forma de dispor ele por meio da instauração de garantias jurídicas (Hillesheim 2015) Se essas são as regras do jogo, o estabelecimento em lei de quantidade de horas semanais específicas para atividades de formação e supervisão como parte da jornada com tempo precisa ser uma pauta do serviço social e posta em movimento pelo conjunto da categoria profissional.

O que tentamos trazer nesta tese⁴⁴ é a seguinte constatação: discutir profundamente sobre a relação entre condições de trabalho e supervisão de campo de estágio significa dizer que não será possível, na forma em que se organiza a produção e com ela a vida dos indivíduos, estabelecer alternativas para superar os desafios postos para o estágio

⁴⁴Vale dizer que, em relação com a quantidade de dados levantados pela pesquisa, ainda podem ser pensado novas linhas de análise, não só tendo em conta as outras sujeitas da pesquisa (estudantes e supervisoras acadêmicas), como maior aprofundamento dos dados aqui abordados a partir do cruzamento de variáveis, sendo pertinente a elaboração de futuros trabalhos que possam avançar na caracterização do perfil profissional das supervisoras de campo de estágio e a análise das relações sociais de sexo consubstanciada com as relações sociais de “raça”/etnia e classe (Cisne, 2014) nos desafios postos à supervisão de estágio, haja vistas que parte dos dados que não foram analisados por dar prioridade ao recorte, é u elevado número de assédio moral e sexual vivenciado pelas assistentes sociais supervisoras de campo.

Outra linha de análise possível e necessária que não pode ser abordada neste trabalho, ainda sobre a supervisão de campo e decorrente da afirmação anterior e a continuidade sobre os impactos das condições de trabalho na saúde das trabalhadoras. Fato este que não é preocupação específica da supervisão de estágio em serviço social, mas a permeia e determina impactos específicos na formação de futuras profissionais.

supervisionado em serviço social como um todo e, para a supervisão de campo de estágio em particular, a partir somente da discussão sobre planos de ensino, diretrizes, fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, embora por demais necessários, pois o estágio supervisionado em serviço social não poderá ser desenvolvido nos termos ideais propostos pela categoria enquanto a vida se organizar em função do aumento da taxa de lucro.

A sociedade capitalista tem construído ambientes e instituições concebidas para organizar, regular e instrumentalizar a reprodução das relações sociais que sustentam os padrões de acumulação se tornaram cada vez mais agressivos. Portanto, como um processo sócio-histórico, as condições de trabalho e supervisão de campo de estágio, não se explicam em si mesmo, como fatos isolados e desvinculados da realidade social ou das determinações estruturalmente históricas da humanidade, compreende-se a necessidade da continuidade de novas ponderações sobre a temática.

Mas esse não é o final da nossa reflexão. O final da nossa reflexão (deste momento dela) é que o que está posto pode ser mudado e a base desta mudança é o ato reflexivo, a possibilidade de criar a ideia que oriente a ação e o exercício da supervisão de campo de estágio tem significado para as profissionais, a chance da suspensão, o tempo para a elaboração crítica da leitura da realidade, a base para transcender o limite.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. SERVIÇO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: DESAFIOS PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE BARBÁRIE. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 19–33, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n41p19-33. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em: 9 out. 2022.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis** [online]. 2009, v. 12, n. 2 [Acessado 5 novembro 2022] , pp. 188-197. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>>. Epub 26 nov. 2009. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>.

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília: Andifes; Fonaprace; Editora UFU, 2019. Disponível em: <<http://bit.do/fqHAF>>

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTA, S. R. W. O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UCPEL. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 4(2): 23-72, agosto/1998. Disponível em: revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/647/577. Acesso em 02 de março de 2022.

BOSCHETTI, Ivanete e BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2021, n. 140 [Acessado 30 março 2022] , pp. 66-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>>. Epub 22 fev. 2021. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e das demandas do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. **Cartilha Estágio Supervisionado. Meia formação não garante um direito**. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Porto Alegre: L &PM, 1981

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez. 2003

GONÇALVES PEREIRA DE PAULA, L. (2018). Reflexões sobre o componente ideopolítico do trabalho profissional do assistente social. **Serviço Social Em Revista**, 20(2), 5–24. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2018v20n2p5>

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares. Oficina descentralizada de ABEPSS “**10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário**”. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006. Texto mimeo.

GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?” In: **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel, Unioeste, out, 2005.

GUERRA, Yolanda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009

GUERRA, Y.A.D.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF:2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana**. Ediciones Era / Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2000

GRAMSCI, Antônio. Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas. In: **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, V 2.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Volume 1.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. Literatura. Folclore. Gramática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Volume 6.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1989

IAMAMOTO, Marilda Vilella. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Nível de Instrução**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/analise04.shtm Acesso em: 2 de julho de 2021.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Educação. Fevereiro de 2011**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24417&catid=120&Itemid=2 Acesso em: 24 de agosto de 2021.

_____. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Cultura. Novembro de 2010.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/101117_sips_cultura.pdf Acesso em: 24 de agosto de 2021.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e terra. 2002

LARA, Ricardo; HILLESHEIM, Jaime. **Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária.** 2020. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/07/artigo_modernizacca7acc83o_trabalhista.pdf Acesso em: 10 de outubro. 2022.

LIGUORI, G. VOZA, Pasquale (orgs.) **Dicionário Gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017 (1º ed. Italiana, 2009), p. 700-703.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política – prefácio. In: **Os pensadores.** v. 35. São Paulo: Abril Cultura, 1974.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Coleção Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v.1, Tomo II, (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MANFROI, Vania. et. al. **As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais.** Projeto de Pesquisa-Edital Universal MCTI/CNPq n. 1/2016. Florianópolis. 2016.

MATOS, Maurílio Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade** nº 124. São Paulo. Oct./Dez. 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, C. A. et al. **QUEM FOMOS? QUEM SOMOS? Uma análise comparativa entre os estudantes de Serviço Social do ano 2000 e 2010 da UFF/Campos dos Goytacazes/RJ.** Trabalho apresentado no 4º Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense - UFF, realizado em Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, em março de 2010. Disponível em: <http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST12/ST12.2%20Carlos%20Antonio%20de%20Souza%20Moraes.pdf>. Acesso em: 02 de Março de 2022.

NEITSCH, L. S. et al. O UNIVERSO CULTURAL, POLÍTICO E SOCIAL DA UFSC E DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: CONFLUÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS. **Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA. Plaza Pública.** Tandil, Año 5 - Nº 8, Diciembre de 2012 – ISSN 1852-2459

OLIVERA, M. T. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO (A) ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL DO UNIFACEX. **Carpe Diem: Revista Cultura e Científica do UNIFACEX**. v. 11, n. 11, 2013. ISSN: 2237-8586. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/344>. Acesso em: 02 de março de 2022.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. P. 141-160

_____, **Capitalismo Monopolista y Servicio Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, **Ditadura e serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2013.

PIMENTA, S. G. LIMA. M. L.S.L. Estágio e Docência. São Paulo. Cortez. 2017

PIRES CORRÊA, Roberta; CASTRO, Helena; RODRIGUES FERREIRA, Roberto; ARAÚJO-JORGE, Tania; SOARES STEPHENS, Paulo, The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance, **International Journal of Educational Research Open**, Volume 3, 2022.

SANCHEZ CARAVACA, N. A. **EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE**: Uma análise a partir das realidades do Serviço Social portenho e florianopolitano. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, M.T.; MANFROI, Vania. Condições de trabalho das assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 178 – 196

SENNETT, R. A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO PRODUÇÕES 2016-2020

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
“O devir e o vir a ser”: os dilemas à transversalidade do ensino teórico-prático na formação profissional em Serviço Social	Sales, Leidiane Torres	Formação profissional; Transversalidade; Ensino teórico-prático Profissional.	Tese	http://tede.bc.upeb.edu.br/jspui/handle/tede/3578	O presente trabalho objetiva analisar a transversalidade do ensino teórico-prático no curso de Serviço social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Sousa-PB. Tem por objetivos específicos identificar como o projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UFCG está estruturado, evidenciando a estrutura dos componentes curriculares que possibilitam a efetividade da transversalidade do ensino teórico-prático; e investigar como os docentes apreendem a transversalidade do ensino teórico-prático na formação em Serviço Social, revelando as atividades acadêmicas e estratégias didático-pedagógicas utilizadas por estes com vistas à materialização do ensino teórico prático no curso de Serviço Social da UFCG. Temos no materialismo histórico dialético, o respaldo teórico-metodológico para desvelar o objeto em questão, situando o contexto contraditório que perpassa a efetivação da formação profissional. Trata-se de uma pesquisa empírica, documental, que se sustenta a partir análise do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social, dos planos de curso das disciplinas, da regulamentação de estágio, na busca de identificar a transversalidade teórico-prática na formação, como também da entrevista estruturada junto aos docentes da instituição, com vistas a apreender a concepção destes no tocante a transversalidade do ensino teórico-prático e os desafios a sua materialização, aos quais

					<p>processou análise de natureza qualitativa. Dentre os principais resultados da pesquisa destacam-se problemáticas que corroboram com a fragmentação do ensino teórico-prático tanto: na proposta pedagógica pela centralização do debate teórico-prático e da relação de unidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa nos componentes de Estágio e Supervisão Acadêmica; nas condições objetivas que se colocam para a efetivação da proposta de ensino expresso no reduzido quadro docente e na insuficiência de campos de estágio; pela reprodução de concepções equivocadas da relação de unidade entre as três dimensões que orientam o projeto de formação; e a dificuldade de mediação dos(as) docentes, de conceber e articular estratégias didático-pedagógica de fortalecimento da transversalidade do ensino teórico-prático, de trazer a dimensão técnico-operativa para o cotidiano do ensino na totalidade da formação conjugada as demais dimensões.</p>
As tendências pedagógicas na supervisão de estágio do curso de serviço social: a compreensão dos sujeitos	Almeida, Cleusimar Cardoso Alves	Serviço social; Função educativa; Tendência da emancipação; Tendência neoconservadora; Supervisão de estágio.	Tese	http://hdl.handle.net/11449/190788	A supervisão de estágio é fundamental na formação do assistente social, faz parte do processo de ensino-aprendizagem, trata-se de um espaço educativo que congrega as experiências dos estagiários, o próprio trabalho do assistente social e as questões institucionais. Esse momento oportuniza a formação profissional e a vivência da práxis. Neste sentido, o trabalho dos assistentes sociais, inclusive na supervisão de estágio, é permeado por tendência(s) pedagógica(s). A função pedagógica está relacionada à maneira de agir e pensar dos sujeitos nos processos de trabalho e nos vínculos que se estabelecem com as classes sociais. A tese propõe analisar as

					tendências pedagógicas presentes no processo.
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
A dimensão político-pedagógica do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no Estado do Rio Grande do Sul	Cezar, Camile Alves	Serviço social; Projeto ético-político; Assistente social; Formação profissional; Educação profissional; Estágio supervisionado.	Dissertação	http://hdl.handle.net/10183/216266	Esta dissertação objetiva apresentar como se constitui e se expressa a dimensão político-pedagógica do trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs a partir da supervisão de estágio em Serviço Social. As reflexões teóricas e empíricas ocorreram mediante a realização da pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Farroupilha (IFFAR) e Sul-riograndense (IFSUL). Buscou-se, através da área da educação profissional, enfatizar a sua importância para o acesso ao direito à educação pela classe trabalhadora, através da expansão da Rede Federal de ensino e conformação da Política de Assistência Estudantil. Analisou-se as demandas institucionais e requisições profissionais para o Serviço Social nos IFs, buscando evidenciar a dimensão político-pedagógica do trabalho profissional. Este espaço sócio-ocupacional se constitui um campo de mediações, que se tornam tanto mais complexas, quanto maior for a quantidade de determinações histórico-sociais, constitutivas do seu tecido social, visto que a educação não é um campo neutro, é um campo em que se disputam interesses de natureza diversa e antagônica. No desenho da pesquisa, identificou-se que a expansão dos Institutos e a nova forma de acesso à educação pública possibilitam o ingresso de estudantes com perfis socioeconômico, político, cultural e ideológico diferenciados, nas diferentes modalidades e

					<p>níveis de ensino, a partir das ações afirmativas formalizadas pela Lei nº 12.711/2012. Diante deste cenário e das demandas apontadas pelo Movimento estudantil e de trabalhadores da educação no que diz respeito às necessidades dos estudantes das Instituições Federais de Ensino, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), via Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). Nesse Programa, prioritariamente, os assistentes sociais desenvolvem suas atividades profissionais. Assim, procurou-se conhecer os aspectos constitutivos e singulares do trabalho dos assistentes sociais no espaço sócioocupacional dos Institutos, considerando que estes aspectos compõem o processo de supervisão de estágio de campo, atividade que se configura espaço de mediações entre a formação e o trabalho profissional, bem como, desafia aos profissionais a articulação de forma mais contundente das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A investigação envolveu um universo de 14 assistentes sociais distribuídos entre os campi e as Reitorias. Adotou-se uma abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético crítico, cujas categorias trabalho, historicidade, totalidade, contradição e mediação foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa através de um enfoque qualitativo na perspectiva de Minayo. Evidenciou-se, neste estudo, que a dimensão político-pedagógica se constitui no cotidiano profissional, na relação com os estudantes, nas relações institucionais com outros profissionais e nas ações de</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>gestão da Política de educação profissional e de Assistência Estudantil. Concluiu-se que a dimensão político-pedagógica do trabalho do assistente social se expressa na supervisão de estágio de campo, no processo de ensino-aprendizagem ao reconhecer e refletir supervisor e estudantes sobre a realidade profissional desse espaço sócio-ocupacional no âmbito da política de educação; no reconhecimento dos limites e das potencialidade das respostas profissionais ao enfrentamento da questão social, no sentido de avançar na construção do projeto profissional, na perspectiva de uma educação emancipadora. Sendo assim, compreende-se que a supervisão direta de estágio em Serviço Social deve ser potencializada no espaço sócio-ocupacional e garantida pela Universidade, articulada por meio da participação política e organizativa dos órgãos de representação da categoria.</p>
--	--	--	--	--	---

Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
Supervisão acadêmica de estágio em serviço social: potencialidades para a formação	Amicucci, Eliane Marques de Menezes	Serviço Social; Supervisão Acadêmica ; Educação; Trabalho profissional; Formação profissional.	Tese	http://hdl.handle.net/11449/154174	Esta tese apresenta a discussão sobre supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, que consiste num espaço de reflexão teórico-prática sobre o trabalho profissional articulada aos objetivos e conteúdo programático do curso, assim, trata-se de numa práxis educativa. Traz como objeto de estudo a dimensão pedagógica da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a dimensão pedagógica no processo de supervisão acadêmica de estágio nos cursos

profissio nal				<p>presenciais de Serviço Social no estado de São Paulo. Delimitou-se como recorte temporal o período de 1996 a 2016. Privilegiou-se o ano de 1996 devido à aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino em Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que prevê a indissociabilidade entre estágio, supervisão de campo e supervisão acadêmica, sendo um marco na formação profissional. Ainda no corrente período houve o acirrado processo de mercantilização da educação superior e expansão dos cursos de Serviço Social na esfera privada e na modalidade do Ensino à Distância (EAD). A metodologia utilizada pautou-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com abordagem quantitativa e qualitativa e pesquisa documental. Os instrumentos utilizados para o alcance dessa proposta de estudo foi o questionário e roteiros para a realização da técnica de entrevista. As análises foram realizadas através de categorias que emergiram da realidade concreta, como a concepção de supervisão acadêmica; dimensão educativa; unidade teoria-prática; matéria-prima da supervisão acadêmica; articulação entre formação e trabalho profissional e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Os participantes que compuseram a pesquisa foram supervisoras de campo, supervisoras acadêmicos, estagiários, coordenadores de estágio e coordenadora de curso de graduação em Serviço Social. O universo empírico da pesquisa constituiu-se nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) na modalidade presencial. Desvelamos que a supervisão acadêmica de estágio em</p>
------------------	--	--	--	--

					<p>Serviço Social é permeada por “velhos” desafios que acompanham a historicidade da supervisão de estágio em Serviço Social, bem como desafios contemporâneos permeados pelo contexto de precarização do trabalho docente nas UFAs. Por outro lado, identificamos que é uma atividade educativa, consistindo num espaço de reflexão teórico-prática das experiências vivenciadas no campo de estágio, sendo síntese dessa atividade; permite o conhecimento e análise do trabalho profissional a partir da construção de mediações; a relação entre supervisor acadêmico e estagiário pauta-se na perspectiva dialógica. A supervisão acadêmica tem se materializado nas UFAs conforme orientações político-pedagógicas da Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, entretanto, com desafios impostos pela própria lógica do capital que rebate na condição do trabalho docente, bem como limita a garantia da supervisão direta de estágio prevista na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) n. 533/2008. Concluimos que através da supervisão acadêmica de estágio é possível contribuir com a construção de um perfil profissional crítico, assim como a formação profissional atrelada aos princípios e valores de uma educação voltada à formação humana</p>
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
A supervisão de estágio em serviço	Fachina, Andreza Mendes	Serviço Social; Supervisão de estágio; Formação profissional	Dissertação	http://hdl.handle.net/11449/157498	Esta pesquisa se propôs a compreender e analisar a supervisão de estágio em Serviço Social e a articulação entre os sujeitos supervisor(a) acadêmica, supervisor(a) de campo e estagiário(a). Valendo-se da abordagem qualitativa, evidenciou-se a

social: aprendiz ados, contribui ções e desafios		I		<p>expansão do ensino superior e os impactos nos cursos de graduação em Serviço Social. Foi abordado o processo de formação profissional e o exercício da profissão frente à precarização do trabalho do(a) assistente social. O método utilizado para a interpretação da realidade foi o materialismo histórico-dialético, que permitiu à pesquisa a leitura crítica da realidade, elencando-se categorias filosóficas de historicidade, totalidade, particularidade e mediação. Utilizou-se tanto de pesquisa de bibliográfica quanto de campo. Para o estudo bibliográfico, serviram de base autores como Yamamoto, Paulo Netto, Guerra, Pereira, Lima, Santos, Lewgoy, Oliveira, Bourguignon e Marx. A pesquisa de campo teve como universo o curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB) e da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP, Câmpus de Franca). Como sujeitos participantes da pesquisa, contou-se com a coordenadora do curso de Serviço Social, duas supervisoras acadêmicas, dois supervisoras de campo, vinculados às Unidades de Formação Acadêmica e quatro estagiários(as) do quarto ano do curso de Serviço Social. A técnica de apreensão dos dados empíricos escolhida foi a entrevista com roteiro semiestruturado, utilizando-se o gravador como instrumento da apreensão dos dados. Na análise dos dados empíricos, por meio da perspectiva dialética, fez-se uso de categorias teóricas definidas de acordo com o objeto de estudo, refletindo a realidade do processo de supervisão de estágio em Serviço Social, a saber: o processo de supervisão de estágio em</p>
---	--	---	--	---

					<p>Serviço Social; a formação profissional; a precarização do trabalho do(a) assistente social; e a unidade teoria-prática. As análises evidenciaram a supervisão como um processo fundamental para a formação profissional, mas cuja efetiva interconexão entre supervisão acadêmica, supervisão de campo e estágio não ocorre no cotidiano do exercício da supervisão e, dessa maneira, contribui “precaricamente” com o processo de formação profissional. Contudo, existem muitos desafios para que essa interconexão de fato se realize. Ultrapassar a precarização das relações de trabalho expressa na falta de recursos, tanto materiais quanto humanos, no aumento da demanda e no acúmulo de trabalho possivelmente é a maior delas.</p>
<p>O estágio supervisionado e os desafios contemporâneos para a formação do assistente social no Ceará</p>	<p>Lima, Silvana Garcia de Andrade</p>	<p>Formação profissional; Estágio curricular supervisionado; Serviço Social</p>	<p>Tese</p>	<p>http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33186</p>	<p>A presente tese objetivou investigar o processo de formação do assistente social, centrado especialmente nas condições de efetivação do estágio supervisionado e suas repercussões, tendo em vista a expressiva ampliação das Instituições de Ensino Superior-IES's pública e, principalmente, da privada presencial. Recorreu-se à pesquisa qualitativa, utilizando os instrumentos metodológicos da observação, da entrevista aberta e do grupo focal. Os interlocutores da pesquisa foram os membros do Grupo de Trabalho de Formação Profissional do Conselho Regional de Serviço Social-3ª Região (CRESS), do qual participam as Instituições de Ensino Superior (IES) presenciais do Estado do Ceará, os Assistentes Sociais Supervisoras de Campo, que acompanham as atividades de estágio dos alunos (as) do curso de Serviço Social da Faculdade Terra Nordeste</p>

					(FATENE) Campus Caucaia, e Supervisoras de Campo, que acompanham os alunos (as) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), um membro da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS e um Representante do Conjunto CFESS/CRESS. O referencial teórico da pesquisa centrou-se na teoria crítica, base fundante do Serviço Social, e utilizou os autores Lewgoy (2010), Buriolla (2003), Iamamoto (2012), Dahmer (2013), Zabalza (2014), Pimenta (2006), dentre outros, como referência. Os resultados da pesquisa apontam para muitos desafios que supervisoras e supervisionados enfrentam no cotidiano da atividade de supervisão direta. As conclusões indicam vários obstáculos a serem superados na formação do assistente social no Ceará, sobretudo, concernentes ao momento da relação Teoria e Prática sintetizada no estágio, já que ele revela-se como uma etapa do processo formativo do assistente social, em que se evidencia a extrapolação da precarização das condições de formação e de trabalho.
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
O processamento do trabalho dos assistentes sociais: vínculo entre o trabalho	Pereira, Juliana Aparecida Cobuci	Serviço Social; Trabalho; Projeto ético-político; Processo de trabalho; Processamento do trabalho.	Dissertação	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6729	Esta dissertação constitui um esforço em destacar o vínculo entre o trabalho dos assistentes sociais e o projeto ético-político do Serviço Social. Nesta tarefa o processamento do trabalho é apresentado como categoria capaz de contribuir para a aproximação do universo mais particular do trabalho dos assistentes, aquele relativo à elaboração das respostas profissionais considerando as variadas mediações que interferem no trabalho. Com base na principal produção de Marilda Vilella

e o projeto ético- político do Serviço Social					Iamamoto busca-se destacar o significado social da profissão e a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Realiza-se a diferenciação entre processo e processamento do trabalho uma vez que é comum o seu emprego como sinônimos. Privilegia-se a condição de assalariamento dos assistentes sociais e a sua autonomia relativa como elementos fundamentais para a análise do trabalho dos assistentes sociais tendo em vista a limitação imposta aos profissionais por tais constituintes do trabalho do assistente social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujo levantamento de dados foi realizado por meio de entrevista junto à assistentes sociais no exercício da profissão e discentes do Curso de Especialização “Política Social, Serviço Social e Supervisão de Estágio” da Faculdade de Serviço Social/UFJF. A análise das entrevistas revelou principalmente o esforço das profissionais em elaborar respostas profissionais orientadas pelo projeto profissional crítico revelando que o referido projeto constitui-se na principal referência para o trabalho. Além disso, destacou-se a necessidade de aprofundamento sobre as referências teórico-metodológicas da profissão para favorecer a percepção do vínculo entre trabalho e projeto profissional.
Supervis ão de estágio em Serviço Social frente as condiçõe s de	Sgarbi, Gabrielle Stéphany Nascime nto	Supervisão de estágio em Serviço Social; Formação profissiona l; Condições de trabalho	Dissertação	http:// hdl.handl e.net/ 11449/15 7497	A pesquisa buscou analisar as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos no desenvolvimento da supervisão de campo e na formação profissional do (a) estagiário (a). O primeiro capítulo apresentou a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, objetivando propiciar que o leitor compreenda o

<p>trabalho do(a) assistente social supervisor (a) de campo e os seus rebatimentos na formação profissional do(a) estagiário(a)</p>		<p>do supervisor de campo.</p>		<p>caminho trilhado, o método, o universo, os sujeitos, as etapas, e os instrumentais utilizados. O segundo capítulo versou acerca do trabalho na sociedade capitalista, as condições de trabalho do(a) assistente social na contemporaneidade e as transformações societárias que condicionam o mundo do trabalho. O terceiro capítulo possui o intuito de compreender o processo de formação profissional do(a) assistente social na contemporaneidade, concomitantemente, buscou apresentar os dados apreendidos por meio de entrevistas realizadas com os(as) supervisores(as) de campo de estágio vinculadas ao NESS, da FCHS, apresentando a concepção de estágio pela óptica dos(as) supervisores(as), como ocorre a supervisão, as condições de trabalho do(a) assistente social e seus rebatimentos na formação e futura atuação profissional do(a) estagiário(a). O estudo baseou-se no método do materialismo histórico dialético, com abordagem qualitativa; utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentar o conhecimento teórico e embasar a análise dos dados, e a pesquisa de campo com vistas a aproximar a pesquisadora da realidade social estudada. Os resultados mostram que as condições de trabalho influem diretamente no desenvolvimento e na qualidade da atuação profissional, na supervisão de campo e na formação profissional do discente, inclusive determinando o início da aproximação do estagiário com a atuação do assistente social, podendo atribuir experiências significativas ou fragilizadas para o mesmo, contudo, por meio das categorias</p>
---	--	--------------------------------	--	--

					empíricas alguns elementos mostraram-se determinantes nesse processo, tais como: a formação continuada, a horizontalidade e o compromisso dos(as) supervisores(as) com a profissão, com a formação e com a futura atuação profissional do(a) estagiário(a).
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
Estágio supervisionado e o processo de supervisão: aprendizagem e conhecimento	Moreira, Mariane Costa	Estágio supervisionado; Supervisão de estágio; Formação profissional; Serviço social.	Dissertação	http://hdl.handle.net/11449/180664	O presente estudo discute o tema estágio supervisionado e o processo de supervisão na formação profissional do Assistente Social. Parte-se da concepção que o estudante quando realiza a atividade de estágio supervisionado, está construindo conhecimento e propiciando a direção da identidade profissional. Ressalta-se que o acompanhamento e reflexões do supervisor de campo com o estagiário influenciam na qualidade da formação profissional. Esse estudo tem por objetivo investigar a percepção de egressos de serviço social em relação ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento originado no período de estágio supervisionado em duas universidades públicas: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia. A perspectiva metodológica é de análise qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e de campo fundamentada nos marcos históricos da profissão enfatizando o processo de formação profissional e analisando o estágio supervisionado e a supervisão de campo a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. Como sujeitos da pesquisa, destacam-se supervisoras de campo e pesquisador de estágio. O estudo mostrou a

					necessidade de conscientizar a categoria acerca do processo de formação profissional do assistente social a fim de reconhecer a importância da atividade de estágio supervisionado bem como da supervisão, não apenas como atividades obrigatórias do currículo.
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
Educação permanente e estágio supervisionado em serviço social: uma equação possível?	Nascimento, Chrislayne Caroline dos Santos	Educação permanente ; Serviço social; Exercício profissional ; Estágio supervisionado	Dissertação	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24576	O objeto de pesquisa deste trabalho é a Educação Permanente no exercício profissional do Serviço Social, tendo como objetivo geral, analisar a efetivação da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS no exercício profissional dos assistentes sociais supervisoras de campo de estágio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como objetivos específicos: problematizar as contradições da exigência crescente por qualificação profissional na contemporaneidade e suas implicações para o exercício profissional do assistente social; analisar o estágio supervisionado como momento privilegiado para o ensino da prática e o aprimoramento intelectual do assistente social; investigar as experiências de Educação Permanente vivenciadas pelos assistentes sociais supervisoras de campo de estágio a partir da Política de Educação Permanente; e identificar os avanços e desafios do processo de efetivação da Educação Permanente. Esta pesquisa consubstancia-se a partir da perspectiva crítico-dialética, e a abordagem quantitativa de caráter exploratório. A metodologia adotada no processo investigativo consistiu em levantamento bibliográfico, análise documental, mapeamento dos campos de estágio de

					<p>Serviço Social na UFRN de 2011 a 2016, e entrevistas orientadas por roteiro semiestruturado. As entrevistas foram realizadas com uma amostra da pesquisa apresenta relatos de 2 (duas) professoras que já exerceram a supervisão acadêmica, e 5 (cinco) supervisoras de campo das seguintes áreas de atuação: Educação, Saúde e Assistência Social. No que se refere aos resultados obtidos nesta investigação, destacam-se três considerações: Primeiro, as contradições dos sentidos atribuídos à educação permanente que pode assumir funções antagônicas. Na lógica da economia da educação, ela pode ser funcional a formação e manutenção do capital humano necessário à expansão do capital. Numa perspectiva crítica de educação ela pode ser uma estratégia de resistência na formação e qualificação profissional que fortalece o compromisso social e ético com os interesses da classe trabalhadora. Segundo, apesar dos desafios postos a efetivação da Educação Permanente no exercício profissional dos supervisoras de campo, as experiências relatadas revelam-na como uma possibilidade profícua de aprimoramento intelectual que precisa ser fortalecida. Terceiro, a educação permanente na perspectiva de aprimoramento intelectual preconizada pelo Código de Ética reafirma a importância da produção do conhecimento na e sobre a profissão – constituindo um movimento da categoria na produção do conhecimento crítico sobre a realidade social e sobre ela mesma, como estratégia de fortalecimento do Projeto Ético Político da Profissão na contemporaneidade</p>
--	--	--	--	--	---

Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
A qualificação profissional das assistentes sociais do RN e seus determinantes socioeconômicos e ético-políticos: uma análise a partir da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS	Silva, Lizete Augusta Vidal Pereira Lopes	Trabalho; Educação permanente; Serviço social; Formação; Exercício profissional.	Dissertação	https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24580	O presente trabalho discute sobre os mecanismos de qualificação profissional acessados pelas assistentes sociais, e suas relações e implicações com a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS, tendo como objetivo geral analisar os determinantes socioeconômicos e ético-políticos presentes na busca das assistentes sociais do Rio Grande do Norte (RN) por qualificação profissional. No propósito, foi realizada uma pesquisa documental no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/RN – 14ª Região) entre os anos de 2013 e 2015, a partir das fichas de fiscalização, por meio da qual delimitamos a nossa amostra para a pesquisa de campo, efetuada com nove assistentes sociais mediante a realização de entrevista orientada por um roteiro semi-estruturado, associada ao levantamento bibliográfico, essencial para a construção e análise de nosso objeto. Ao longo do trabalho, consideramos as mudanças que ocorrem no plano social, político e econômico, engendradas pelo capital e o pelo mercado de trabalho, sendo orquestradas pelo neoliberalismo a partir da década de 1990, cujos rebatimentos atingem a classe trabalhadora e as assistentes sociais, objetiva e subjetivamente. Transformações essas que rebatem sobre a formação profissional, a qual se volta ao atendimento dos interesses desse mercado, forjando um determinado perfil profissional que se opõe ao proposto pelo projeto ético-político. Consequentemente, a defesa e o

					<p>direcionamento dado pela Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS ao processo de educação permanente das assistentes sociais encontra uma forte limitação, sobretudo nas reais possibilidades de a Educação Permanente contribuir para o processo de organização política da categoria. Assim, buscamos aqui refletir sobre a realidade encontrada no cotidiano profissional das assistentes sociais do RN acerca de seus processos formativos para além da graduação, bem como sobre os impactos de suas buscas por qualificação em seus exercícios profissionais, a partir das análises pautadas na tradição marxista. Observamos que o estágio supervisionado tem possibilitado aos/às assistentes sociais o acesso à (re)leituras, debates e (re)construções do conhecimento que, embora apresente-se com muitas limitações, pode ser oxigenado na direção da perspectiva de educação permanente que defendemos enquanto categoria. Vimos, também, que as dificuldades no processo de educação permanente das assistentes sociais norteriograndenses expressa um conjunto de determinações macrosocietárias que rebatem objetiva e subjetivamente na busca e no acesso dessas profissionais pelo aprimoramento intelectual. Destacamos que apenas com uma perspectiva de educação para além do capital podemos construir um processo de educação permanente que exceda as determinações impostas pelo mercado de trabalho, sendo muitas as limitações impostas pela sociabilidade do capital e pelas condições e relações de trabalho das assistentes sociais, o que nos impõe a</p>
--	--	--	--	--	--

					necessidade de resistir e lutar por meio das estratégias construídas coletivamente, das quais a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS faz parte.
--	--	--	--	--	--

Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social: Pressupostos Teóricos – Metodológicos e realidade em unidades de formação do Distrito Federal	Silva, Maria de Fátima dos Santos	Diretrizes Curriculares de Serviço Social; Política Nacional de Estágio; Supervisores; documentos; formação.	Dissertação	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4027	(ABEPSS, 1996) e PNE (ABEPSS, 2010). Pretendeu-se discriminar os instrumentais que estão contidos nas pastas individuais de estágio em relação aos estabelecidos na Política Nacional de Estágio. Considerou-se, por meio dessa pesquisa que há um elenco significativo de apontamentos que interferem na rotina de registro da documentação que é validador da ocorrência do estágio. O apontamento principal é que este quesito fica comprometido. O que é significativamente sério é colocar a documentação e sua organização em pastas e arquivo serem um validador oficial da realização do estágio. A intenção da observação e a consequente análise não foi a de apontar as discrepâncias ou nomear como sendo incompetência profissional os pontos frágeis identificados. O que não deixou de significar e atribuir a importância devida por ser o período de estágio curricular obrigatório um local de vivência profissional, mas, sobretudo de aprendizado. Notou-se nos resultados encontrados existem fragilidades que precisam ser olhadas, os nós que precisam ser desfeitos e as mudanças que necessitam acontecer. Acredita-se que essa pesquisa contribui para repensar, a partir da forma e do modo como os instrumentais são documentados.
Estágio	Silva,	Produção	Dissertação	http://	O trabalho ora apresentado trata do Estágio

<p>supervisionado obrigatório em serviço social: a produção teórica sobre a supervisão de campo</p>	<p>Liane Soraya Viana da</p>	<p>científica Formação profissional Estágio supervisionado</p>		<p>tede.bc.upepb.edu.br/jspui/handle/tede/2922</p>	<p>Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, destacando a produção teórica sobre a Supervisão de Campo, a partir dos artigos publicados nos principais periódicos da área, quais sejam: revista Serviço Social de Sociedade e revista Temporalis, no período de 2010 a 2016. Busca apreender como a Supervisão de campo vem sendo problematizada, diante de uma conjuntura de contrarreforma do Estado e desmonte das políticas sociais, que vem incidindo diretamente sobre o Serviço Social, seja no âmbito da formação, através da contrarreforma do ensino superior, seja no âmbito do exercício profissional, com a precarização das condições de trabalho e, sobretudo, as precárias formas de contratação. O referido objeto foi apreendido através de pesquisa bibliográfica e documental, de caráter essencialmente qualitativo, na qual se buscou analisar os artigos dos citados periódicos do Serviço Social, disponibilizados eletronicamente. Para a escolha dos artigos realizamos, inicialmente, a leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, separamos por periódico, em dois grupos: artigos sobre formação profissional em Serviço Social e artigos sobre estágio. Para a coleta dos dados recorremos a um roteiro de leitura e para a sua análise elaboramos alguns quadros onde foram sistematizados os conteúdos dos artigos selecionados. Nesse sentido, foram analisados 29 (vinte e nove) artigos, dos quais 08(oito) na Revista Serviço Social e Sociedade e 21(vinte e um) na Revista Temporalis. Os resultados encontrados sugerem que, apesar da categoria vir sinalizando a necessidade de</p>
---	------------------------------	--	--	--	--

					<p>centrar força nos debates sobre o estágio e a supervisão, considerados um dos grandes “nós” da formação profissional em Serviço Social, há uma incipiente produção sobre a temática. Se particularizarmos para a supervisão de campo, a produção teórica praticamente inexistente. Identificamos, portanto, uma parca produção sobre o estágio, o qual é considerado como um dos principais problemas enfrentados na formação profissional. Os artigos destacam a existência, ainda, de uma visão equivocada sobre o estágio como sendo o único componente curricular que possibilita uma visão sobre a prática profissional; a desarticulação entre supervisão acadêmica e supervisão de campo; o estagiário visto, muitas vezes, como mão-de-obra precarização das condições de trabalho do supervisor de campo; a impossibilidade destes participarem de eventos e a dificuldade de desenvolver junto ao discente a capacidade de apreensão da realidade e construir propostas de ação, bem como a ausência de discussões sobre o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo de estágio, principalmente, no que diz respeito ao supervisor de campo.</p>
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
Perspectiva da centralidade do estágio supervisionado na formação em	Honorato, Andreia Agda Silva	Estágio supervisionado; Serviço Social; Formação profissional	Tese	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19400	Esta tese tem como objeto de estudo o Estágio Supervisionado em Serviço Social – seu lugar na formação e os desafios a partir da compreensão de 18 docentes do curso de Serviço Social. Para adentrar nesta questão considerada como presente e latente, elegeu-se um universo de cinco (5) Unidades de Formação Acadêmica que compõem a região Sul II da micro capital

Serviço Social: questões presentes e latentes					<p>da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O objetivo geral centrou-se em realizar estudo sobre estágio supervisionado em Serviço Social direcionando a pesquisa para debates e análises sobre a perspectiva da centralidade do estágio supervisionado na formação, entretanto, na sua dimensão e nas considerações de todos os determinantes que imprimem o que é e o que deveria ser de fato o mesmo no processo. Contudo, trata-se de uma tese que defende o debate em tempo presente, pois inúmeros são os dilemas que o engendram, logo, um espaço que favoreça descortinar as lacunas ainda existentes no sentido de novas construções de proposituras de enfrentamento na perspectiva de possibilidades. Assim, a análise realizada a partir dos estudos e dos resultados da pesquisa, apontou a necessidade de fomentar nova agenda para a retomada de discussão e reflexão envolvendo todas ou a maioria das UFAS através de seus agentes para um debate pontuado detalhadamente em cada preconização posta na Política Nacional de Estágio em Serviço Social, do lugar do estágio posto desde a década de 1990, mais precisamente em 1996 pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social e regulamentado na resolução n. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social, pois as compreensões tem sido múltiplas e adversas, o que implica distorções e descumprimentos. Defende-se que é tempo de fertilizar o debate como aponta Iamamoto (2009)</p>
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:

<p>O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde</p>	<p>Moraes, Carlos Antonio de Souza</p>	<p>Formação profissional Trabalho profissional Pesquisa Dimensão investigativa Saúde</p>	<p>Tese</p>	<p>https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17771</p>	<p>Esta tese objetiva desvendar as mediações e contradições que se vinculam ao Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI, a partir do debate da formação e do trabalho profissional e suas particularidades na área da saúde, sob o enfoque da pesquisa e da dimensão investigativa. Para tanto, recorreu-se ao método qualitativo pautado no marxismo, articulando-o à pesquisa exploratória, através de investigação bibliográfica, documental e de campo. Esta última foi realizada com a Presidente da ABEPSS, gestão 2013-2014, por meio de entrevista semiestruturada, que teve por objetivo avaliar o lugar da pesquisa e da dimensão investigativa na formação profissional. Por outro lado, foi realizada entrevista estruturada com 07 assistentes sociais, trabalhadores da área da saúde e supervisoras de estágio cadastrados na UFF, em Campos/RJ, objetivando avaliar o trabalho empreendido pelo assistente social na área da saúde e, a partir daí, examinar o lugar que a pesquisa e a dimensão investigativa têm ocupado em suas atividades. Esta proposta esteve pautada nos critérios do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) envolvendo seres humanos, seguindo as recomendações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. De forma geral, os resultados apontam que o neoliberalismo do século XXI, apoiado em diretrizes de organismos internacionais, tem repercutido na política de educação superior através da diluição das fronteiras entre o público e o privado, de alterações na concepção de educação</p>
--	--	--	-------------	--	---

					<p>vinculada ao mercado e da precarização da formação profissional. Essa situação atinge o projeto de formação do Serviço Social atual, através da baixa qualidade do ensino e do aligeiramento da pesquisa e da capacidade de construção do conhecimento de forma crítica e autônoma. A essa realidade se articula o fato de que esta profissão sofre os processos gerais de precarização do trabalho, de suas condições e relações no cenário atual. Esses fatores, articulados a outros determinantes objetivos do trabalho profissional analisados ao longo da tese, têm contribuído para a ameaça à dimensão intelectual do trabalho na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social</p>
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
A supervisão direta de estágio em serviço social na formação profissional : um estudo a partir da experiência das supervisoras de campo da FAPEPE	Adriana Martins Gomes	Serviço social ; Estágio supervisionado; Formação profissional.	Dissertação	http://www.biblioteca.uel.br/documentos/vts000207365	A presente dissertação de Mestrado trata da supervisão direta de estágio em Serviço Social a partir da experiência das supervisoras de campo da FAPEPE. O desenvolvimento da pesquisa parte do seguinte problema: como os supervisoras de campo atuantes junto aos estudantes estagiários do curso de Serviço Social da FAPEPE reconhecem a supervisão direta no processo formativo do assistente social? O objetivo geral é analisar a supervisão direta no processo de estágio na formação profissional do assistente social da FAPEPE. Realizamos uma pesquisa social de natureza qualitativa. Os dados foram coletados por meio de: revisão de literatura; análise dos documentos relacionados ao processo de estágio supervisionado realizado pelos estudantes da FAPEPE; registro de respostas, por

					<p>meio de questionário aplicado, dos supervisoras de campo. A análise do tema divide-se em três eixos: a formação profissional e o estágio supervisionado; o processo do estágio na FAPEPE; as condições nas quais o estágio e a supervisão direta são executados. Quanto aos resultados, por meio da pesquisa documental, identificamos que a maior área de concentração de oferta de vagas de estágio é na área da assistência social. Quanto aos supervisoras de campo, a maioria formou-se na década de 1990, realizando a graduação após a implantação das Diretrizes Curriculares. O perfil do estudante-estagiário revela que a predominância é de mulheres, reforçando o caráter da profissão eminentemente feminina, e as atividades realizadas pelos estagiários estão de acordo com o objetivo proposto pelo Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da FAPEPE. O resultado da pesquisa de campo permite afirmar que as condições de trabalho do assistente social impactam tanto no planejamento, como na execução da supervisão direta.</p>
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
A supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares de 1996: uma	Lima, Laura Cristina Gomes	Serviço social; Formação profissional; Supervisão de estágio; Diretrizes Curriculares 1996; Política	Dissertação	http://hdl.handle.net/11449/148568	A formação profissional em Serviço Social é temática essencial para a categoria que pauta por um perfil profissional comprometido com a qualidade dos serviços oferecidos à população e atenta as novas demandas apresentadas no cotidiano profissional. Tal cotidiano é experimentado em sua concretude pelos futuros assistentes sociais por meio do estágio supervisionado, o qual se configura como um importante espaço para a

<p>análise de seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social em uma instituição universitária paulista</p>		<p>Nacional de Estágio.</p>		<p>mediação da relação teórico-prática e da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O estágio supervisionado foi reafirmado a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 como atividade integradora do currículo e tendo como um dos princípios a indissociabilidade entre o estágio e a sua supervisão. O presente trabalho tem por objetivo analisar, algumas das questões que envolvem a formação profissional do assistente social com ênfase no estágio supervisionado. Essa análise se dará a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 e sua materialização no Projeto Político Pedagógico de 2000 do curso de graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus Franca. Para este estudo construiu-se um panorama histórico da constituição do processo de formação profissional dos assistentes sociais. Posteriormente procedeu-se à caracterização do curso de Serviço Social da Unesp – lócus da pesquisa, por meio da trajetória histórica do curso desde a sua implantação até o período de 2016 com as últimas turmas regidas pelo Projeto Político Pedagógico de 2000. Apropriou-se do referencial teórico materialista histórico dialético para o desvelamento do movimento da realidade da formação profissional com vistas a apresentar o processo de (re) construção da atividade do estágio supervisionado no referido curso. A metodologia pautou-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo e a análise com abordagem qualitativa, os instrumentais oportunizaram uma</p>
--	--	-----------------------------	--	---

					aproximação da realidade concreta a partir das entrevistas semiestruturadas com os sujeitos partícipes da atividade curricular do estágio supervisionado envolvendo, portanto, supervisoras de campo, supervisoras acadêmicos e estagiários, bem como o coordenador do Núcleo de Estágio em Serviço Social, o coordenador do Conselho de Curso de Serviço Social e uma estudiosa da temática integrante do corpo docente da universidade.
Título	Autor/a	Palavras chave	Documento	Link	Resumo:
A construção da identidade e profissional em serviço social e a contribuição do estágio supervisionado	Walhers, Maicow Lucas Santos	Identidade profissional; Estágio supervisionado; Serviço social; Ensino-aprendizagem.	Dissertação	http://hdl.handle.net/11449/148778	O presente trabalho teve como objetivo compreender como se configura a construção da identidade profissional em Serviço Social e como o estágio supervisionado contribui (ou não) nesse processo a partir dos sujeitos significativos: supervisoras de campo, acadêmicos e estagiários. A identidade profissional caracteriza-se como categoria histórica, que deve ser apreendida somente a partir da dinâmica da realidade social e nela, inserida o Serviço Social enquanto resposta do Estado, da burguesia e da Igreja Católica a partir do agravamento da questão social. Partimos da contribuição da teoria social crítica marxiana, principalmente de Gramsci, para a compreensão do Estado ampliado, da busca pela hegemonia do projeto ético-político no Serviço Social e da identidade profissional. Procuramos analisá-la a partir da categoria trabalho e sua centralidade no mundo do trabalho, enquanto atividade ontológica do homem e sua configuração a partir da constituição da ordem burguesa. O estágio supervisionado é colocado como um dos elementos centrais na construção

					<p>da identidade profissional e na relação teoria e prática diante da dimensão investigativa e interventiva da profissão. Enquanto espaço de mediação da práxis profissional o estágio supervisionado adquire um novo significado a partir das Diretrizes Curriculares em Serviço Social e da Política Nacional de Estágio – PNE, sendo considerado como um dos momentos onde o estagiário poderá (ou não) se identificar com a profissão, rompendo com a identidade atribuída da profissão ou reforça-la nos espaços sócio-ocupacionais. Também analisamos o Serviço Social na contemporaneidade e sua busca de ruptura com o Serviço Social tradicional e se este se reatualiza frente às mudanças no mundo do trabalho diante do avanço do conservadorismo na profissão.</p>
--	--	--	--	--	---

Revistas

Título	Ano	Autor/a(s)	Palavras chave	Documento	Resumo/ Conteúdo
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL : A INDISSOCIABILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E TRABALHO	2020	Mônica Freitas Ferri.	Estágio supervisionado; Trabalho profissional; Formação profissional.	Artigo	Componente central no processo de formação profissional o estágio supervisionado em Serviço Social é lócus privilegiado da relação teoria e prática. Compreender essa relação requer analisar o significado sócio histórico da profissão na sociedade capitalista. No contexto contemporâneo a reestruturação do Estado e suas respostas às expressões da questão social impactam diretamente o trabalho do assistente social e conseqüentemente o estágio supervisionado. Este artigo discute o estágio supervisionado considerando a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Entende o

LHO PROFIS SIONAL					desenvolvimento da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa presente nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS como necessárias para o exercício profissional. A revisão de literatura permite afirmar que a articulação dessas dimensões no cotidiano da formação e do trabalho do assistente social coaduna com a direção expressa no projeto ético-político da profissão e é forma de resistência e luta nos tempos atuais.
PARÂM ETROS PARA ORGAN IZAÇÃO DOS FÓRUN S DE SUPERV ISÃO DE ESTÁGI O EM SERVIÇ O SOCIAL	2018				Os desafios do estágio supervisionado em serviço social na defesa da qualidade da formação e do exercício profissional; O fórum de supervisão de estágio em serviço social: estratégia política de fortalecimento do debate e de construção de alternativas à qualificação da formação e do trabalho profissional; Organização e operacionalização dos fóruns locais, microrregionais, estaduais, regionais e nacional.
A PROPOS TA DAS OFICIN AS NAS DIRETR IZES CURRIC ULARE S: ELEMEN TOS	2018	Luciana Gonçalves Pereira de Paula; Ana Cláudia Leiroz Nacarat; Camila Martins da Silva.	Serviço Social; Oficina; Diretrizes curriculares; Assistente Social; Formação profissional.	Artigo	Esse artigo traz ao debate um elemento curricular inovador para a formação profissional em Serviço Social, presente nas Diretrizes Curriculares de 1996: a oficina. Para isso, resgata o avanço das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no sentido de compreender a proposta de formação em Serviço Social pautada no referencial crítico marxista. Em seguida, discorre sobre o papel das Oficinas de Trabalho Profissional e de Supervisão de Estágio e o seu significado.

PARA DEBATE					Posteriormente, apresenta a visão das alunas, formandas da FSS/UFJF, no ano de 2016, acerca da metodologia desenvolvida nesses espaços. Ao final, destaca o avanço do conservadorismo na profissão, com os processos de mercantilização da educação sob os princípios do neoliberalismo, para pensarmos estratégias de fortalecimento de nossa categoria profissional na defesa de uma formação de qualidade.
Título	Ano	Autor/a(s)	Palavras chave	Documento	Resumo/ Conteúdo
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL : REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2017	Marina Monteiro de Castro e Castro; Ana Maria Ferreira.	Formação profissional; Estágio; Serviço Social.	Artigo	O artigo apresenta análise dos relatórios de pesquisas realizadas na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora nos anos de 2015/2016 que teve como objetivo avaliar o processo de supervisão de estágio e seus desafios contemporâneos. Foram levantadas questões acerca das condições de trabalho dos profissionais, características da política de estágio e sua contribuição para a formação e o trabalho profissional, bem como sobre a organização do processo de supervisão.
ARTICULAÇÃO ENTRE SUPERVISÃO DE	2016	Adriana Ramos; Francine Helfreich Coutinho dos Santos.	Estágio Supervisionado; Projeto Ético-Político; Supervisores.	Artigo	Este artigo é produto de questões levantadas a partir das reflexões das autoras na condição de supervisoras acadêmicas de estágio. Neste espaço de interlocução pretende-se apresentar considerações sobre a centralidade do

CAMPO E ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL					estágio supervisionado e a articulação entre o papel de seus principais sujeitos na perspectiva do Projeto Ético Político. Parte-se do princípio de que é necessário retomar algumas reflexões considerando como eixo de análise a questão das atribuições privativas e competências do assistente social, que se configuram como uma particularidade do exercício profissional. Procurase estabelecer considerações de como, coletivamente, propostas de ação podem ser pensadas para o enfrentamento desta questão que se encontra na pauta do dia.
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL : DESFAZENDO OS NÓS E CONSTRUINDO ALTERNATIVAS	2016	Rodrigo Teixeira; Isaura Aquino; Telma Gurgel.	Formação Profissional; Estágio Supervisionado em Serviço Social; ABEPSS Itinerante	Relatório do Projeto ABEPSS Itinerante 2014	Esse documento é o Relatório do Projeto ABEPSS Itinerante “O estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas”, que ocorreu em 23 estados do Brasil no ano de 2014. Apresentamos uma síntese da sua execução e as principais recomendações e encaminhamentos, construídas durante o processo das oficinas. O texto está dividido em quatro itens. No primeiro, apresentaremos a estrutura e proposta pedagógica do projeto ABEPSS Itinerante, em sua segunda edição. Em seguida, trabalharemos os nós críticos identificados nas oficinas. No próximo item, exporemos algumas questões em torno do debate da unidade teoria e prática. Por fim, indicaremos as estratégias construídas nas oficinas do projeto, para os enfrentamentos dos nós críticos, no processo do estágio supervisionado em Serviço Social.

Título	Ano	Autor/a(s)	Palavras chave	Documento	Resumo
--------	-----	------------	-------------------	-----------	--------

Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social	2016	Moíza Siberia Silva de Medeiros	Fundamentos teórico-metodológicos ; Teoria e Prática; Formação Profissional; Supervisão de Estágio em Serviço Social.	Ensaio	Este artigo discute os aspectos teórico-metodológicos da relação entre teoria e prática na formação profissional e no processo de estágio em Serviço Social, destacando duas concepções antagônicas: a pragmática e a marxiana. É fruto de reflexões teóricas e das experiências acumuladas no processo de supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. Apresenta os desafios enfrentados no processo de supervisão de estágio na contemporaneidade.
A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social	2016	Reginaldo Guiraldelli ; Janaina Loeffler de Almeida	Serviço Social; Formação profissional; Estágio; Fórum.	Relato de experiência	Este artigo apresenta reflexões acerca da construção e fortalecimento dos Fóruns de Supervisão de Estágio como espaços político-formativos de interlocução, articulação, resistência e luta do Serviço Social brasileiro em defesa de uma formação crítica, pública, laica, presencial, democrática e de qualidade. Aborda o Fórum como um dos espaços estratégicos de organização e participação política da categoria, que contribui para o processo de formação continuada e de debates sobre estágio supervisionado. Com base em dados obtidos nos Fóruns realizados na regional centro-oeste, 2013-2014, são apresentados impasses e desafios para a consolidação dos fóruns, sinalizando a necessidade de estratégias coletivas, diante das adversidades postas na contemporaneidade que incidem na formação e exercício profissional.
Reflexões sobre o estágio na educação superior	2016	Maisa Miralva da Silva; Eleusa Bilemjian Ribeiro	Estágio; Educação superior; Serviço Social.	Artigo	O presente artigo traz uma discussão sobre o estágio, enfocando-o como componente do processo de formação nos cursos de nível superior, conforme mostra a história da educação brasileira. Objetivo é apresentar algumas reflexões

e sua particularidade no Serviço Social					sobre o curso de Serviço Social e o estágio como aproximação e introdução dos estudantes ao exercício profissional, preparando-os para a vivência de aspectos éticopolíticos, teórico-metodológicos e técnico-operacionais da profissão. O estágio compõe uma diversidade metodológica que tem traçado os rumos da sua supervisão, de seus objetivos e de suas concepções. Alguns desses elementos caracterizam o estágio como atividade complementar, periférica, exógena aos propósitos do processo de formação o que, em alguns casos, fortalece a dicotomia teoria-prática e o conservadorismo na profissão.
O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contrarrente	2016	Maria Célia Correia Nicolau; Tássia Rejane Monte Santos	Estágio; Formação profissional; Serviço Social; Dimensão socioeducativa .	Artigo	O objetivo do artigo é expor algumas reflexões sobre os desafios históricos e contemporâneos relativos ao processo de estágio, parte integrante da formação profissional na área de Serviço Social. Apresenta uma análise teórico-crítica que ressalta, no projeto de formação em de Serviço Social, reflexos da cultura profissional crítico-hegemônica, estabelecendo uma relação direta entre a postulação da nova tradição profissional e os limites postos a sua materialização. Conclui que o exercício profissional integra o processo de aprendizagem em um movimento contínuo de reconfiguração e reconstrução do saber, incorporando o novo entre formandos e formadores.
Título	Ano	Autor/a(s)	Palavras chave	Documento	Resumo
Supervisão de estágio em	2016	Lesliane Caputi	Serviço Social; Supervisão de Estágio;	Artigo	O artigo propõe reflexões acerca de textos e contextos que envolvem a supervisão de estágio em Serviço Social, considerando as significâncias e

Serviço Social: significâncias e significados			Formação; Exercício Profissional.		significados da supervisão de estágio, especialmente no que diz respeito às atribuições privativas da assistente social. Embasado no método crítico-dialético, aborda a supervisão de estágio enquanto dimensão da formação e exercício profissional, não desvinculada dos seus componentes ético-filosóficos, pedagógicos, políticos, e dos aspectos elementares para o estágio.
Formação profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes	2016	Regina Célia Mioto; Vera Nogueira		Editorial	
O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social	2016	Maria Erica Ribeiro Pereira	Estágio; Formação profissional; Serviço Social.	Artigo	Este artigo analisa o estágio supervisionado frente à conjuntura atual da formação em Serviço Social, com suporte em pesquisas bibliográfica e documental. Insere-se o estágio nas estratégias de efetivação da Educação Superior brasileira e na formação de assistentes sociais, o qual é compelido pelo solapamento da educação crítica, universitária, pública, gratuita e de qualidade.

Título	Ano	Autor/a(s)	Palavras chave	Documento	Resumo
--------	-----	------------	----------------	-----------	--------

Caminhos da formação : os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins	2016	Maria Helena Cariaga; Maria José Antunes da Silva	Palavras-chave: Estágio. Supervisão em Serviço Social. Formação profissional.	Artigo	Este texto tem por objetivo expor parte da experiência vivenciada na supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, bem como refletir acerca dessa temática instigante que envolve diretamente os professores, os discentes e os supervisoras de campo. O debate traz também os desafios que essa área da formação enfrenta no cotidiano, para sua realização diante da realidade no âmbito da particularidade, sem perder de vista a universalidade que envolve a temática.
---	------	---	---	--------	--

Número total de teses: 6

Número total de dissertações: 7

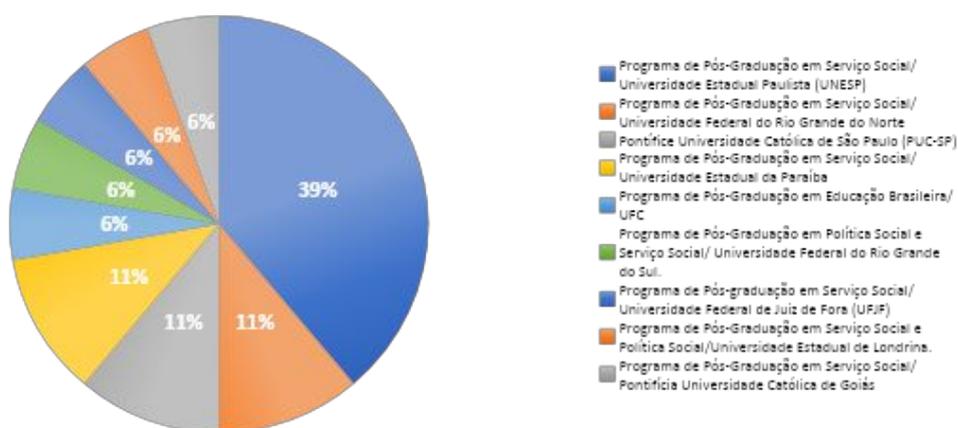
Número total de Artigos: 9

Número total de editoriais: 1

APÊNDICE B

PROGRAMAS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES (PORCENTUAL)

Teses e Dissertações Programa/Universidade



APÊNDICE C

Instituições produtoras de artigos, documentos e relatos de experiência

Artigos/ Documentos/ Relatos

Instituição	Quantidade
ABEPSS	2
UFRJ/UFVJM	1
UFJF/UFRJ	1
UFF/UFRJ	1
UFJF	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	1
Universidade de Brasília (UnB)/	1
Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN)	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1
Universidade Estadual do Ceará	1
Universidade Federal do Tocantins	1

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PARA SUPERVISORAS DE CAMPOS DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL DE SANTA CATARINA

QUESTIONÁRIO SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

<https://docs.google.com/forms/d/1q6sPK54-6GAJTCC-dnsLakUTVaOs...>

QUESTIONÁRIO SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente – como sujeito de pesquisa– do estudo intitulado “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais.

A pesquisa está sob a coordenação da professora Dra. Vania Maria Manfroi, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Este projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - sob o N. 424845/2016-4 e tem como objetivo analisar as formas de estruturação e dinâmica do estágio em Serviço Social e as determinações do mercado de trabalho, considerando as condições laborais dos profissionais supervisores de estágio e estudantes estagiários de Serviço Social.

Assim, se decidir participar da coleta de dados da pesquisa você estará colaborando para a apreensão dos aspectos que envolvem o estágio supervisionado em Serviço Social no âmbito do estado de Santa Catarina. Ainda que isso não implique em benefícios diretos e imediatos para você, as informações repassadas subsidiarão a produção do conhecimento na área, contribuindo também para o aperfeiçoamento das ações no âmbito do mercado de trabalho e da formação profissional. Você responderá a um questionário on line organizado em questões abertas e fechadas sobre as condições de trabalho e realização do estágio supervisionado em Serviço Social.

O presente termo assegura os seguintes direitos: a) garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização; b) liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa; c) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade; d) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; e) serão ressarcidas despesas previstas e imprevistas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, conforme Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). As despesas serão ressarcidas mediante apresentação de recibo comprobatório, enviado por email à coordenadora da pesquisa, por meio de depósito do valor em conta corrente fornecida pelo sujeito da pesquisa.

A pesquisa não causará danos materiais nem oferecerá riscos às suas atividades cotidianas, no entanto se houver algum dano decorrente do preenchimento deste questionário (desconforto psicológico em função da evocação de memórias, sofrimento em face das reflexões que o questionário pode provocar, etc.), nos responsabilizamos em viabilizar o acesso aos serviços disponíveis na rede pública de saúde, inclusive após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa. Na ocorrência de algum dano, nos responsabilizaremos pela proporcional indenização. Você não arcará com qualquer gasto decorrente da participação (entrevista, observação). Você não receberá qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação nesta pesquisa.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, mas exporão apenas os resultados em geral. Seu nome não será utilizado em momento algum da pesquisa, garantindo o anonimato. Somente serão divulgados os dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. Os pesquisadores serão as únicas pessoas a terem acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. Mesmo sendo remota a possibilidade, caso haja involuntária ou não intencionalmente a quebra de sigilo, as consequências serão tratadas nos termos da lei. Os responsáveis pela pesquisa se comprometem a seguir e cumprir com todas as determinações da Resolução Nº 466/2012 do CNS que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Se tiver alguma dúvida sobre as etapas, roteiros ou sobre o projeto você poderá entrar em contato com a coordenadora da pesquisa, Profa. Dra. Vânia Maria Manfroi pelo e-mail: vaniamanfroi@gmail.com.
Segue também o contato do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH), um órgão

colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à UFSC, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEPESH está situado no Prédio da Reitoria 2 (Edifício Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Bairro: Trindade –Florianópolis, CEP: 88040- 400. Contatos poderão ser feitos pelo telefone (48) 3721-6094 ou pelo e-mail cep.propesq@contato.ufsc.br. De acordo com a Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016 do CNS, o registro do seu consentimento ocorrerá no preenchimento das questões referentes à participação da pesquisa.
Professora Dra. Vânia Maria Manfroi
Coordenadora da Pesquisa

*Obrigatório



QUESTIONÁRIO SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO



Do consentimento

1. **Concordo em participar desse estudo:** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2. **Fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima:** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

INFORMAÇÕES GERAIS

3. **1. Qual a sua idade?** *

4. 2. Qual seu sexo? **Marcar apenas uma oval.*

- Feminino
 Masculino

5. 2.1 Qual sua identidade de gênero? **Marcar apenas uma oval.*

- Mulher cisgênera
 Homem cisgênero
 Mulher transexual/transgênera
 Homem transexual/transgênero
 Não-binário
 Prefiro não me classificar
 Prefiro não responder
 Não sei responder
 Outro: _____

6. 2.2 Qual a sua orientação sexual? **Marcar apenas uma oval.*

- Homossexual
 Heterossexual
 Bissexual
 Pansexual
 Assexual
 Prefiro não me classificar
 Prefiro não responder
 Outro: _____

7. 3. Qual sua religião? *

8. 4. Qual sua pertença étnico-racial (autodeclaração)? *

FORMAÇÃO

9. 5. Instituição em que se graduou em Serviço Social *

10. 6. Ano *

11. 7. Modalidade do Curso *

Marcar apenas uma oval.

- Presencial
 À distância
 Semi-presencial

12. 8. Possui outra graduação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

13. 9. Se sim, qual(is)?

14. 10. Você realiza ou realizou alguma dessas modalidades de formação? (múltipla escolha)

Marque todas que se aplicam.

- Cursos de curta duração
- Workshops
- Eventos da categoria profissional
- Simpósios
- Conferências
- Seminários
- Aperfeiçoamento
- Especialização
- Residência
- Mestrado Acadêmico
- Mestrado Profissional
- Doutorado
- Pós-Doutorado
- Outro: _____

RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO**15. 11. Há quanto tempo atua como assistente social? ***

16. 12. Quantos vínculos empregatícios você possui? *

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- Mais

17. 13. Os diferentes vínculos são na área de Serviço Social?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não possui outro(s) vínculo(s)

18. 14. Qual sua renda bruta considerando todos os vínculos empregatícios? *

Marcar apenas uma oval.

- De 1 até 2 salários mínimos
- Mais de 2 até 3 salários mínimos
- Mais de 3 até 4 salários mínimos
- Mais de 4 até 5 salários mínimos
- Mais de 5 até 7 salários mínimos
- Mais de 7 até 10 salários mínimos
- Mais de 10 até 15 salários mínimos
- Mais de 15 salários mínimos

19. 15. Caso tenha mais de um vínculo empregatício na função de assistente social, as instituições empregadoras se localizam no mesmo município? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não possui outro(s) vínculo(s)

20. 16. Se não, qual a distância entre os municípios?

21. 17. No total, qual a sua jornada de trabalho semanal? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 20 horas
- 20 horas
- 24 horas
- 30 horas
- 40 horas
- 50 horas
- 60 horas
- Outro: _____

Atenção: As questões seguintes devem ser respondidas para o vínculo na área de Serviço Social em que realiza supervisão de campo. Caso a atividade seja realizada em mais de uma instituição, escolha aquela que considera o vínculo principal.

22. 18. A definição do seu vínculo empregatício principal foi em função de: (múltipla escolha) *

Marcar apenas uma oval.

- Maior salário
- Estabilidade de emprego
- Melhores condições de trabalho
- Satisfação pessoal/profissional
- Maior tempo de serviço
- Outro: _____

23. 19. Qual o tipo de vínculo que você possui com a instituição empregadora na área de Serviço Social? *

Marcar apenas uma oval.

- Autônomo
- Celetista (CLT)
- Regime Jurídico Único / Concursado
- Contrato de Trabalho Temporário
- Prestação de Serviço
- Voluntário
- Terceirizado
- Outro: _____

24. 20. Ter CNPJ próprio é condição de contratação para desenvolver sua atividade principal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

25. 21. Qual a natureza jurídica da instituição empregadora? *

Marcar apenas uma oval.

- Direito Público
- Direito Privado
- Associação sem fins lucrativos
- Empresa de economia mista
- Empresa privada
- Pública Estatal
- Pública Municipal
- Pública Federal
- Empresa Terceirizada
- Fundação
- Organização Social
- Terceiro Setor
- Outro: _____

26. 22. Qual a sua jornada de trabalho semanal na instituição que considera como seu vínculo principal? *

Marcar apenas uma oval.

- 10 horas
- 20 horas
- 30 horas
- 40 horas
- 44 horas
- Outro: _____

27. 23. Há quanto tempo trabalha nesta instituição? *

28. 24. Qual(is) a(as) área(s) que você atua na instituição? (múltipla escolha) *

Marque todas que se aplicam.

- Política de Assistência Social
- Política de Saúde
- Política de Previdência Social
- Política de Educação
- Política Habitação
- Recursos Humanos
- Política de Benefícios Sociais
- Política ambiental
- Movimento Social
- Responsabilidade Social
- Política Judiciária
- Política de Segurança Pública
- Outro: _____

29. 25. Qual a nomenclatura do cargo que ocupa na instituição? *

Marcar apenas uma oval.

- Analista de Recursos Humanos
- Analista Social
- Assessor
- Assistente Social
- Gestor de Benefícios
- Gestor de Pessoas
- Técnico Social
- Outro: _____

30. 26. Quais as principais atividades que você desenvolve na instituição? *

Relação entre condições de trabalho e supervisão de campo de estágio

31. **27. Em relação às políticas adotadas pelo seu principal empregador: (múltipla escolha) ***

Marque todas que se aplicam.

- Existe uma política de capacitação na instituição
- Existe uma política de planos, cargos e salários na instituição
- Existe uma política de reajuste salarial na instituição
- Nenhuma das alternativas anteriores

32. **28. Existe entidade sindical que represente os trabalhadores da instituição? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

33. **29. Caso exista entidade sindical, de que forma ocorre a sua participação? (múltipla escolha) ***

Marque todas que se aplicam.

- Participa das assembleias
- Participa ou participou da diretoria do sindicato
- Já disputou a diretoria do sindicato
- Contribui com a anuidade sindical
- Já aderiu a greves e paralisações
- Nenhuma das opções anteriores
- Não sou sindicalizada(o)
- Outro: _____

34. **30. Participa de outras formas de organização coletiva? Qual (is)?**

35. **31. Você já enfrentou alguma situação de discriminação no âmbito do trabalho por opção religiosa, orientação sexual, identidade de gênero, questão étnico-racial, de classe ou de algum outro tipo? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

36. 32. Em caso positivo, de que tipo?

37. 33. Você já vivenciou alguma situação de assédio moral no seu local de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

38. 34. Você já vivenciou alguma situação de assédio sexual no seu local de trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

39. 35. Em relação as suas condições de trabalho assinale aspectos presentes no seu espaço laboral: (múltipla escolha) *

Marque todas que se aplicam.

- Acesso aos meios de divulgação da produção de conhecimento do serviço social (revistas, livros, etc.).
- Ambiente de trabalho salubre.
- Convive com pessoas com altos níveis de estresse.
- Equipamentos necessários e adequados para realizar as suas atividades de trabalho (telefone, computador, impressora, veículo, mobiliário, etc.).
- Espaço físico para realizar atividades coletivas em equipe.
- Espaço físico para realizar atividades coletivas com usuários.
- Faz uso constante de celular/computador vinculado a internet para resolver questões relacionadas ao seu trabalho, fora do horário de trabalho.
- Instalações adequadas (banheiro, cozinha, sala de espera, estrutura predial em geral, etc.).
- Possibilidades de ascensão profissional.
- Prazos adequados para elaborar relatórios, pareceres e outros tipos de registros.
- Sala para atendimento aos usuários que garanta o sigilo das informações.
- Trabalha em casa para resolver questões relacionadas a sua atividade profissional.
- Outro: _____

40. 36. Em relação ao desenvolvimento de seu trabalho: (múltipla escolha) *

Marque todas que se aplicam.

- A equipe multiprofissional define as atividades a serem realizadas.
- As chefias definem quais atividades e quando devem ser realizadas.
- As tarefas são definidas por pessoas e setores a que tem pouco acesso.
- Há respeito por parte de outros profissionais que atuam juntamente com o Serviço Social, às formas de pensamento, metodologias e conteúdo das decisões relativas ao trabalho profissional.
- Participa de reuniões periódicas nas quais são discutidas as demandas dos usuários e da instituição, encaminhamento, questões práticas e teóricas, problemas com a equipe de trabalho, etc..
- Tem liberdade de expressar a perspectiva teórica-metodológica que segue profissionalmente.
- Tem autonomia para definir suas ações profissionais.
- Há interferências políticas ou intimidação em relação às atividades privativas da profissão.
- Tem liberdade para expor à chefia imediata as dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho.
- Tem possibilidades de discutir questões relacionadas à definição orçamentária para a execução de programas/projetos/ações/serviços.
- Trabalha com equipe multiprofissional.
- Participa de atividades periódicas de planejamento, monitoramento e avaliação.
- Há equilíbrio entre as exigências institucionais e o volume/condições de trabalho.
- Há constantes conflitos com usuários.
- Há constantes conflitos com outros profissionais.
- Há constantes conflitos com pessoas que ocupam cargos ou funções de chefia no âmbito da instituição empregadora.
- Realiza excessivas tarefas burocráticas, diferentes das suas próprias.
- Realiza tarefas contraditórias com os princípios ético e políticos da profissão.
- Há sobrecarga de tarefas a serem realizadas diariamente.
- Sente-se realizado(a) profissionalmente e gosta do que faz.
- Identifica-se com os valores da instituição empregadora.
- Identifica-se com os valores da profissão.
- Seu potencial profissional é bem utilizado e/ou valorizado.
- Há conflitos com supervisores acadêmicos.
- Outro: _____

Saúde e Trabalho

41. 37. Em relação à saúde e trabalho, assinale se você enfrenta ou enfrentou algumas das ocorrências a seguir: (múltipla escolha) *

Marque todas que se aplicam.

- Desgaste emocional.
- Esgotamento físico.
- Estresse.
- Faz uso de medicamentos contínuos por doenças relacionadas ao trabalho.
- Já adoeceu em virtude do trabalho.
- Já sofreu retaliação em razão da necessidade de receber cuidados em saúde.
- Nos últimos 2 meses já teve que trabalhar com problemas de saúde.
- Riscos de acidentes na realização do seu trabalho.
- Sofrimento psíquico.
- Solicitou licença saúde em algum momento.

42. 38. Caso trabalhe em ambiente insalubre, recebe adicional de salário?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não se aplica

43. 39. Há algum aspecto que dificulte a realização de suas atividades profissionais que não tenha sido contemplado nas questões anteriores? Em caso positivo, descreva. *

44. 40. Assinale numericamente em ordem crescente de prioridade os motivos que fazem você atuar como assistente social na instituição empregadora. *

Marque todas que se aplicam.

	1	2	3	4	5	6
Ambiente e condições de trabalho	<input type="checkbox"/>					
Autonomia para a realização das atividades	<input type="checkbox"/>					
Estabilidade de emprego	<input type="checkbox"/>					
Identificação com a profissão	<input type="checkbox"/>					
Necessidade de salário	<input type="checkbox"/>					
Reconhecimento por parte da instituição empregadora	<input type="checkbox"/>					

45. 41. Quais as implicações do trabalho para a sua vida? *

Marque todas que se aplicam.

- Autonomia
- Conhecimento
- Crescimento pessoal
- Desenvolvimento pessoal
- Liberdade
- Reconhecimento social
- Respeito profissional
- Satisfação pessoal
- Adoecimento
- Falta de tempo para lazer
- Falta de tempo de convivência familiar
- Doenças
- Estresse
- Sobrecarga de responsabilidade
- Outro: _____

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO**46. 42. Qual o seu tempo de atuação como supervisor? ***

Marcar apenas uma oval.

- menos de 1 ano
- mais de 1 até 2 anos
- mais de 2 a 4 anos
- mais de 5 a 7 anos
- mais de 7 a 10 anos
- mais de 10 a 20 anos
- mais de 20 anos

47. 43. Qual o número de estagiários que estão sob sua supervisão? *

48. 44. Qual a motivação para exercer a função de supervisor de campo? *

Marque todas que se aplicam.

- Assumiu a supervisão em substituição a outro profissional
- Determinação da instituição onde trabalha
- Necessidade de ter um estagiário para contribuir nos atendimentos realizados e outras atividades referentes ao Serviço Social
- Reconhecimento da importância da supervisão na atualização profissional do assistente social
- Reconhecimento da importância da supervisão na formação profissional
- Solicitação/indicação da coordenação de estágio da instituição de ensino do estagiário
- Outro: _____

49. 45. Faz uso de instrumentos/meios para acompanhar o estagiário? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

50. 46. Caso sua resposta tenha sido afirmativa, quais os instrumentos/meios utilizados? (múltipla escolha)

Marque todas que se aplicam.

- Avaliação de acordo com o modelo e periodicidade estabelecidos pela instituição de ensino
- Contato telefônico com o supervisor acadêmico
- Diário de campo
- Fórum de supervisão
- Orientação individual
- Plano de estágio
- Projeto de intervenção
- Projeto Político Pedagógico
- Plano de supervisão
- Relatórios
- Reuniões individuais periódicas
- Reuniões conjuntas (supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário)
- Regulamento de Estágio da Instituição
- Regulamentos
- Visitas à instituição de ensino
- Outro: _____

51. 47. Como ocorre o registro da supervisão de estágio? *

Marque todas que se aplicam.

- Apenas por parte do estagiário através do diário de campo e dos relatórios solicitados pelo supervisor acadêmico
- No diário/relatório de supervisão
- Na folha própria de acompanhamento exigido pela coordenação de estágio de ensino ou instituição campo de estágio
- Não há registro da supervisão
- Outro: _____

52. 48. Quais os canais de comunicação utilizados para interação com o supervisor acadêmico? *

Marque todas que se aplicam.

- Contato via telefone, e-mail, whatsapp
- Cursos de capacitação oferecidos pela instituição de ensino
- Eventos organizados pelo curso
- Fóruns de estágio
- Plataformas digitais / ambientes virtuais
- Reuniões na instituição de ensino
- Visitas do supervisor acadêmico ao campo de estágio
- Outro: _____

53. 49. Participou de capacitação para supervisores? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

54. 50. Caso afirmativo, de que tipo?

55. 51. Caso não tenha participado, descreva o motivo.

56. **52. Há por parte da instituição empregadora estímulo ao desenvolvimento do estágio supervisionado garantindo as condições para a realização da supervisão? ***

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

57. **53. Há por parte da instituição empregadora liberação para participação de atividades referentes à supervisão de estágio dentro da jornada de trabalho? ***

Marcar apenas uma oval.

Nunca

Frequentemente

Raramente

Sempre

Outro: _____

58. **54. De que forma ocorre a supervisão direta? (múltipla escolha) ***

Marque todas que se aplicam.

Acontecem espontaneamente diante das demandas cotidianas

A partir de dúvidas do(a) estagiário(a)

Momentos específicos e pré-agendados

Não acontece

Por meio de recursos tecnológicos (ligação telefônica, e-mail, vídeochamada, whatsapp, plataformas institucionais)

Outro: _____

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

59. **55. Que autores da área de Serviço Social, áreas afins e da teoria social são adotados como referência teórico-metodológica no desenvolvimento no seu trabalho profissional? ***

60. 56. Na sua avaliação a matriz teórico-metodológica crítico-dialética dá conta de responder as demandas/requisições do cotidiano profissional? Justifique sua resposta. *

61. 57. Qual a sua avaliação sobre o processo de estágio em Serviço Social? *

62. OPCIONAL: Caso tenha interesse e disponibilidade para participar da segunda etapa desta pesquisa (grupo focal e/ou entrevista) deixe seu nome, e-mail e telefone.

ANEXO B – ROTEIRO PARA GRUPOS FOCAIS COM SUPERVISORAS DE CAMPO DE ESTÁGIO DE SANTA CATARINA

Investigar as Concepções de Estágio

Questões Norteadora: Para você, qual o significado do estágio?

Como você acha que o estágio de ajuda a se desenvolver como profissional?

De que forma o estágio contribui na formação profissional?

Quais atividades realizadas no estágio contribui na formação profissional?

Gestão do Trabalho

Questões Norteadoras: Como você avalia suas condições de trabalho e como elas influenciam no estágio e na supervisão de estágio?

Quais as condições objetivas e subjetivas de trabalho para desenvolver a supervisão?

Qual o lugar que o estagiário ocupa na dinâmica de trabalho da instituição?

Comente sobre as condições e relações de trabalho no local onde atua, considerando as grandes transformações verificadas no mundo do trabalho nas últimas décadas.

Perspectiva Teórico-metodológico

Questões Norteadoras: Qual a sua concepção de Serviço Social?

Quais são os parâmetros teóricos e metodológicos que você adota na profissão?

Quais conhecimentos você considera importante para o seu trabalho e para a supervisão?